

Pedro Jorge Coutinho dos Santos Simões

**As Fronteiras Internas da Nação:
A Imagem da *Beira* no Estado Novo
(A Casa das Beiras: 1939 – 1959)**

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Porto

2005

Pedro Jorge Coutinho dos Santos Simões

**As Fronteiras Internas da Nação:
A Imagem da *Beira* no Estado Novo
(A Casa das Beiras: 1939 – 1959)**

Tese de mestrado em História Ibero Americana
orientada pelo Professor Doutor Rui Cunha Martins,
apresentada na Universidade Portucalense Infante
D. Henrique.

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Porto

2005

Índice

| | |
|---|-----|
| Introdução..... | 1 |
| 1 – O regionalismo provincial beirão | 6 |
| 2 - O organicismo do Estado Novo..... | 23 |
| 3 – A Casa das Beiras..... | 44 |
| 3.1 – Elementos de continuidade: análise cronológica do <i>Boletim e Revista da Casa das Beiras</i> de Lisboa | 51 |
| 3.1.1. O <i>Boletim</i> entre 1939 e 1942 | 51 |
| 3.1.2 - O <i>Boletim</i> de 1942 a 1944..... | 64 |
| 3.1.3 – A <i>Revista</i> de 1948 a 1952..... | 78 |
| 3.2 – Elementos de dissensão: as fronteiras internas do movimento regionalista beirão..... | 93 |
| 3.3 – Elementos de vinculação: a <i>Beira</i> como diáspora | 103 |
| 3.3.1 – A Casa das Beiras e o Império..... | 104 |
| 3.3.2 – O periódico <i>Casa das Beiras – Boletim Mensal</i> de Lourenço Marques | 115 |
| 3.3.3 – O periódico <i>Casa das Beiras – Boletim Associativo</i> , do Rio de Janeiro | 125 |
| Conclusão..... | 136 |
| Fontes e Bibliografia..... | 139 |
| I – Fontes Impressas | 139 |
| II – Fontes electrónicas | 141 |
| III – Bibliografia..... | 142 |

Introdução

Este trabalho tem um objectivo preciso: investigar a expressão do regionalismo beirão nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, tomando por base o discurso a esse nível produzido pela Casa das Beiras, sediada em Lisboa. Acredita-se que, em decorrência desta análise, seja também possível:

- a) apurar o grau de comprometimento entre o movimento regionalista beirão e os lugares canónicos do discurso oficial e propagandístico do Estado Novo;
- b) aferir os principais tópicos ideológicos e referenciais da estética regionalista (e da imagem da *Beira* por ela produzida), mormente no contexto da interpenetração aludida na alínea anterior;
- c) perceber o desempenho do regionalismo beirão a diferentes escalas, quer dizer, ao nível dos âmbitos escalares constitutivos da própria portugalidade e, como tal, assumidos pelo regime do Estado Novo;
- d) equacionar em permanência, a partir daqueles vectores, o modo como, durante o período em causa, se procurou gerir a inevitável definição das fronteiras internas da Nação e a respectiva adequação às exigências orgânicas de uniformidade.

Em ordem a responder a estes objectivos, proceder-se-á, metodologicamente, de acordo com opções assumidamente pragmáticas.

Assim se passa, por exemplo, quanto ao material compulsado. Com efeito, este resume-se quase exclusivamente aos periódicos da Casa das Beiras (o *Boletim/Revista* de Lisboa e os seus congéneres das Casas das Beiras de Lourenço Marques e do Rio de Janeiro). Dada a abundante informação neles contida e a manifesta coincidência da matéria neles vertida com as alíneas do nosso próprio inquérito, preferiu-se uma consulta tão exaustiva quanto possível desse material, opção que, tendo embora inviabilizado idêntico esforço de incorporação de dados de outra proveniência, beneficiou por certo a segurança das impressões analíticas e a consciência da respectiva representatividade estatística. O preço a pagar será, eventualmente, o carácter de inventário que atravessa de algum modo todo o trabalho; ganhar-se-á, em contrapartida, em termos de centração analítica e de profundidade. Aspectos que não brigam, antes se acordam, com aquele que constitui afinal, desde o início deste projecto, um dos nossos propósitos maiores: sistematizar informação sobre um tema concreto, tornando-a doravante disponível para a comunidade historiográfica. Assim se aceitará, de resto, que não se encontre aqui resposta a múltiplas questões lateralmente sugeridas pelo próprio material compulsado, ou que não tenha havido particular investimento ao nível do suporte bibliográfico. É que, também aqui, o critério escolhido foi o de dar prioridade àquelas tarefas ainda não consumadas pelo campo historiográfico, o que, nessa perspectiva, aconselhou quase sempre a investir sobre os periódicos, explorando essa fonte ao máximo, e aceitando, em sendo caso

disso, que o próprio carácter repetitivo dos dados é indicador representativo de uma realidade da qual importa dar conta.

Por outro lado, aquelas opções estão também relacionadas com o intervalo de tempo escolhido para o inquérito. Situado no âmbito da História Contemporânea, este estudo compreende-se cronologicamente entre o final da década de trinta do século XX e o final da década de cinquenta do mesmo século, opção que se prende, fundamentalmente, com a divisão administrativa provincial que, definida em 1936¹, será alterada, posteriormente, em 1959². Tão aleatória quanto o pode ser uma demarcação cronológica rígida num trabalho cujos objectivos se prendem com matéria forçosamente vigente em tempos longos e fluidos, esta encontra aqui, ainda assim, justificativa aceitável. Acresce, para mais, a existência de investigações anteriores à presente e que, de forma profunda e detalhada, abordaram já estas temáticas até 1939: referimo-nos, em particular à obra de António Amaro³ e às múltiplas considerações e conclusões por ele apontadas, as quais tomámos, precisamente, como ponto de partida e factor de interpelação ao nosso próprio inquérito (e, de facto, uma das nossas linhas de indagação prende-se precisamente com a vontade de averiguar até que ponto o nosso intervalo de tempo prolonga ou inova as matrizes por ele identificadas para os tempos imediatamente anteriores); e referimo-nos, também, ainda que em menor grau,

¹ DECRETO-LEI n.º 27 424. **D.G.** [36/12/31]. Redacção definitiva em DECRETO-LEI n.º 31095. **D.G.** [40/12/31].

² DECRETO-LEI n.º 42 536. **D.G.** [59/09/28].

³ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento da Beira Alta: dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)**. Coimbra: FLUC, 2003. Tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História Contemporânea apresentada à FLUC.

ao estudo de Maria João Forte⁴, realizado a partir de um enfoque disciplinar diferente do nosso, mas susceptível de nos servir de referência estimável.

Uma nota importante, prévia ao estudo que aqui se inicia, tem a ver com o carácter do próprio regionalismo que nos ocupará. Advirta-se desde já, a este respeito, que a nossa preocupação não foi – assumidamente, aliás – a de proceder a um investimento teórico em torno da noção de regionalismo, mas, conforme dissemos, apreciar um caso prático de produção de “matéria regional” e os seus efeitos em determinada política ideológica concreta. Dito isto, importa chamar a atenção para a marca de “externalidade” com que se apresenta o regionalismo beirão por nós estudado. Uma marca que, para além de já sustentada por diferentes autores, pudemos comprovar, também nós, por ocasião das pesquisas preliminares para a tese que então efectuámos sobre o quadro da imprensa viseense de meados do século XX⁵. É que, de acordo com o que nos foi dado observar, não se vislumbram aí indícios da existência minimamente formal de um regionalismo com a visibilidade e a estruturação do que, por contraste, se detecta em torno da Casa das Beiras em Lisboa. Razão, uma vez mais, para a estratégia analítica que escolhemos.

⁴ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa: a Casa das Beiras: regionalismo e associativismo urbano**. Lisboa: [s.n.], 1996. Tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas, área Culturas Regionais Portuguesas, apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

⁵ Neste sentido foram compulsados os seguintes periódicos do período em análise:

- **A Novidade – Jornal de Propaganda da Casa J. Guilherme da Sá**. Viseu: José Guilherme de Sá, 1933 – 1942.
- **Jornal da Beira**. Viseu: Jornal da Beira, 1939 – 1959.
- **Política Nova: Órgão e Propriedade da Comissão Distrital da União Nacional**. Viseu: C.D.U.N. 1936 – 1958.
- **U.V.D.** Viseu: U.V.D. 193 –.

Lugar maior deste trabalho deverá ser atribuído à inesgotável e incansável presença do Professor Doutor Rui Cunha Martins, a quem deveremos sempre a mais sincera e profunda amizade e o agradecimento que nascem da admiração irrevogável da mestria sempre encontrada nas brilhantes e, felizmente, sucessivas aprendizagens já proporcionadas neste e noutros estudos.

Também ao Doutor Ângelo Sebastião Fonseca caberá um agradecimento especial, enquanto companheiro dos avanços académicos, enquanto braço continuamente disponível.

Agradecimentos inevitavelmente sentidos terão de ser dirigidos à Ana e a essa família extraordinária cujo abraço e sacrifício nos acolheu nas horas de maior e menor ânimo no decurso deste estudo.

1 – O regionalismo provincial beirão

A percepção de demarcações internas no contexto da estrutura orgânico-administrativa de um Estado Novo portador de um discurso autoritariamente unitário, não é, numa primeira análise, matéria óbvia. O que se compreende: o recorte de qualquer fronteira interna é, por definição, da ordem da complexidade⁶.

E, de facto, no nosso caso histórico concreto, se é certo que a divisão provincial de 1936 vem institucionalizar limites internos sobre o espaço nacional, a partir dos quais se poderá eventualmente percepcionar, por hipótese, a existência de determinados padrões de construção imagética e de diferenciação das várias áreas delimitadas ao nível do discurso do regime, deve reconhecer-se, ainda assim, que o problema se adensa quando vemos que a busca destas eventuais imagens terá de passar, antes de mais, por algum investimento analítico ao nível de um conceito à partida impreciso: o de região. E, também em relação a esta, se é possível entendê-la de várias

⁶ Veja-se, sobre a problemática da fronteira:

- MARTINS, Rui Cunha – Fronteira, referencialidade e visibilidade. In **Revista de Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre (Brasil): Edição Especial, n.º 1, 2000. p. 7-19;
- MARTINS, Rui Cunha – O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, 59, 2001, p.37-63;
- MARTINS, Rui Cunha – A arena da História ou o labirinto do Estado: delimitações intermunicipais e memórias concorrenciais (inícios do século XX). In **Cadernos do Noroeste, série História**. Braga: Universidade do Minho, Centro de Ciências Histórico-Sociais, n.º 15 (1-2), 2001, pp.37-56.

perspectivas (funcional, geográfica, etnográfica, económica...), a sua clarificação não é nunca imediata.

«A palavra Região remete-nos para uma noção imprecisa que implica limites, fronteiras, espaços de transição. Todavia, para esses limites serem estabelecidos têm que existir critérios que sirvam para agrupar as analogias inerentes áquilo [sic] que se limita»⁷.

Percebe-se, assim, que a definição de limites seja sempre um dos núcleos duros a que se subordina o conceito de região quando sujeito à luta epistemológica entre cientistas, em particular geógrafos, historiadores, economistas e sociólogos⁸, com o que isso implica em termos de dificuldades acrescidas para a compreensão do verdadeiro sentido de qualquer divisão regional. Se o geógrafo se concentra sobretudo nos aspectos de ordem física do espaço, se o economista procura nesses espaços os aprovisionamentos e os escoamentos e se caberá ao sociólogo entender as variantes orgânicas, importará sempre ter em conta que nenhum destes critérios é necessariamente coincidente com aqueles que a história ditaria. Esta variação provocada pela diversidade de lentes de análise faz pois da região um problema nunca resolvido de forma definitiva, aspecto a ter em conta pela investigação e que pode considerar-se, em boa medida, um efeito da própria historicidade presente no conceito.

⁷ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa: a Casa das Beiras: regionalismo e associativismo urbano**. Lisboa: [s.n.], 1996, p.12. Tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas, área Culturas Regionais Portuguesas, apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

⁸ BOURDIEU, Pierre – **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p.108.

«A região, ao contrário de uma Nação ou mesmo de uma cidade, não tem nenhuma existência material. As suas fronteiras podem variar consoante as circunstâncias e os desideratos (políticos, económicos, sociais, culturais) e, mesmo em termos científicos, de acordo com os próprios paradigmas e objectivos disciplinares de abordagem»⁹.

Sobre as matrizes históricas da problemática da região no contexto português já alguns estudos se debruçaram com particular acuidade, seja em relação à evolução particular dos conceitos e movimentos regionalistas, seja, mais directamente, sobre as questões do municipalismo, das divisões distritais, ou mesmo das divisões provinciais, entre muitas outras¹⁰. Ora, independentemente dos ângulos de focagem dos diversos estudos, aquilo que todos eles aparentam denunciar, com razoável frequência, é precisamente a incongruência ou desfasamento entre as propostas ou planos efectivos da divisão regional que se foram sucedendo ao longo do tempo, processo que é acompanhado, também, de idêntica ausência de consenso em termos sincrónicos. Com efeito, seja em virtude de diferentes posicionamentos no jogo político-social das conjunturas históricas concretas, seja por outro qualquer

⁹ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento da Beira Alta: dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)**. Coimbra: FLUC, 2003, p.429. Tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História Contemporânea apresentada à FLUC.

¹⁰ Por entre um quadro amplo de produção bibliográfica sobre o tema, vejam-se, sobretudo, de entre os estudos mais recentes, AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...** e CATROGA, Fernando – Natureza e História na fundação dos Municípios: da Revolução Liberal ao Estado Novo (uma síntese). In **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira**. Porto: FLUP, 2004, vol.2, p.409-420.

motivo de recorte mais técnico, a imagem que se colhe é a de uma dificuldade endémica em demarcar, com carácter de continuidade, as fronteiras internas da nação. E, mesmo se é sabido que a própria natureza memorial do limite incrementa, por si só, fenómenos de «ruído interpretativo»¹¹, nem por isso se torna menos elucidativo um olhar para o caso particular da *Beira*.

Comece-se por recordar que o espaço vulgarmente chamado *Beira*, e que aqui se entende segundo a aceção de António Amaro¹², sensivelmente correspondendo aos distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda e Viseu, não coincide, por exemplo, com a chamada “Beira Histórica”. Com efeito, a designação de *Beira* é hoje atribuída à área que evoluiu desde a tenência militar do século XIII que tinha por capital a Guarda até à Comarca da Beira, do século XIV, equivalente à sua diocese, dilatando-se até ao Tejo até ao século XVI, altura em que é feita a distinção entre a “Beira Cismontana” e a “Beira da Serra”. E recorde-se ainda, no mesmo sentido, que aquela não coincidência entre a actual realidade delimitada e a sua matriz histórica de referência ressalta ainda da evocação da “Beira Histórica” setecentista, na qual encontramos os seguintes limites aproximados:

«A norte o rio Douro, ao poente o oceano Atlântico e a sudoeste uma linha imaginária que, partindo do sul da foz do rio Mondego, separava os concelhos de Soure, Penela, Lousã, Góis, Certã, Vila de Rei (todos da Beira), dos de

¹¹ MARTINS, Rui Cunha – *A arena da História...*, p.38.

¹² AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.25. [nota n.º1].

Pombal, Ancião, Figueiró, Tomar, Abrantes (todos da Estremadura) e ia acabar no rio Tejo»¹³.

Um panorama que não deixará de conhecer particular redimensionamento no século XIX, como o comprova o caso específico da “Beira Alta”, uma divisão que vai sofrer importantes variações na sua composição e extensão «em consequência de diferentes conjunturas históricas e muito ao sabor das teorias, reformas e pressões do momento»¹⁴. Sigamos António Amaro, autor que explicita, a partir da cronologia dos principais momentos, o carácter continuado destas alterações. Em 1823 encontramos a Beira Alta definida como o território compreendido pelas cidades de Lamego e Viseu, numa extensão de 5750 Km²; quatro anos mais tarde são integradas as comarcas da Serra da Estrela, Baixo Vouga e Mondego, com a área total de 17072 Km²; em 1832, a Beira Alta passa a ser constituída pelas comarcas de Lamego, Tondela, Trancoso e Viseu, perfazendo 7851 Km²; em 1835, e instituindo-se o distrito como entidade autárquica, a Beira Alta alarga-se aos distritos da Guarda, Lamego (que seria distrito durante os seis meses seguintes), Aveiro e Coimbra, num total de 16762 Km²; em 1867, corresponderá ao Norte da Beira Histórica, numa área total de 8218 Km², formada pelo distrito de Viseu e grande parte do distrito da Guarda. Durante a Primeira República todos os documentos que visavam a reforma administrativa colocavam o distrito da Guarda na Beira Baixa¹⁵.

¹³ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.433.

¹⁴ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.25.

¹⁵ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.26-28.

É pois tendo por antecedente um panorama como este que, no Código Administrativo de 1936, o Estado Novo recuperará o estatuto de autarquia para a Província, regulamentando uma divisão que envolverá a criação de onze Províncias¹⁶ no Portugal Ibérico, estabelecendo-se os seus limites e as funções de cada órgão autárquico – Freguesia, Concelho e Província. Aqui se delimita a Beira Alta numa área de 9534 Km², composta por 33 concelhos (18 do distrito de Viseu, 13 do distrito da Guarda e 2 do distrito de Coimbra), sendo esta a divisão provincial que encontraria o seu último ano de funções autárquicas em 1959.

Atendendo à variedade de divisões aqui referidas e à comum utilização da designação *Beira* para uma realidade em nada tida como consensual, até ao desaparecimento formal (para efeitos de planeamento regional) desta designação em 1976, para dar lugar ao Centro Interior e Centro Litoral, vemos que esta é uma delimitação de difícil definição que ultrapassa em muito o eventual peso vinculativo dos dados de índole histórica – uma constatação que não é de agora.

De facto, em parecer da Câmara Corporativa, logo no ano de 1938, solicitado pela Assembleia Nacional, debatendo-se sobre as dificuldades das capitais de distrito, que, não sendo sedes provinciais, se afastavam assim do caminho do progresso (uma luta, aliás, que nunca encontrará soluções unânimes), é profundamente referida a dificuldade da divisão interna, dada a não coincidência dos critérios da geologia, da geografia e de outras áreas científicas. Aí se assume a «dificuldade prática de qualquer divisão e das

¹⁶ A saber: Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Litoral, Beira Baixa, Ribatejo, Estremadura, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve, segundo SANTOS apud AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.454.

imperfeições e incertezas que surgem sempre num trabalho desta ordem, desde que se não queira adoptar um critério único e arbitrário – o que é inadmissível na divisão interna de um país»¹⁷.

Desta forma, as dificuldades em traçar as fronteiras internas de um território sob a tutela de um Estado Novo que não prescindia de buscar uma plataforma adequada de coesão orgânica, parecem andar a par com paralelos esforços de, maugrado aquelas dificuldades, demarcar as referidas fronteiras, ou por via da sua promoção artificial ou pela da sua reificação.

Assim sendo, a simples evocação de processos oficiais de divisão interna do território nacional no período do Estado Novo, nomeadamente a divisão provincial de 1936, impele não apenas a questionar a sua real dimensão e características, mas, fundamentalmente, a procurar descortinar as fronteiras reificadas e promovidas pelo discurso deste regime, bem como a lógica política e ideológica subjacente a essa tarefa demarcatória. Numa palavra, a perguntar pela sua operatividade.

A este nível, o nosso pressuposto de abordagem é, se assim podemos dizer, cientificamente pacífico: a existência de um centro em qualquer sistema social, inevitabilidade que, por seu turno define também como inevitável a evidência de uma periferia, obriga a considerar como parte estruturante desse sistema o modo de relacionamento entre ambos os pólos, dimensão responsável, a esta luz, pelo intercâmbio de vectores e influências cruzadas entre centro e periferia. Desminta-se, porém, desde já, um entendimento desse

¹⁷ **Diários das sessões.** Lisboa: Assembleia Nacional, I Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa, 2.º Suplemento ao n.º 185, 13 de Abril de 1938.

intercâmbio em termos de reciprocidade plena, advertência tanto mais válida quanto mais dirigista e autoritária se revela a estética política do centro. Pelo que, e salvaguardando o facto de que, como ensinam tanto a teoria quanto a prática das relações entre centro e periferia, estas últimas são também potenciais produtoras de centros (ou de posturas “centralizantes”), não chocará tomar aqui como premissa a elevada probabilidade de que os mecanismos de auto-representação e a imagética auto-referencial das periferias tenham sido, durante o Estado Novo, fortemente condicionadas pela acção de uma autoridade central que, no âmbito das suas preocupações de controlo e ideário socio-político, não deixaria descurar esse ponto essencial à tónica organicista com que se procurava gerir a diversidade constitutiva do espaço português. Façamos, a este propósito, um breve excuro pelo pensamento do próprio António de Oliveira Salazar. Mais exactamente pela obra de António Ferro, *Salazar, o Homem e a sua Obra*:

«Pensei que seria interessante e útil aproveitar as bandas regimentais, caras mas boas, para dar concertos [...] nos jardins de **Lisboa e por essa província fora**»¹⁸.

Proferida com maior ou menor consciência terminológica, a expressão é, em qualquer dos casos, reveladora de uma dualidade sucessivamente feita imagem de marca de determinado entendimento do país: a metrópole (Lisboa) e a província, na sua acepção mais lata. Dentro desta dualidade, as características concebidas como inerentes a cada uma das partes estão

¹⁸ SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem e a sua obra**. Lisboa: Fernando Pereira Editor, 1982, p.121. (sublinhado nosso)

fortemente marcadas, sendo Lisboa vista como o centro de decisão, evolução e dinamismo, e a província, periferia medíocre, mas ainda assim usufruindo das benesses de uma vida sem as preocupações da decisão, debruçada sobre o trabalho contínuo.

Assim se passará, por exemplo, à associação fácil e automática entre provincianismo e baixa intelectualidade:

«A nossa imprensa [sobre a qual deve impender a continuidade da censura], que tem melhorado consideravelmente, oferecia-nos, por vezes, nalguns dos seus órgãos, a triste imagem dum saguão: **intrigas, insultos, insinuações, pessoalismos, provincianismos, baixa intelectualidade**»¹⁹.

Da mesma forma que, em discurso corrido, se refere o provincianismo como sinónimo de mediocridade:

«Fazendo justiça às nossas qualidades, acreditando no nosso futuro, ele [D. Manuel] impressionou-se principalmente **com o nosso provincianismo, com a nossa mediocridade** [...]»²⁰.

Os exemplos poderiam repetir-se. O sentido seria idêntico, porque, na verdade, aquilo que eles traduzem é a consciência de uma demarcação ora

¹⁹ SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem...**, p.95. (sublinhado nosso)

²⁰ SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem...**, p.109. (sublinhado nosso)

mais clara ora mais implícita entre dois elementos com óbvias diferenças entre si:

«Aliás, é frequente ouvir dizer à província, que faz igualmente sacrifícios, mas que é mais imparcial, menos apaixonada do que Lisboa. [...] Quero tirar disto uma lição: na aldeia, o povo trabalhador vê claramente o benefício da actividade do Estado no embaratecimento da produção; na cidade tem-se, sobretudo, presente a situação do funcionário e do jurista, cuja renda é diminuída pelo imposto. Daqui vêm **dois estados de espírito e duas ordens de críticos**»²¹.

De resto, a consciência de que assim era instruída, inclusive, processos metonímicos conducentes a explicar a própria situação de Portugal no contexto europeu:

«Nós estamos, afinal, para os grandes meios, Paris, Londres ou Berlim, **como a província está para Lisboa**»²².

Consciência de uma diferença. Assunção funcional e discursiva dessa diferença. Reconhecimento, em suma, de uma periferia, com as suas especificidades definidas em boa parte por um efeito de contraste. Mas, por força da natureza das coisas, definida também em virtude da sua própria e inerente situação periférica, quer dizer, da insanável distância do centro que

²¹ SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem...**, p.138-139. (sublinhado nosso)

²² SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem...**, p.143. (sublinhado nosso)

igualmente a define. Que fazer dessa distância? Poderia o centro limitar-se a constatá-la? Segundo Edward Shils, «à medida que nos deslocamos do centro da sociedade [...] para a periferia, sobre a qual a autoridade é exercida, a ligação ao sistema central de valores vai-se atenuando²³». Não pondo aqui em causa a valia matricial desta opinião (a qual conta com suficiente número de casos comprovativos da força da adequação da ideia a determinadas realidades históricas), tudo nos indica, porém, que a respectiva aplicação ao Estado Novo não pode tomar-se sem reservas. Por um lado, porque é crível que, nesse contexto histórico preciso, alguma reflexão sobre a(s) periferia(s) e sobre a sua operatividade por parte do centro autoritário tenha redundado em idêntica consciência das vantagens em activar convenientemente os mecanismos oficiais e os canais orgânicos definidores do relacionamento entre centro e periferia(s). Por outro lado, porque é crível que os próprios movimentos políticos produzidos ao nível dessa periferia tenham desenvolvido – de forma nem sempre linear, é certo – pretensões de cunho regionalista que, paradoxalmente, haviam de se demonstrar compagináveis com as directrizes emanadas desde o centro. Deste ponto de vista, o Código Administrativo de 1936 representa exactamente um marco deste encontro à partida inusitado.

Lugar aqui para uma advertência terminológica e de escala analítica: teremos, a partir daqui, de distinguir duas realidades provinciais, aquela que redigiremos em minúsculas, a **provincia** mais lata, na sua acepção de periferia, seguindo de perto a imagética estabelecida pelo líder, e aquela que será aqui redigida iniciando-se em maiúscula, a **Província**, realidade restrita consagrada pelo Código Administrativo de 1936 enquanto entidade autárquica.

²³ SHILS, Edward – **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992, p.63.

Interessa-nos, agora, esta última. Até pelo seguinte: é que, como adiante se precisará, o estabelecimento destas novas divisões surge, talvez, como dando resposta a ancestrais ambições regionalistas. E se, à partida, poderá estranhar-se algo como uma aspiração regionalista afinal promovida pelo centro decisório e regulamentador, é justamente porque tradicional e empiricamente, como assinala Pierre Bourdieu, essas ambições regionalistas apresentam-se, por norma, como provas em si mesmo da estigmatização a que a periferia é submetida, procurando dar resposta a esse processo de “provincialização”.

«[...] Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância económica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e económica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades definidas de sucesso e de ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo económicos – assume a forma da reivindicação regionalista»²⁴.

E de facto, segundo António Amaro, também no nosso caso concreto é possível dizer que, na sua génese, «a emergência do regionalismo foi, de facto,

²⁴ BOURDIEU, Pierre – **O poder simbólico...**, p.124.

uma reacção da província à centralização e ao abandono [...], o recusar de um modelo de modernização identificado com a vida na cidade»²⁵, inimigo das identidades regionais. Uma leitura em tudo corroborada pelos discursos de sentido idêntico proferidos no âmbito dos Congressos Regionais das Beiras, e, desde logo, no de Aveiro, de 1928, em que um regionalismo «herdeiro das reivindicações descentralistas» se apresenta com voz fortemente anti-cosmopolita²⁶.

O caso das Beiras terá sido o que mais se evidenciou na adesão às iniciativas regionalistas, isto se atendermos ao número de congressos regionais²⁷ (realizados a nível nacional a partir de 1915 e nas Beiras a partir de 1921²⁸) e ao número de publicações a eles ligados. É nesta ordem de ideias que os congressos regionais, aparentemente, serão a marca maior dos movimentos regionalistas, reunindo as elites locais sob a égide do interesse regional comum.

²⁵ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p. 478-479.

²⁶ CATROGA, Fernando – **Geografia e Política – o debate sobre a divisão provincial durante o Estado Novo**. Dados recolhidos a partir da conferência com este título proferida em Coimbra, no CEIS 20, em 09/11/2004.

²⁷ Resultando de uma campanha do jornal “O Século” em 1913: “Iniciativas do Século – Os Congressos Regionais”. «Ao Século pareceu que, sem colidir com a obra dos partidos políticos, se poderia intentar a coordenação de tantas boas vontades, hoje dispersas, e tantos esforços retraídos, no sentido de se auxiliar a tarefa enorme da pátria portuguesa. [...] Nós precisamos fixar o que cada região necessita; é isso o que deve o governo chamar a si, o parlamento facilitar ou as corporações dessa região realizarem, convenientemente federadas e com o concurso das energias locais. [...] Opinamos, por isso, em que é de todo o interesse que se promovessem congressos regionais, os quais deverão funcionar nas sedes dos distritos administrativos», O Século. 15/04/1913 apud AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p. 475-476.

²⁸ Congressos Regionais das Beiras: 1921 (Viseu), 1922 (Coimbra), 1928 (Aveiro), 1929 (Castelo Branco), 1932 (Figueira da Foz), 1936 (Coimbra), 1940 (Viseu), 1948 (Guarda; não referido pelas bibliografias aqui consideradas, mas presente nas notícias da *Revista das Beiras*, IV série, do mesmo ano), 1953 (Viseu), 1965 (Coimbra).

No entanto, ainda de acordo com António Amaro, na realidade, estas realizações não passariam de reuniões extrínsecas à maioria da população e, ainda que acreditando, como Amorim Girão, serem elas o reflexo do apelo do país às suas próprias forças e não ao Estado protector, com efeito, «o regionalismo manifestado nos congressos regionais esteve sempre prisioneiro de vícios antigos e nunca se cansou de apelar para o poder central de quem, supostamente, se pretendia libertar»²⁹.

Estranho? Nem tanto. Retendo, para já, estas constatações, cujo sentido melhor se esclarecerá adiante, atente-se agora nesse outro ângulo da génese do movimento regionalista beirão que é o que se consolidará na instituição que se virá a tornar a sua voz maior, a Casa das Beiras.

Ainda que a associação regionalista mais antiga tenha sido o Centro Republicano Tabuense, fundado em 1907, e sabendo que o Club Transmontano de finais do século XIX «nenhuma influência teve no movimento regional beirão»³⁰, excluindo-se portanto desta análise, um dos momentos mais marcantes do movimento regionalista «terá começado nos inícios do nosso século [XX] entre os imigrantes da Beira Alta em Lisboa»³¹, em virtude das dificuldades de avanço do processo de construção da linha ferroviária do vale do Vouga. Em 1911, o «grupo dos amigos de Vouzela»³² a quem se juntam 23 indivíduos de S. Pedro do Sul e Oliveira de Frades, partilhando a mesma preocupação comum, formam então o Grémio Lafonense.

²⁹ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.484-487.

³⁰ **Boletim da Casa das Beiras: revista mensal de regionalismo beirão**. Lisboa: C.B. Ano IX, III série, Abr./Jun. 1943, p.31.

³¹ SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.4.

³² FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.102.

Após a polémica sobre a colaboração de uma filha de Afonso Costa e pelas dificuldades na eleição dos corpos dirigentes, dá-se a primeira divisão, sendo que os elementos demissionários de Viseu e Aveiro fundam, em 1 de Maio de 1915, o Grémio Beira Vouga, que virá a denominar-se Grémio Beirão em 1 de Maio de 1916.

Em 1928 é apresentada no «Congresso de Aveiro uma proposta para a transformação daquele em Casa das Beiras»³³, ainda que não seja esse o rumo imediato dos acontecimentos. Com efeito, apenas em 1933 surgirá oficializada a designação Casa das Beiras, mantendo o antigo Grémio Lafonense a sua actividade, tendo mesmo voltado a absorver no seu corpo associativo antigos elementos que tinham passado para o Grémio Beirão.

Uma mudança, contudo, que não decorrerá de forma absolutamente pacífica, dada a polémica levantada pelos primeiros dirigentes do Grémio Beirão, questionando a forma como o processo havia decorrido, nomeadamente a votação dos estatutos. Uma coisa parece certa: o tempo decorrido desde o

³³ Pretendia-se na altura que a associação cumprisse os seguintes requisitos

«1.º- Exposição permanente em diversas secções, dos productos [sic] naturais e artísticos das três Beiras

2.º- Cooperativa de consumo para os associados, fornecida com productos [sic] das Beiras

3.º- Caixa Económica compreendendo secções de depósitos e empréstimos

4.º- Biblioteca e Escola para os filhos das Beiras

5.º- Recreio e confraternização regional

6.º- Procuradoria comercial e Judicial

7.º- Posto agrónomo para análises de terrenos e productos [sic] agrícolas

8.º- Secção de propaganda e de turismo

9.º- Assistência aos necessitados, filhos das Beiras

10.º- Promover e auxiliar excursões, bem como os seus congressos regionais

11.º- Auxiliar, nas Beiras, o desenvolvimento da Instrução

12.º- Promover publicações das Beiras, divulgando as suas imensas riquezas e incomparáveis belezas regionais.»), FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.102-103.

Grémio embrionário e as vicissitudes que marcariam todos estes processos acabariam por vir a envolver diferentes gerações na discussão regionalista³⁴, o que aumentaria os focos de debate interno. E isto quando a tendência deste era precisamente para o avolumar dos pontos de vista de distinta proveniência e enquadramento. Como havíamos visto, este regionalismo surge como reacção à centralização e ao abandono; no entanto, foi também um conceito «política e socialmente ambíguo e, nalguns casos, ideologicamente contraditório [sobretudo quando, apagando-se parte do seu fulgor inicial após 1933, se torna parte da] defesa ideológica das virtudes do campo, tão ao gosto do folclore ruralista e pré-moderno do Salazarismo»³⁵. As suas divisões internas, bem como a ausência de um único quadro de ideologia política claro, permitem encontrar no regionalismo beirão quatro distintas sensibilidades, devidamente identificadas por António Amaro (a saber: o «regionalismo contra os partidos»; o «regionalismo político»; o «regionalismo autonomista»; e o «regionalismo externo»), dos quais tem particular relevo para nós este último, definido por aquele autor nos seguintes termos:

«[o “regionalismo externo”] tinha origem nos que fugiram à miséria nos campos e migraram para a capital. Aqui,

³⁴ «Notei com certa surpresa que havia diferenças de doutrina entre os dois instrumentos [...]. De resto, sangue novo, energias novas. [...] Manifestaram já a opinião de que os elementos do velho Grémio devem ser desinfectados antes de regressarem à Casa das Beiras. Quando se fundou o Grémio Beirão aí por 1915, lutou-se com enormes dificuldades para o sustentar, em meio do grande deserto da indiferença beirão [sic]. Transforme-se o Grémio Beirão em Casa das Beiras. Nunca porém vi, em qualquer das salas, os retratos dos antigos dirigentes. Informaram-me que estão lá para um canto... em descanso... à espera de serem removidos para a vala”. LOURENÇO, Joaquim Rodrigues apud FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.103-104.

³⁵ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.479.

associados nos respectivos grémios regionais, tentavam reflectir na melhor forma de ajudar as suas terras de origem. [...] Esta concepção de regionalismo – mais afectiva e politicamente menos preocupada com a descentralização administrativa – acabou por enfraquecer as posições dos que viram no movimento regionalista uma oportunidade única para o desenvolvimento de uma “acção local unificada” e que sempre pretenderam ver “as instituições regionalistas domiciliadas na região”»³⁶.

Este movimento do regionalismo externo progrediu, em grande parte, a compasso do desfasamento que, em termos genéricos, o crescimento urbano, e, em termos mais agudos, o próprio crescimento da urbe lisboeta, manifestavam em relação ao campo³⁷. Compreensivelmente, também por esta via, esta sensibilidade regionalista e os seus partidários irão ganhar um papel de destaque adentro da actuação regionalista provincial. Razões para crer, por conseguinte, que, por tudo o que foi dito, e atendendo ao carácter justamente “externo” da Casa das Beiras no contexto regionalista, esta entidade se perfile enquanto protagonista maior na cena regionalista beirã do Estado Novo. Razões, portanto, mais do que suficientes para nela centrar a investigação. Antes, porém, e até como esforço contextual, caberá esclarecer um pouco mais a pressentida proximidade entre certo tipo de propósito regionalista e o Estado Novo. É a tarefa do próximo capítulo.

³⁶ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.492-494, reportando-se à obra de Manuel Pires Bento – A questão municipal: subsídio para a reforma administrativa de 1928.

³⁷ CATROGA, Fernando – **Geografia e Política...**

2 - O organicismo do Estado Novo

Em função do que vimos anteriormente, o movimento regionalista beirão poder-se-á caracterizar, nas suas diversas sensibilidades, pela apologia dos valores tradicionais portugueses, pela aversão ao cosmopolitismo, pelo horror à cidade, características às quais haverá que adicionar também o ódio anti-partidário, o elogio de um Estado Unificador e o peso decisivo de um regionalismo externo de algum modo inviabilizador da acção local.

Por tudo isto, parece lógico que a Ditadura Militar e o Estado Novo não precisariam de grandes artifícios «para que o movimento regionalista lhes caísse nos braços»³⁸. E que, mesmo se apenas a divisão provincial de 1936 vai ao encontro de medidas inicialmente exigidas pelo movimento regionalista beirão, o qual viu, ao invés, serem esquecidas as restantes (a maior descentralização, a criação de vias-férreas ou de portos marítimos, etc.), a colagem deste movimento à estrutura dos regimes de final da década de 1920 e daquela de 1930 se apresente bastante clara.

Diferindo desta tese da “colagem” mais ou menos natural e espontânea, autores há que defendem explicações diferentes para esta aparente concordância do regionalismo com estes regimes, em particular com o Estado Novo. Nesta óptica, se se aceita que «até aos inícios da década de 1930, além de ferozmente crítico para com o centralismo estatal, o movimento regionalista

³⁸ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.495.

revela-se também fortemente oposicionista»³⁹, dificilmente se compreende uma eventual mudança drástica na actuação de um movimento que parece passar a fiel aliado dos regimes a partir de 1926. Pelo que, ainda segundo esta óptica, esta viragem acontecerá em virtude de, pela repressão, se assistir à «auto-censura por parte dos intelectuais»⁴⁰, com o que, assim filtrada pela censura, a «doutrina regionalista adquire um sentido de proximidade conveniente ao Poder»⁴¹; ou seja, neste período, de forma a garantir a sua continuidade, «os regionalistas tinham ainda que “convencer” o regime político vigente»⁴².

Explicação diversa, mas de sentido idêntico à anterior, sustenta, por seu turno, que se o perigo da influência da II República Espanhola veio acelerar o processo de legitimação e institucionalização do Estado Novo, também veio permitir a utilização desse “perigo espanhol” para acções claras de propaganda interna, impondo-se a imagem da regionalização portuguesa como parte de uma articulação «dos diversos factores constitutivos da nacionalidade»⁴³, contrapondo-se ao exemplo de uma Espanha dividida por identidades de antigos reinos independentes.

Ou seja, se, por um lado, temos a tese de que «o movimento regionalista foi sempre, na sua essência – mesmo quando defendia ideias avançadas para a administração do poder local – conservador»⁴⁴, partilhando, por isso, o quadro ideológico do Regime de forma espontânea, por outro lado, temos a tese de que

³⁹ SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.20.

⁴⁰ Reis, António (dir.) – **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1996, p.585.

⁴¹ SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.20.

⁴² SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.10.

⁴³ FARINHA, Luís – 1931: A Ditadura face ao “perigo espanhol”. **História**. Ano XVIII, n.º 15, (Nova série), (Dez. 1995), p.12.

⁴⁴ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.497.

os regionalistas se moldaram pela força da censura, da propaganda e da polícia política, limando as arestas mais agressivas ao ideário do Estado Novo como forma de sobrevivência das aspirações de um grupo mais alargado geograficamente, pronto a inverter a sua suposta matriz discursiva originária no sentido mais conveniente e, designadamente, rumo à apaziguadora ideia de que regiões fortes tornarão a Pátria ainda maior.

Esta segunda posição é bastante discutível. Vejamos a questão mais de perto. Logo em 1915, em declaração proferida em sede de movimento regionalista, explica-se que «coube a Lafões ser a primeira região que em Lisboa agremiou a sua colónia para fins de unidade colectiva, esse movimento patriótico em que se substancia em novos moldes, num sentido profundo, a ideia da Pátria que o caciquismo ia destruindo»⁴⁵. A ideia de unidade da Nação no discurso regionalista é ainda reforçada se nos debruçarmos sobre as palavras do Dr. José Andrade Saraiva, no III Congresso Regional das Beiras, onde afirma, ainda em 1928⁴⁶, que «o regionalismo deveria ser entendido como o desenvolvimento do amor pátrio, sem qualquer espírito de hostilidade contra a capital do país, que simboliza a unidade da Nação e na qual todas as Províncias têm a sua parte»⁴⁷. Aparentemente, portanto, dir-se-ia que exemplos deste teor abonam favoravelmente a primeira das hipóteses explicativas atrás expedidas, uma vez que, ainda antes da existência das estruturas de censura, já os

⁴⁵ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.111.

⁴⁶ Atente-se ao facto de estas declarações terem sido proferidas ainda antes da proclamação da II República Espanhola em 14 de Abril de 1931 e durante a acção do movimento reviralista, o que, de alguma forma, afastará a hipótese de estarmos perante um pico de propaganda contra o “perigo espanhol”, ou mesmo de vivermos um período onde a contestação se torne virtualmente inexistente.

⁴⁷ SARAIVA, José Andrade apud AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.491.

regionalistas beirões manifestam a sua profunda simpatia pelos valores que viriam a incorporar o ideário da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Apesar de nos encontrarmos perante questões que não podem encontrar a sua resposta numa causa única, para a compreensão da real dimensão da imagem criada das fronteiras internas e do verdadeiro papel dos seus actores, urge perceber qual a verdadeira motivação que conduz o regionalismo beirão à colagem ao Estado Novo.

Neste ponto, a nossa leitura (instruída sobretudo pelo nosso principal material de pesquisa, o *Boletim da Casa das Beiras*) é concordante com a interpretação (aliás já referida) de António Amaro, bem como com as sugestões analíticas de Fernando Catroga. Quer isto dizer que tanto as contradições existentes no interior do movimento regionalista beirão, como a força crescente que o regionalismo externo vai assumindo, como vimos anteriormente, aparentam ser justificativas bastantes para o facto de a edificação do Estado Novo impelir o regionalismo para uma evolução interna não passando necessariamente pela acção repressiva: «o ambiente político criado pelo Salazarismo [...], sem dúvida, dava mais segurança às elites da Província»⁴⁸. De forma a reforçar a ideia veja-se, ainda citado por António Amaro, o júbilo de um dos periódicos viseenses de maior destaque na altura (*O Comércio de Viseu* de 22 de Janeiro de 1928) sobre o facto de, «com o advento da ditadura, terem terminado “o caciquismo eleitoral e as manifestações anárquicas de reclamação” e, conseqüentemente, por o regionalismo poder vir a atenuar “os

⁴⁸ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.494.

dissídios da população, tendendo a apagar as paixões políticas e a conciliar elementos de valor nas localidades”»⁴⁹.

Os regionalistas que se teriam batido contra a centralização política ainda durante a Ditadura Militar temiam ainda mais a supremacia da cidade; «a matriz rural, conservadora e autoritária do Estado Novo [...] acabou por responder ao que de mais importante e profundo mobilizava a maioria das elites regionalistas»⁵⁰, sendo que a necessidade de unidade nacional surgiria como argumento de relevo sobre os desejos de maior descentralização.

Esta ideia, desenvolvida por António Amaro, será reforçada por Fernando Catroga ao sustentar que a identificação do regionalismo com o nacionalismo respondia perfeitamente ao credo conservador e antiliberal das novas autoridades, bem como ao frisar (remetendo para os estudos de Marcelo Caetano sobre a matéria) que fora com intuito de favorecer as pretensões de largas franjas populacionais de conotação regeneradora e folclórica, sociologicamente ruralizantes, que a Província fora introduzida na reforma administrativa depois de haver sido consagrada pela Constituição de 1933⁵¹.

Na verdade, se nos concentrarmos sobretudo no movimento regionalista beirão já durante o Estado Novo, após 1933, e olharmos para a facilidade com que a sua estrutura mais representativa, a Casa das Beiras (essencialmente através da sua publicação maior, o *Boletim da Casa das Beiras*) se vai colar à dinâmica ideológica do regime, apercebemo-nos, como já havíamos visto anteriormente, que estes regionalistas são, nesta altura, sem margem para dúvidas, adeptos leais e fervorosos dos valores do Estado Novo. No primeiro

⁴⁹ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.494-495.

⁵⁰ AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.498.

⁵¹ CATROGA, Fernando – **Geografia e Política...**

número deste boletim, em 1935, o seu director, Domingos Pepulim, revisita a origem do regionalismo, adaptando-o agora à imagem do regime:

«Na sua raiz, é o regionalismo a primeira expressão, a mais simples e basilar do nacionalismo. O regionalismo não dispõe de autoridade, mas defende, pelo amor à tradição e ao património moral e local, a própria Nação, contra a desordem, confusão e desmandos de dentro e contra a descoordenação de interesses e aspirações locais; procura disciplinar os espíritos numa doutrina de abnegação pelo bem comum da nossa região: é a primeira cidadela de combate contra as ofensivas e devastações do Internacionalismo»⁵².

Desta forma, a Casa das Beiras virá a comungar do mesmo espírito do regime formalmente constituído na mesma data. Com efeito «um regionalista [...] nunca põe em causa a Pátria. Pode, no entanto, regionalizá-la. Queremos dizer com isto que a associa à região que defende»⁵³.

Em consequência de tudo o que vem sendo dito, valerá agora a pena colocar o problema não já a partir do discurso do regionalismo beirão, mas, desta feita, com base no que sabemos sobre a estética política e o desempenho organicista do próprio regime, a partir da própria lógica estado-novista. Referimo-nos, pois, a essa lógica quase axiomática no âmbito da qual o Estado Novo se assume como estrutura total ao nível de todo o país, alargando a sua influência muito além da esfera política ou económica:

⁵² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 1, Abr. 1935, p.10.

⁵³ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.110.

«[...] diante das superiores necessidades da Pátria Portuguesa – a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade». ⁵⁴

Veja-se então o “Projecto de Constituição Política da República Portuguesa” de 1932⁵⁵. Toma-se como ponto de partida da Constituição a Nação encarada através de três aspectos:

- a) «A Nação em si mesma», no seu todo social e político e decomposta nos seus órgãos naturais entendidos como indivíduos e «grupos sociais diferenciados. Dentro destes últimos: a família, órgão gerador da sociedade e garantia do seu prolongamento; as corporações de natureza moral e económica, elementos reguladores do equilíbrio e do progresso do país; as autarquias locais, núcleos da unidade e soberania nacionais cujas raízes mergulham na família que constitui o mais puro da sua essência».

⁵⁴ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1939. vol. I, p.37.

⁵⁵ «Projecto de Constituição política da República Portuguesa», Diário de Lisboa. In MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo: político e institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p.435-451.

- b) «A Nação no seu desenvolvimento histórico» enquanto Estado Independente capaz não olvidando a soberania de oito séculos nem as «lições do passado».
- c) «A Nação no seu aspecto internacional», na sua extensão ultramarina e no pleno cumprimento dos seus compromissos além fronteiras⁵⁶.

Ou seja, partindo desta concepção base da Nação, constitui-se a espinha dorsal do Estado Novo, seguindo de forma bastante clara aquilo que Maria Manuela da Silva Fernandes Alves designa de *coordenadas ideológicas*⁵⁷, precioso contributo para mapear o perfil do regime, em especial nas suas vertentes mais moldáveis e cúmplices com os modos regionalistas.

O célebre aforismo «Nada contra a Nação, tudo pela Nação»⁵⁸ revela, para lá da assumida centralidade do conceito, uma profunda preocupação de Salazar pela forma como a Nação, no período que antecederia as suas intervenções governativas, se tornara «um corpo doente cujo revigoramento passava pela transformação lenta, mas segura, da mentalidade nacional, pela

⁵⁶ «Projecto de Constituição política da República Portuguesa», Diário de Lisboa. In MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo: político e institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p.435-451

⁵⁷ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo como instituições reveladoras da mundividência do regime salazarista**. Braga: [s.n.], 1998, p.6. Tese de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, apresentada Universidade do Minho. [algumas das principais coordenadas: o Nacionalismo, a Unidade da Nação, o Anti-Individualismo, a Família, a Tradição, o Autoritarismo e o Organicismo]

⁵⁸ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.34.

eliminação progressiva de elementos desnacionalizadores [...] pela submissão a princípios congregadores e consonantes com a tradição»⁵⁹.

A herança cultural de séculos obrigava o Estado, como veremos mais à frente, a uma responsabilidade de continuação dos valores e tradições ancestrais, não se negando, para tal, a quaisquer sacrifícios que fossem necessários. O Estado Novo teria de assentar sempre numa «Política de Verdade, Política de Sacrifício, Política Nacional»⁶⁰, continuando sempre os valores que a tradição impunha, nunca se desviando do caminho da perenidade, da estabilização da cultura nacional, após a conturbação das décadas passadas que, de forma indelével, haviam marcado a liderança nacional. Essas convulsões que abalaram a economia e as finanças públicas trouxeram consigo também um efeito de reacção às políticas demoliberais:

«Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes sectores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelos “bonzos” do PRP, tornara-se sinónimo de “demagogia” e “desordem”, isto é, de instabilidade política e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise»⁶¹.

De tal forma fora marcante o período que antecede a ditadura que, para Salazar, segundo João Medina, todo o ideário e valores demoliberais eram

⁵⁹ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo...**, p.6.

⁶⁰ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)...**, p.23.

⁶¹ ROSAS, Fernando (coord.) – **O estado novo...**, p.243.

mesmo «figadalmente avessos»⁶². A proposição de fundamentos alternativos é portanto de transcendente importância. Desta forma, conforme se sugeriu já, a continuidade da Nação, suportada pela História, será esforço que, pela sua nuclearidade, terá de contar sempre com suficiente abrangência no quadro nacional: «impõe-se aos governos uma política nacional; e em face dela, aos governados impõe-se também uma atitude, um sentimento nacional – com a disposição de trabalhar pela Nação, o aprêço [sic], o amor do que é português»⁶³. O enaltecimento e a nobreza atribuídos à missão de promover a genuinidade portuguesa será sempre uma das pedra-de-toque do regime:

«Nem sei em que o trabalho de reaportuguesamento das nossas instituições sociais e políticas e o culto das boas, sãs, fecundas tradições nacionais, tão próprias para nos darem originalidade e carácter, hão-de levantar dificuldades de monta e não ser preferidos à cópia servil de quanto se pensa e faz em país estrangeiro, inspirador máximo da nossa actividade desde há muito tempo»⁶⁴.

Uma genuinidade, está bom de ver, que deveria então ser fundamento de um todo que se pretendia congregado em torno de ideais comuns. O que se percebe. A lógica que funda o Nacionalismo como elemento base do cerne de toda a estrutura salazarista é a mesma que inviabiliza o lugar do individualismo. Se as necessidades da Nação tomam prioridade, o futuro não se poderá compadecer com interesses que possam afectar a estrutura colectiva.

⁶² MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo...**, p.215.

⁶³ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)...**, p.35.

⁶⁴ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)...**, p.19.

A validade do individual fazia sentido enquanto enquadrada no esforço de aperfeiçoamento para melhor servir o colectivo: «Essa valorização do indivíduo que proclamo e julgo necessária, nada tem a ver com os chamados Direitos do Homem e refere-se apenas à sua valorização como elemento social»⁶⁵. O conceito de indivíduo, tal como era cultivado pelos valores demoliberais, será aqui despido da sua significação e passará a ser sempre existente enquanto integrante do grupo, sendo que «a Nação tem o dever de não ser exagerada ou menos verdadeira, de não avolumar ou generalizar os casos individuais confundindo-os com os interesses colectivos»⁶⁶.

Na base da estrutura de valores advogada pelo Estado Novo residia a família, onde o indivíduo encontrava a sua realização plena, sendo essa a sua competência maior; «era tendência do ser adulto criar uma nova família e tomar à sua responsabilidade a sua manutenção, tornando-se, nessa medida, um elemento social útil»⁶⁷. De alguma forma suprimir-se-á então a existência individual, na medida em que será apanágio do regime assumir a realização humana passando sempre pela sua existência nos chamados *grupos naturais*:

«Vistas bem as coisas, nós estamos em face de uma abstracção [o conceito de *cidadão*, indivíduo] - conceito erróneo ou insuficiente – e será caminhando no sentido dos grupos naturais necessários à vida individual e de que se constitui [sic] realmente a sociedade política,

⁶⁵ SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem e a sua obra...**, p.167.

⁶⁶ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)...**, p.25.

⁶⁷ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo...**, p.12.

que mais seguramente se encontrará o ponto de apoio que buscamos»⁶⁸.

Elementar se afigura, nesta perspectiva, que a necessária estabilidade surge também do contrariar das paixões e liberdades do indivíduo solitário, transformando-se assim em peça integrante do grupo que age de forma hierarquicamente organizada, sempre encabeçada pelo homem, chefe de família, e que irá desaguar rapidamente na necessidade de repetição das experiências validadas pela memória, não havendo pois lugar para a inovação ou para o arrojo de um progresso acelerado.

«Como tal, o recurso à tradição era fundamentalmente uma estratégia conservadora que apontava para uma evolução apoiada na reprodução das experiências, valores e atitudes que o passado provara serem adequadas e que, no confronto com o presente, tinham fortes possibilidades de continuarem a mostrar-se proveitosas»⁶⁹.

É neste espírito de culto da família enquanto repositório de valores hereditários consagrados pelo tempo, que se fundará a própria existência nacional favorável a esse espírito de descendência, a essa devoção pelas tradições mais enraizadas, únicas capazes de conduzir a Nação através dos tempos com a certeza e a segurança de o fazer de acordo com fórmulas até aí assumidas como absolutamente válidas e, como tal, indispensáveis, ao

⁶⁸ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.85.

⁶⁹ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo**..., p.14.

contrário da instabilidade do regime anterior, como já havíamos visto anteriormente, sobre a justificação do Nacionalismo.

De facto, Salazar

«não acreditava nem no sufrágio universal nem sequer no conceito de cidadão, rejeitando todo o sistema representativo concebido desde Montesquieu até aos liberais do séc. XIX como um equívoco, uma vez que só os “grupos naturais”, desde a célula base da sociedade que era a família, às classes sócio-profissionais, passando pelos municípios e grupos detentores do capital e dos meios de produção, deviam ter voz activa na vida política. E se alguma vez aceitou a expressão “democracia”, foi para a adjectivar de um modo que a perverteria de todo como “democracia orgânica”, aquela que entre nós se praticaria, ou seja, com “liberdades” só para os tais grupos ditos naturais, com prejuízo para as efectivas e formais liberdades dos cidadãos»⁷⁰.

Com efeito, esse desprezo pelos ideais liberais será motivo maior para a necessidade de preservação dos valores tradicionais portugueses, em oposição com a ânsia de mudança quase revolucionária do anterior ideário dos partidos da Primeira República.

«The ideals of Portuguese politics have advanced considerably during the last few years, and we cannot permit these ideals to be degraded to the level of the old.

⁷⁰ MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo...**, p.215.

I will not permit great national ideals to be subordinated to minor issues.

There will be no crisis in the Government either complete or partial, as no administrative or political question warrants it»⁷¹

E se, comprovadamente, a unidade da Nação é entendida como facto absoluto, é ainda possível verificar que, após o «Tudo pela Nação»⁷² já citado, Oliveira Salazar vai mais longe, como que descodificando o sentido interno daquela máxima:

«Quanto mais profundo é este sentimento da realidade nacional tanto mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos em que se podem encontrar acidentalmente os diferentes indivíduos»⁷³.

Ou seja, o trabalho da Nação pela Nação deve sempre acontecer no sentido de um reforço da sua unidade, do contrariar a fragmentação. Daí, aliás o particular empenho que o líder dedicou à salvaguarda da unidade da Nação como esteio organizativo:

«A unidade e indivisibilidade do território são condições fundamentais, arredando-se quaisquer

⁷¹ SALAZAR, António Oliveira – **Salazar's statement to The Times** [em linha] (10/10/1933). [Consult. 13 de Fev. 2005]. Disponível em WWW:URL:<http://www.cphrc.org.uk/sources/salazar101033.htm>.

⁷² SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.34.

⁷³ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.34.

hipóteses de excessivo regionalismo ou de confederação política [...]. Por sobre [sic] as fracções de poder – os serviços, as autarquias, as actividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade – sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade do seu espírito de coordenação e da sua força [...].»⁷⁴

Ora, neste ponto, um problema pode, com legitimidade, levantar-se: como entender, à luz de semelhantes pressupostos, o mecanismo da criação de divisões administrativo-políticas e funcionais, forçosamente delimitadoras e parcelizadoras da unidade nacional, recurso a que, como vimos a respeito da divisão provincial, o próprio Estado Novo recorreu, e que – foi já dito – não se afigurou (até pelo contrário) lesivo de determinadas expectativas regionalistas? Como incorporar semelhantes medidas nas coordenadas ideológicas e referenciais do Estado Novo?

Um primeiro elemento a ter em conta prende-se com as já atrás citadas análises de Pierre Bourdieu, mormente quanto à estruturação do conceito de região enquanto resultado do acto de autoridade. «*Regere fines*, o acto que consiste em “traçar as fronteiras em linhas rectas”»⁷⁵ será então resultado do exercício da autoridade, meio de sacralizar a sua actuação subtraindo a realidade ao arbitrário ao enunciá-la pública e oficialmente. O *auctor* a quem compete em partilha a produção da *auctoritas* assume-se como principal

⁷⁴ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.81.

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre – **O poder simbólico**..., p.114.

agente de mudança; mesmo quando se limita a enunciar a realidade, a sua autoridade provoca nela alteração. Assim, a divisão do território fundamentar-se-á desde sempre no acto de poder em si mesmo, sempre alheio a um processo dito natural. Ou seja, «ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”»⁷⁶. Nesta perspectiva, o acto de demarcar assume-se, portanto, como marca tributária de autoridade, única sede competente para proceder a divisões sobre um território que, paradoxalmente, prossegue unido porque sujeito, em comum, ao mesmo arbítrio do poder que o delimitou. Deste ponto de vista, as fronteiras internas surgem como expressão de um poder uniformemente implantado e, assim, potencialmente congregador⁷⁷.

Aceitemos por contributo válido esta linha interpretativa; mas procuremos medir-lhe o verdadeiro alcance vertendo-a sobre o nosso caso concreto. Ora, sabendo nós que, nos anos trinta, o Estado Novo «aspira a regenerar e formar os espíritos de acordo com as suas certezas indiscutíveis, [e que] a pedagogia de inculcação ideológica, simultaneamente impositiva, formativa e repressiva, é um dever inerente à própria função pública [...]»⁷⁸; sabendo nós, então, que o acto de delimitação fronteiriça ganha um novo significado no quadro lógico do regime, enquanto acto de poder, enquanto acto formal de cunho ideológico, interferente sobre a identidade dos indivíduos (essa identidade que haveria que gerir no âmbito de uma autêntica “política de espírito”); sabendo nós que, desta forma, as identidades regionais também «se

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre – **O poder simbólico...**, p.114.

⁷⁷ MARTINS, Rui Cunha – Fronteira, referencialidade..., p. 16-19

⁷⁸ ROSAS, Fernando (coord.) – O estado novo..., p.292.

podem fazer por decreto»⁷⁹ e que, segundo Paul Bois, a região é feita pelo tempo histórico, o tempo dos homens, e não necessariamente pelo espaço⁸⁰; sabendo-se, por conseguinte, do efeito conjugado destes factores, ganha força lógica a criação de fronteiras no interior da Nação, uma vez que, para além de funcionarem como mecanismos legitimadores da autoridade central, tornam-se criadoras ou reforçadoras de traços identitários enquadráveis pelo regime, que assim consolida a unidade das partes em seu torno numa dinâmica claramente organicista.

Com efeito, como grande esteio desta vivência dos valores tradicionais, garantidores da perenidade de um povo que se pretendia unido em torno de um ideal de Pátria que subsistiria às convulsões de um mundo em franca agitação, estará um modelo de Estado de «matriz organicista»⁸¹. Em rigor, a Nação será concebida como um corpo maior, resultado do trabalho comum esforçado das suas diversas células numa estrutura disposta hierarquicamente. «Entre êles [sic] devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município»⁸², exemplos maiores dessa estruturação orgânica que, à semelhança de um corpo vivo, são válidas enquanto fundamentais para o funcionamento do todo, sendo que não haverá lugar para estruturas não operativas neste esforço conjunto.

«O Estado constituía o órgão chave de um todo
hierarquicamente diferenciado e predisposto para a

⁷⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo apud AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento...**, p.445.

⁸⁰ BOIS, Paul apud BOURDIEU, Pierre – **O poder simbólico...**, p.115. (nota n.º 10)

⁸¹ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo...**, p.15.

⁸² SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)...**, p.37.

realização de funções complementares. Cada parte, se bem que realizasse uma função específica, fazia-o em absoluta coordenação e dependência das finalidades gerais, geridas pelo Estado»⁸³.

Ou seja, a validade de qualquer função estaria dependente da utilidade que representava para o Estado, sendo que, desta forma, se estabeleceriam hierarquias de importância das diversas actividades e diversos corpos, havendo tarefas mais nobres do que outras, ainda que a dignidade do trabalho em si fizesse parte do conjunto de valores do regime. Assim, a ideia de «democracia orgânica»⁸⁴ ganha aqui uma nova força, na medida em que todos os grupos têm cabimento e reconhecimento, desde que reúnam as condições mínimas, trabalhando para o bem do Estado e, desse modo, encontrando o seu lugar próprio nesse organismo, subordinando-se sempre a regras bastante claras.

[A Nação] «possuía uma consciência e interesses que não resultavam da simples soma das consciências e interesses dos seus corpos vivos, pelo que, apenas o estado podia regular a vida das partes. Fazia-o através da administração, regida pelos princípios da concentração e continuidade e encabeçada pela direcção política dotada de estabilidade e independência»⁸⁵.

Esta estrutura orgânica era naturalmente dotada desse cérebro, personificada pelo dirigente político estável e inquestionável, de quem emanava

⁸³ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo...**, p.16.

⁸⁴ MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo...**, p.215.

⁸⁵ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo...**, p.17.

a autoridade sacralizada pelo seu sentido de missão e abnegação, «obrigado a falar, mas sem os dotes naturais dos oradores»⁸⁶, «verdadeiramente orador à força»⁸⁷ dando resposta aos anseios de uma Nação que atravessara terríveis dificuldades e convulsões. Desta forma, a sua posição teria de ser entendida como absoluta, derivando das estruturas morais que a tradição encaminhara até então. «Há muita coisa contingente na vida, mas a verdade, como a autoridade, participa do absoluto»⁸⁸.

Assim, de acordo com as opções que a tradição revelava acertadas, institucionalizava-se a prática da autoridade, infalível pela normalização jurídica e mantendo-se genuína pela prática do isolamento purificador do líder. Com efeito, Salazar entendia aproximar-se da prática equilibrada da autoridade afastando-se da emoção que a proximidade da realidade provoca. Nas suas palavras, «os homens habituados a estudar e a reflectir não precisam de muitos factos para sua orientação»⁸⁹.

Daqui se depreende que a organização interna fosse construída de forma absoluta em torno do líder inquestionável e onisciente.

«Em termos de política interna, a Nação tende a ser assimilada ao Estado, tal como sugere o próprio Salazar em 28 de Maio de 1930, ao indicar que a ditadura “fará integrar a Nação, toda a Nação, no estado, por meio do novo estatuto constitucional”. Por meio de uma série de

⁸⁶ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.28.

⁸⁷ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)**..., p.10.

⁸⁸ SALAZAR, António de Oliveira apud FERRO, António – **Salazar, o homem...**, p.269.

⁸⁹ SALAZAR, António de Oliveira, apud FERRO, António – **Salazar, o homem...**, p.126

identificações sucessivas – da sociedade com a Nação, da Nação com o Estado, do Estado com o Governo e do Governo com o seu chefe –, o ditador português justifica, deste modo, a ditadura pessoal por ele exercida enquanto Presidente do Conselho»⁹⁰.

Deste modo, emerge a recusa da manifestação da vontade individual, uma vez que «as opções eram histórica e culturalmente determinadas»⁹¹, compreendendo-se assim a recusa do sufrágio universal e a implementação da censura no sentido de garantir a supremacia dos valores estruturantes do corpo nacional e legitimadores da autoridade do Estado; «e como o governo era Salazar, o Estado era ele...»⁹².

O Autoritarismo será assim a chave para todo o corpo nacional, dirigindo o país através de uma doutrina bem determinada e inflexível:

«Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história: não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever»⁹³.

Perante este brevíssimo esboço de algumas das principais *coordenadas ideológicas* do Estado Novo, cedo emerge um padrão organicista de pendor

⁹⁰ LEONARD, Yves – **Salazarismo e Fascismo**. Mem Martins : Inquérito, 1998, p.92.

⁹¹ ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo...**, p.20.

⁹² MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo...**, p.216.

⁹³ ROSAS, Fernando (coord.) – **O estado novo...**, p.292.

fortemente autoritarista e conservador que invalida as realidades externas a si mesmo, dado o seu carácter de missão providencialista, justificador, por seu turno, de todos os meios considerados necessários para a sua continuidade.

O líder torna-se o «centro da ordem de símbolos, de valores e de crenças que governam a sociedade [...] por ser fundamental e irredutível» participando da «natureza do sagrado»⁹⁴, cabeça de um sistema exemplar que conduz a Nação no sentido da genuinidade que a tradição veicula.

«Para elevar, robustear, engrandecer as nações é preciso alimentar na alma colectiva as grandes certezas e contrapor às tendências de dissolução propósitos fortes, nobres exemplos, costumes morigerados»⁹⁵.

Quer dizer. Enquanto repositório de tradições e projecto de conservação de genuinidade, enquanto expressão parcial da alma colectiva, e, o que não é menos, enquanto convicção tornada certeza pela continuidade temporal da sua própria evolução, o movimento regionalista tinha, afinal, de tudo um pouco para se constituir, também ele, num contraponto estimável às “tendências de dissolução” que importava erradicar. A ser certa esta impressão, a Casa das Beiras só a custo não será uma casa... portuguesa. É o assunto dos próximos capítulos.

⁹⁴ SHILS, Edward – **Centro e periferia...**, p.53-54.

⁹⁵ SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928-1934)...**, p.23.

3 – A Casa das Beiras

Recuperemos, com Maria João Forte, a ideia de que na década de trinta se consolidará uma posição clara por parte do regionalismo beirão, o qual, de acordo com aquela Autora, em expressão que neste estudo já citámos, «nunca põe em causa a Pátria. Pode, no entanto, regionalizá-la [...]», ou seja, associa-a «à região que defende». O amor à *Beira* será a forma mais pura de patriotismo, sendo que «a Beira é uma pequena Pátria»⁹⁶. Este apego pela região não deverá nunca ser confundido com reacção à unidade da Pátria, mesmo na sua mais ampla dimensão ultramarina e internacional, que desperta valores que serão também abordados mais adiante:

«A Casa das Beiras, consciente de interpretar o sentimento dos verdadeiros regionalistas, que vivem apegados ao seu torrão natal [...] e que não querem ver o Património Nacional sujeito a cobiças desenfreadas e perniciosas, pretende demonstrar à Nação, coerente com os seus ideais, o veemente protesto contra acusação infundada [...] do desejo de desmembramento do território nacional ultramarino»⁹⁷.

Indo mais longe, o movimento regionalista beirão, além de assumir o profundo patriotismo e vantagens para a Nação da sua existência, reclama e zela pelo seu estatuto de principal veiculador e representante do regionalismo

⁹⁶ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.110.

⁹⁷ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.111.

português. De facto, segundo convicção expressa em 1935, «nenhuma região – Transmontanos, Minhotos, Alentejanos, Algarvios, Madeirenses, etc. – deu ao regionalismo o desenvolvimento e a intensidade cultural que as Beiras lhe têm dado»⁹⁸.

Deste modo, a década-génese do Estado Novo, aparentemente, traz consigo um movimento regionalista beirão de discurso fortemente nacionalista e conservador, de sede externa à própria região, assumindo as pretendidas características da *Beira* enquanto paradigma fundamental da tradição e valores familiares advogados como desejáveis pelo regime.

No entanto, se a década de 1930 trouxe ao país um novo modelo de regime, capaz de agrupar em seu torno a totalidade da vida nacional, capaz de exercer a sua autoridade centralizadora, permitindo-se legislar novas divisões internas que, como vimos, garantiam o aval e as boas graças dos movimentos regionalistas, a década de 40 vai trazer novos desafios ao Estado Novo.

O eclodir da II Guerra Mundial trará consigo aquilo que Fernando Rosas definirá como «a primeira crise séria do regime»⁹⁹. De facto, os efeitos da política de neutralidade virão a denunciar «a acentuada, e em certos aspectos, total dependência externa do país quanto ao fornecimento de matérias-primas estratégicas e de bens intermediários e de consumo essenciais à vida económica»¹⁰⁰. Se a isto adicionarmos as condicionantes externas da economia de guerra, como, por exemplo, o bloqueio económico anglo-americano, visando impedir as forças inimigas de obter elementos fundamentais ao seu esforço de guerra, torna-se evidente que a dependente economia nacional acabará

⁹⁸ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.112.

⁹⁹ ROSAS, Fernando (coord.) – *O estado novo...*, p.301.

¹⁰⁰ ROSAS, Fernando (coord.) – *O estado novo...*, p.323.

também por sofrer fortes abalos com as contingências do mercado internacional.

Da já explorada caracterização da economia nacional neste período por diversos autores, da sua prosperidade e dificuldades inerentes, será aqui de destacar que, da falta de géneros, da fome, da insuficiência salarial, do agravamento das condições de vida e do aumento das desigualdades sociais, irá resultar o ressurgir da contestação do operariado industrial e com ela a acção reivindicativa dos assalariados rurais. O Ministério do Interior, logo em Abril de 1941, regista as primeiras notícias de motins e «a insubordinação camponesa multiplica-se em manifestações pontuais várias que se prolongam até 1947, com um máximo de conflitos em 1943»¹⁰¹.

Deste modo, vemos que este surto do operariado industrial «vai bulir com todos os demais equilíbrios, pressionar redefinições, em suma, acastelar nuvens ameaçadoras sobre o futuro do regime»¹⁰²; é então perfeitamente aceitável perceber esta viragem para a década de quarenta como ponto de mudança no país e no próprio regime, uma vez que «[...] com a eclosão da Guerra, a 1 de Setembro de 1939, mudam as condições económicas gerais, a política económica do governo, o comportamento dos agentes económicos e o próprio ambiente social e político»¹⁰³

¹⁰¹ ROSAS, Fernando (coord.) – O estado novo..., p.366.

¹⁰² ROSAS, Fernando – **Portugal entre a paz e a guerra: estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa: 1939-1945**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.338.

¹⁰³ PATRIARCA, Fátima – **A questão social no Salazarismo: 1930-1947**. Lisboa: IN-CM, 1995. vol.2, p.567.

Este momento da História nacional será de tal forma marcante que, não por acaso, diversos autores o assumem mesmo como ponto de viragem no percurso da liderança de Salazar e da própria vida nacional:

«Olhando, hoje, para uma Europa reconstruída da devassa e dos malefícios de uma guerra cruel e fratricida [...] não se sabe qual teria sido o preço total para Portugal o ter entrado nesse trágico conflito. Sabe-se, pelo menos que não *ter ido* à guerra *custou* a manutenção e consolidação do regime que teve em Salazar o seu chefe supremo»¹⁰⁴

Face ao exposto, e, basicamente, face à emergência de convulsões conjunturais susceptíveis de afectar, de algum modo, os alicerces político-ideológicos do Estado Novo, há boas razões para suspeitar que, como que por arrasto, também o movimento regionalista beirão, fortemente anti-cosmopolita e anti-partidário, revendo-se no ideário do Estado Novo, a quem apelava directamente, aceitando assim, tacitamente, a centralização salazarista, possa ter sofrido alterações no seu posicionamento face à nova realidade vivida, e que, inclusive, a fórmula da já reconhecida colagem ao regime possa conhecer, então, alguma turbulência.

No sentido de conseguir caracterizar o movimento regionalista beirão no período aqui considerado, a imprensa escrita, enquanto voz das ansiedades coevas, surge, à partida, como posto de observação privilegiado para a análise, instrumento adequado para tomar verdadeiramente o pulso ao discurso

¹⁰⁴ OLIVEIRA, José Manuel Paquete de – A guerra vista através da imprensa portuguesa. In CARRILHO, Maria [et al.] – **Portugal na segunda guerra mundial: contributos para uma reavaliação**. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p.215.

regionalista beirão, uma vez que «a informação produzida na comunicação social está intimamente ligada ao processo da construção das identidades colectivas [...]»¹⁰⁵. E se é verdade que, fazendo fé nas palavras de Paquete de Oliveira, num país «com uma população com fraco poder de compra e elevado índice de analfabetismo»¹⁰⁶, é aceitável dizer-se que «a imprensa era vista não tanto como fazendo parte do aparelho ideológico do regime, mas como um potencial veículo de oposição»¹⁰⁷, tal não significa que a totalidade dos sectores da imprensa escrita se inscreva nessa vocação potencial. Uma advertência útil para quem se depara com o material com que lidamos em contexto beirão.

Nesse sentido, foi nossa preocupação identificar os órgãos *a priori* mais susceptíveis de manifestar a construção de um discurso regionalista beirão, por forma a permitir-nos assim uma caracterização tão clara quanto possível da imagem criada. Através do já citado estudo de Rui Manuel Amaro dos Santos¹⁰⁸, cedo reconhecemos os dois órgãos de comunicação fundamentais para este movimento provincial no período em estudo: o *Diário de Coimbra* e o *Boletim da Casa das Beiras*.

Da análise particular de Amaro dos Santos sobrevém que o *Diário de Coimbra*, «órgão oficial do movimento regionalista das Beiras»¹⁰⁹, se assume como estandarte de uma campanha regionalista específica em dois níveis de

¹⁰⁵ OLIVEIRA, José Manuel Paquete de – *A guerra vista através da imprensa portuguesa*. In CARRILHO, Maria [et al.] – **Portugal na segunda guerra mundial...**, p.217.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, José Manuel Paquete de – *A guerra vista através da imprensa portuguesa*. In CARRILHO, Maria [et al.] – **Portugal na segunda guerra mundial...**, p.220.

¹⁰⁷ SEATON, Jean; PINLOTT, Ben apud OLIVEIRA, José Manuel Paquete de – *A guerra vista através da imprensa portuguesa*. In CARRILHO, Maria [et al.] – **Portugal na segunda guerra mundial...**, p.220.

¹⁰⁸ SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.20.

¹⁰⁹ SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.2.

actuação: «em primeiro lugar, a nível regionalmente externo, atraindo outros núcleos populacionais [...]; em segundo lugar, a nível interno, dotando a cidade de Coimbra de infra-estruturas urbanísticas, que a projectassem como verdadeira e inequívoca capital da “Beira Histórica”»¹¹⁰, certamente entendida como o conjunto das três Províncias beirãs. Deste modo, vemos que este periódico, em particular, cria um novo patamar na escala regional, procurando também salvaguardar os interesses do local, concebendo, para tanto, uma grande *Beira*, da qual será centro fundamental a cidade de Coimbra, que, por isso mesmo, aí será objecto de regular enaltecimento.

No entanto, como já havíamos visto, e seguindo os mesmos estudos, verificamos que o regionalismo beirão se pautará indubitavelmente pela sua expressão enquanto movimento externo às Províncias, sediado em Lisboa, naquela que será a sua instituição maior, congregadora de todas as correntes regionalistas beirãs, principal responsável pelo discurso regional deste movimento: a Casa das Beiras de Lisboa. Será então o momento para focar a presente investigação na análise desse discurso, tendencialmente presente no órgão oficial de comunicação desta instituição.

No decurso da investigação apercebemo-nos ainda das profundas ligações da Casa das Beiras de Lisboa com as suas congéneres no exterior do Portugal Ibérico, nomeadamente as Casas das Beiras de Lourenço Marques e do Rio de Janeiro. Também estas instituições surgem dotadas de mecanismos de comunicação social sobre os quais também nos debruçaremos: o *Boletim Mensal* da colónia africana e o *Boletim Associativo* da congénere brasileira.

¹¹⁰ SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O Regionalismo Beirão no Diário de Coimbra...**, p.31.

Na análise que se segue, o nosso procedimento metodológico será necessariamente devedor das alusões que atrás fizemos às manifestas convulsões de que este período se reveste, o que aconselha a tomar a cronologia do periódico como elemento estruturante de análise, no sentido de perceber quais as principais linhas de continuidade ou de descontinuidade do discurso regionalista beirão e, com isso, até que ponto a imagem da *Beira* por ele produzida se mostra mais resistente à conjuntura e fundamentalmente inalterável ou, ao contrário, mais sensível aos sinais de mudança conjunturalmente expressos.

3.1 – Elementos de continuidade: análise cronológica do *Boletim e Revista da Casa das Beiras de Lisboa*

3.1.1. O *Boletim* entre 1939 e 1942

Tendo Domingos Pepulim prosseguido no exercício das funções de director desde a sua fundação, acompanhando a mudança da primeira para a segunda série do *Boletim*, não é difícil imaginar a existência de fortes vectores de continuidade na sua linha editorial na passagem para a nova década.

Já antes havíamos referido o peso que a tradição e o seu valor representavam no ideário do regime e do regionalismo que até aqui verificámos ser seu aliado incontestável. Dadas as circunstâncias no dealbar da década de quarenta, torna-se premente a reflexão sobre esta perspectiva do discurso regionalista, bem como sobre a aceitação da centralização do poder, ou do anti-partidarismo ou mesmo do anti-cosmopolitismo.

Ainda antes do final da década de trinta, logo no primeiro número de 1939, surpreendemos um *Boletim da Casa das Beiras* preocupado com a apologia da grandeza da raça, a propósito do 1.º Salão Académico de Coimbra (aqui referida como «a primeira urbe da nacionalidade»¹¹¹) em Lisboa, que será aqui apresentado como a primeira grande colaboração da Casa das Beiras com o 9.º Centenário da Fundação da Nacionalidade.

¹¹¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.11-13.

«A Mocidade Académica Coimbra tem uma herança, etnicamente, o vínculo luso dos séculos, com todas as sobrevivências históricas do livre montanhês e do guerreiro heroico [sic]; culturalmente, a galeria de sábios, humanistas, médicos, juristas, teólogos [sic], matemáticos, e astrólogos que de Coimbra encheram a Europa com o prestígio e o encanto das suas luzes.

Não pode ser banal, assim, o primeiro Salão Académico de Coimbra»¹¹².

Coimbra é assim descrita enquanto cerne cultural imposto pela História, ultrapassando os limites da *Beira*, engrandecendo por si só a Nação e a própria humanidade.

Ainda assim, logo em seguida, e de forma quase desconcertante, no artigo “Sarau à Francêsa [sic]”¹¹³ temos a notícia da iniciativa que pretende «angariar donativos que mitiguem a miséria que aflige as creanças [sic] das Beiras», das mesmas Beiras ditas origem da raça e esteio da cultura. Desta forma, assistimos à assunção do conhecimento, por parte da *Casa*, da existência de dificuldades sociais e económicas graves que assolam as Beiras. A panaceia encontrada é sempre distante de qualquer intervenção política ou social mais intensa, sendo aqui a caridade solidária de quem, habitando na capital, se encontra afastado, mas acredita não esquecer as raízes e se empenha no apoio à terra mãe através de «um faustoso Sarau á [sic] Francêsa [sic] em que senhoras e Cavalheiros, nos seus trajos impecáveis de soirée, num ambiente de luxo e gentileza [sic] que é conquista da nossa civilização [sic] [...]»

¹¹² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.11-13.

¹¹³ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.13.

de forma a praticar «[...] aquela caridade que mitiga lágrimas e transforma a miséria, a dôr [sic], e o mal-estar de tantos seres em alegrias e sorrisos [...]»¹¹⁴.

Entretanto, mantendo o acento no universo juvenil mas sem perder o referente norteador da sua génese editorial, o periódico transcreve seguidamente a "Saudação", poema da autoria do Tenente Pires Antunes dedicado às crianças da *Aldeia mais Portuguesa de Portugal*, a toda a juventude e a Portugal, aquando da visita daquelas à capital no dia 1 de Dezembro de 1938. Aqui se consolida uma vez mais o enaltecimento do valor da Nação que a história encerra, que o Estado Novo mantém e que na juventude se reflecte, «pois estas crianças todas vêm trazer-nos as bodas das almas mais portuguesas»¹¹⁵. Decididamente, os rostos da miséria não podem ser senão manifestação episódica de uma genuinidade nacional que, estando para lá do momento concreto dos seus actores, estes expressam em qualquer circunstância.

É verdade que as alusões directas aos tais momentos concretos e às dificuldades concretas dos actores sociais concretos chegam a emergir mesmo de forma directa no Boletim. Em Janeiro de 1939 é também publicada a tese que havia sido apresentada no VI Congresso Beirão, subordinada ao tema "A Instrução Agrícola e a Economia Nacional"¹¹⁶. Aqui encontramos desenvolvida a ideia de um crescimento agrícola abaixo das reais capacidades do operário português que, sem instrução, é incapaz de rentabilizar a actividade de forma verdadeiramente competitiva, também graças «à má constituição dos prédios agrícolas e à defeituosa exploração desses prédios», «à imperfeita correcção

¹¹⁴ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.13.

¹¹⁵ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.18.

¹¹⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.32.

mecânica e química, assim como a errada, deficiente ou nula fertilização [sic] dos campos», «à, tantas vezes, deficiente alfaia utilizada [sic] na cultura», «à péssima instalação das oficinas tecnológicas, instalações e continentes para a conservações [sic] dos produtos», «à deficiente alimentação, habitação e higiene [sic]»¹¹⁷. A impressão que fica, ainda assim, maugrado este tipo de referências, é a pouca frequência com que eles surgem ao longo da edição.

A simples junção destes elementos dispersos permitirá já um ponto de ordem na análise. Com efeito, a Casa das Beiras revela-se ciosa da sua herança de elevação intelectual, bem como das suas raízes enquanto defensora do cerne do passado nacional, mas vai-se mantendo distante de uma realidade que muito raramente vemos referida. As dificuldades pelas quais as Beiras vão, no concreto, passando, são objecto raro da preocupação do *Boletim*, havendo, por contraste, continuamente espaço para o enaltecimento de aspectos de cariz histórico e tradicional. Expressão, afinal, de que este regionalismo se constrói essencialmente com o objectivo de servir a Pátria na sua unidade, de acordo com a lógica do regime, de tal forma que:

«Assistimos hoje a um dos factos mais extraordinários da Evolução do Estado Novo: à propaganda do culto do Regionalismo pelo Secretariado da Propaganda Nacional, arreigando nos costumes, nos interesses [sic] e no orgulho local o amor regionalista e tradicional da cantiga, da velha usança indumentária, do culto da lenda e do monumento ou das suas ruínas, pelas exposições públicas

¹¹⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.34.

em Lisboa dos grupos corais e coreográficos das regiões, pelo tão simpático concurso da Aldeia Mais Portuguesa, pela colaboração constante em festas nacionais, centenárias ou não, dos mais belos panoramas étnicos [sic] costumeiros e tradicionais do povo português.

[...] Compreendeu assim o Estado que o lema da “Casa das Beiras” “Não há patriotismo sem regionalismo” com que o Boletim desde o seu primeiro número afirma a sua fé nacionalista, não só não é uma expressão de acaso [...], mas um pensamento profundo da alma beirôa [...]»¹¹⁸.

Também as bases antropológicas que o tempo vai sedimentando são abordadas enquanto vector primordial do perfil das Beiras. Está em causa a produção de genuinidade. De resto, os tempos correm de feição à *redescoberta do povo*, entidade que importa sobremaneira promover e que ganha então o impulso oficial de novos cultores, entre os quais se contam observadores *externamente* situados (como o eram, em fim de contas, por via da sua deslocação na capital, boa parte dos homens da Casa das Beiras), agentes mais ou menos conscientes de uma “folclorização politicamente enquadrada”¹¹⁹. Por isso se dirá, em artigo sobre a obra *Etnografia da Beira*, do Dr. Jaime Lopes Dias, que «As Beiras são um caudal opulento e incomparável da história etnológica de Portugal»¹²⁰.

¹¹⁸ **Boletim da Casa das Beiras**... n.º 11, II série, Mar. 1939, p.1, 2.

¹¹⁹ CATROGA, Fernando – Ritualizações da História. In TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – **História da História em Portugal (séculos XIX e XX)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 597.

¹²⁰ **Boletim da Casa das Beiras**... n.º 11, II série, Mar. 1939, p.8.

A importância que o duplo centenário teria na vida regionalista beirão vem reforçar novamente a ideia de que este movimento é essencialmente movido pela força de motivações históricas produtoras, também elas, de limites internos na Nação. Veja-se a proposta lançada pelo vice-presidente do Conselho Regional da Casa das Beiras, Tenente-coronel Pina Lopes, a este propósito, em que a referência à existência do *Beirão* enquanto personalidade histórica se casa bem com a referência a uma região demarcada, antes de mais, pelo seu passado glorioso e singular:

«[...] O duplo Centenário que vai faustosamente realizar-se em tódo [sic] o país durante o próximo ano de 1940, interessando, como não podia deixar de ser, a tódos [sic] os portugueses, não é lícito – creio eu – que possa decorrer indiferente à Casa das Beiras, representante, em Lisboa, de tóda [sic] a parte central de Portugal – O [sic] seu verdadeiro coração – o mais fecundo alfofre de homens notáveis que, em primeira plana, e em todos os seus tempos [sic], mais contribuíram para a fundação, para a independência, e para a grandeza da nossa querida Pátria, bem como para a expansão, decidida, do vasto e glorioso Império Português.

E quere [sic] parecer-me que cometeríamos uma falta imperdoável se deixássemos [sic] passar êste [sic] momento excepcional, como outro igual não nos poderá surgir, sem que procurássemos [sic] exaltar êsses [sic] Beirões de Antanho, essas gloriosas relíquias beirôas [sic] do passado, se não de harmonia com os seus inigualáveis serviços prestados a esta gloriosa Pátria Portuguesa, pelo

menos em conformidade com as nossas mais que modestas possibilidades financeiras»¹²¹

Debrucemo-nos agora sobre o artigo do Dr. Domingos Pepulim, onde o conceito de Província enquanto unidade que a História corrobora é fortemente defendido, a propósito da discussão sobre a maior relevância dos distritos ou das Províncias. Não sendo nossa intenção aprofundar a querela entre a divisão distrital e a provincial, atente-se na argumentação de um dos maiores defensores da divisão provincial, precisamente o director do *Boletim* aqui em análise:

«A [P]rovíncia, entre nós, tem tradições na administração publica [sic], militar e política da península, que recuam até ao domínio [sic] romano nas *Galias* e *Espanhas*. [...] Províncias, Vicariatos, Comarcas, Municípios, são as mais antigas expressões da nossa vida política e administrativa. [...] A [P]rovíncia pode ter lapsos de consagração em algumas épocas [sic], nas nossas leis; mas logo a legislação as desafronta do esquecimento, a elas voltando na divisão territorial administrativa e militar [...]. E mais tarde no século 13, aparece-nos a Província da Beira; e, desde então, nunca mais se perdeu na nossa legislação o velho e tradicional conceito romano de Província»¹²².

¹²¹ **Boletim da Casa das Beiras**... n.º 11, II série, Mar. 1939, p.11.

¹²² **Boletim da Casa das Beiras**... n.º 13,14, II série, Out. 1939, p.9-13.

Neste último ano da década de trinta há ainda lugar para mais um momento que traduz as profundas motivações historicistas do discurso regionalista beirão, como vemos pela colagem da Beira à figura mitificada de Viriato:

«[...] o Boletim da “Casa das Beiras” quer inaugurar mais um ano de bom combate pelo engrandecimento da Velha Beira e união da velha família, que a sombra de Viriato cobre, como uma tradição viva com a sua indomável coragem de guerreiro, e altivo espírito de precursor duma Pátria livre e independente»¹²³.

Se até aqui pudemos confirmar a existência de um discurso pautado por uma postura regionalista que se construíra desde cedo sobre os caboucos da Casa das Beiras e do conservadorismo enaltecedor dos valores pátrios, é também possível confirmar que, no início da nova década, não sendo esse discurso completamente alheio aos problemas que envolvem a Nação, nem por isso o travejamento nuclear da sua orientação política sofre particular cambiante. Assim, se é certo que se alude ao conflito internacional em curso, logo se fez dessa alusão o pretexto para o louvor ao sistema corporativo que, internamente, vai encaminhando a Nação rumo ao associativismo, uma vez que esta não ganhara ainda um verdadeiro e aparentemente desejado pendor cooperativista, rumos estes que encontram o seu expoente máximo no exemplo beirão, habituado a lutar por causas elevadas, unindo-se em comum pela Liberdade e Independência nacional. O peso da História, segundo o *Boletim*,

¹²³ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 13,14, II série, Out. 1939, p.41.

continua a marcar uma região que, unida em nome do seu engrandecimento, constitui exemplo maior para elevação da Pátria una e deste modo cada vez mais robustecida. E, mesmo aceitando que a economia de guerra obriga a novos desafios, será aqui salientada a necessidade do debate e da união de todas as forças, recorrendo sempre ao ímpeto das suas tradições e valores mais profundos. Portanto, caberá às Beiras, de forma particularmente intensa, a responsabilidade de encontrar novas reflexões perante as dificuldades que poderão surgir, apesar da situação de neutralidade.

«Êste [sic] aspecto do Regionalismo, quando organizado em todo o país na sua pureza histórica, municipalista e idiosincrásica [sic], não pode ser indiferente ao Governo [sic] da Nação, e no futuro Congresso de Viseu há que evocar e esclarecer êste [sic] novo conteúdo nacionalista do regionalismo, em face dum Problema que era considerado utopia há um ano e que hoje surge, após as primeiras dificuldades e violações do Direito das gentes na guerra, como solução europeia a considerar, tendo já como predromo [sic] experimental, a aliança económica, militar, e monetária entre a França e Inglaterra e, mesmo, nesta hora de angústia, as tentativas similares doutras Nações»¹²⁴.

Para já, o ideário conservador que, nas suas diversas facetas, se detecta antes do início da 2.^a Guerra, prolongar-se-á, e, para mais, neste ano de 1940, reforçado pela coincidência das comemorações que irão suceder, às quais se juntará a inauguração do primeiro monumento à memória de Viriato. Veja-se o

¹²⁴ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 15, II série, Jan. 1940, p.1-3.

enaltecimento emotivo de valores tão tradicionais ao regionalismo beirão como ao próprio regime no momento final do texto alusivo ao Congresso e a todas as efemérides em questão:

«Vizeu [sic], Viriato, a festa centenária, o Congresso beirão, a romaria coincidente dos menos misturados representantes da velha progénie lusitana num conclave regionalista, como afirmação de Fé, de Orgulho, de Vitalidade Nacional, de perfeita integração nos rumos da Tradição e da História. – Por Vizeu [sic]! Pelas Beiras! Pela Raça! Pela Pátria!»¹²⁵.

No mesmo número vemos o reassumir intenso de tais ideais por parte da entidade Casa das Beiras, em texto de homenagem a Eugénio de Castro, em cujo âmbito se incorporam, de modo claro, na terminologia do enaltecimento beirão, expressões caras não apenas ao discurso oficial do Estado Novo, mas, em especial, caras ao próprio discurso do seu chefe:

«A Casa das Beiras é a mais nacionalista, ordeira e patriótica de quantas instituições livres existem em Portugal. Tem o orgulho, a altivez e o perfeito comando das responsabilidades da sua missão provincialista [sic] em que as Beiras a investiram, e pôe [sic] uma modesta mas firme dignidade no cumprimento do seu Estatuto num inquebrantável espírito de exaltação das Beiras e da Nação.

¹²⁵ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 15, II série, Jan. 1940, p.6.

Nada dela vem contra a Nação, porque o Regionalismo é a própria Nação [...].

Na cultura e na Arte o papel da Casa das Beiras é apagado; mas, no seu regionalismo provincial, ergue-se sempre como vedeta máxima dos seus tesouros [...]»¹²⁶

É sem surpresa que, no número seguinte, continuamos a observar este espírito de entusiasmo que tanto a realização do Congresso em Setembro desse ano, quanto, conjugadamente, a necessidade de estímulo pela eventual dificuldade da conjuntura mundial, vieram acentuar, tudo resultando num reforço da carga ideológica que até aqui vínhamos observando e que atinge patamares de elevada intensidade:

«[...] ser-se beirão é ser regionalista, é ter crença em Deus, na Pátria e no Futuro; ser-se beirão é ter-se também Fé em nós mesmos, acrescentarei agora, aquela Fé que faz milagres e que até fez o milagre duma Nação tão pequena ter sido a maior do Mundo há 4 séculos»¹²⁷.

Já em Junho de 1941, a propósito do livro *O Berço e o Regionalismo*, de Hipólito Raposo, ainda no seguimento das teses apresentadas no VII Congresso, encontramos a definição maior do ideal de regionalismo beirão na óptica da Casa das Beiras, a qual entende aquele como activismo ordeiro,

¹²⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 16, II série, Mar. 1940, p.8. [sublinhado nosso]

¹²⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 17, II série, Mai. 1940, p.26.

colocado ao serviço dos “beirões espalhados no Mundo” e, por tabela, ao serviço do “fortalecimento do amor pela Pátria”.

«[Entendido] como acção, não combate, antes aproxima-se ordeiramente dos poderes públicos, estuda, esclarece e apresenta-lhes em plena liberdade os seus problemas. Não lhos pretende impôr [sic] ou, por qualquer forma criar embaraços e fomentar núcleos de oposição, ou movimentos de desgaste que atinjam o princípio da Autoridade, constringam ou condicionem a sua liberdade de acção.

Procura o Regionalismo beirão em primeira instância a defeza [sic] e a valorização do seu património [...] onde quer que êle [sic] se represente – [...] no bem-estar moral e material das suas Póvoas, na ligação dos elos ancestros [sic] ou recentes dos beirões espalhados no Mundo, procurando ligá-los pela tradição e até pela *saudade* do velho lar de origem, ao fortalecimento do Amôr [sic] pela Pátria»¹²⁸.

É, então, o regionalismo beirão, em decorrência de tal discurso, a força que, em estreita cooperação com o regime, sem qualquer traço de desejo autónomo, se afirma mesmo como seu grande aliado, e cuja energia resultará da sua genuinidade e tradicionalismo, bem como da sua unidade, dentro e fora das próprias fronteiras do Portugal Continental.

¹²⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 21, II série, Jun. 1941, p.26.

No último número da segunda série, dirigido pelo já citado Coronel Duarte Veiga, surge a notícia do falecimento do seu anterior director, Dr. Domingos Pepulim, motivo pelo qual se iniciará uma nova série após este último número 28, publicado no mês de Dezembro de 1942.

3.1.2 - O *Boletim* de 1942 a 1944

Dirigido agora pelo Dr. Jaime Lopes Dias, vemos, logo em abertura, uma carta de princípios onde se traça o desejado rumo editorial para o futuro do *Boletim*. Em primeiro lugar, o trilha fundamental a seguir será o da «mais dedicada e leal colaboração com todos os beirões e com todos os portugueses amantes da sua terra e da sua Pátria»¹²⁹, mostrando-se alheio a qualquer separatismo ou rivalidade. Se até aqui não percebemos nenhuma alteração de fundo em relação à linha anterior do *Boletim*, o parágrafo subsequente já se revela mais singular:

«Sabendo onde começam e onde terminam as Beiras, conhecendo o atrazo [sic] em que vivem muitas das suas povoações e o anseio em que algumas se debatem pela realização de velhas e legítimas aspirações, não lhe repugna que os seus naturais defendam e queiram para as suas terras, para os seus distritos, para as suas províncias, aquilo de que precisam ou mesmo mais; simplesmente não considerará legítimas nem razoáveis as aspirações que se não orientem no respeito mútuo que os beirões, homens de bem e leais, devem uns aos outros»¹³⁰.

O assumir evidente de problemas de alguma relevância nas Beiras surge aqui como elemento novo, mas mais inédito ainda será o segundo ponto do seu

¹²⁹ *Boletim da Casa das Beiras*... n.º 1, III série, Jan./Mar. 1943, p.3,4.

¹³⁰ *Boletim da Casa das Beiras*... n.º 1, III série, Jan./Mar. 1943, p.3,4. [sublinhado nosso]

programa editorial, abordando claramente a temática da Guerra e das dificuldades que ela trouxe, acreditando estar o seu final próximo. Caberá ao *Boletim* o apoio às localidades nas suas carências mais urgentes, conduzindo-as à respectiva resolução, por sua iniciativa, agora que a situação iria certamente melhorar:

«[...]abastecimento de água límpida que dessedente os que ainda a bebem conspurcada e pestilenta; boas vias de comunicação para os que ainda transitam por caminhos quási [sic] ínvios; hospitais para os que não têm abrigo nem amparo quando adoecem, etc., etc.

Aqui se publicarão e prestarão os esclarecimentos necessários para orientar praticamente [sic] os homens bons na forma de os realizarem»¹³¹.

Claramente, a linha editorial sofrera, nesta nova génese, alterações marcantes. O assumir de dificuldades nas Beiras, descrevendo mesmo algumas das profundas carências vividas, vem de algum modo amenizar o peso representativo do tom elogioso quase contínuo, que até então era a imagem de marca do *Boletim*, esse discurso laudatório de uma terra de virtude onde, de quando em quando, se referiam, de forma quase suave, algumas situações, digamos, menos gloriosas e com menor carga de positividade.

Em relação ao terceiro ponto desta autêntica carta de princípios é também de realçar o seu carácter inédito no contexto da linha editorial do *Boletim*, falando-se abertamente das dificuldades dos tempos e do condicionamento a que as leis vigentes obrigam:

¹³¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 1, III série, Jan./Mar. 1943, p.3,4.

«[...] neste terreno movediço em que decorre a vida dos povos e numa época em que, mais do que nunca, há necessidade de inventariar e conhecer os melhores valores, o “Boletim”, abrirá as suas portas a todos os que tenham idéias [sic] e as queiram expor [sic], conheçam os problemas actuais e os queiram ventilar, dentro – é evidente – do condicionamento das leis vigentes»¹³².

É dentro deste espírito que o *Boletim* se assumirá como espelho da vontade dos beirões que com ele queiram colaborar. Na verdade, as preocupações económicas da própria *Casa* são agora claramente referidas, sem os cuidados e paliativos anteriores, como vemos ainda neste primeiro número:

«As condições criadas pela guerra: carestia de papel, custo de gravuras, etc., tem obrigado tôdas [sic] as publicações a rever preços e a proceder a várias restrições. Também nós vamos adoptar medidas especiais destinadas a garantir a publicação do nosso Boletim dentro da sua modesta compostura»¹³³.

Confirmam-se estas dificuldades no número 3, tornando-se tarefa hercúlea a continuidade da distribuição gratuita, chegando mesmo ao seguinte apelo:

¹³² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 1, III série, Jan./Mar. 1943, p.3,4.

¹³³ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 1, III série, Jan./Mar. 1943, p.40.

«Estamos para servir de boa vontade!

Precisamos auxílio. Quem no-lo presta?

O presente número é, ainda, distribuído gratuitamente a todos os sócios, continuando o C.R. [Conselho Regional] a aguardar resposta [...]»¹³⁴.

Com efeito, o anterior discurso inflamado do provincialismo encomiástico, profundamente doutrinador, ganha agora novas tonalidades, como vemos num artigo de Lino Pinto, que será terminado no número 2 desta série, assumindo claramente problemas relativos ao turismo nas Beiras e à não concretização de medidas claras que caminhem no sentido do seu desenvolvimento. A este propósito, o discurso de louvor da raça dá lugar a uma outra fórmula:

«Como, porém, o português arrefece depressa nos seus entusiasmos, como as brasas incandescentes em potes de água fria, tudo acabou por morrer no esquecimento, e a breve trecho voltou o problema a reentrar na sonolência nacional, onde jaz na doce paz do Senhor.

É e foi sempre assim. Quando as inteligências se comprazem e confinam, sómente [sic], na embriagadora sonoridade das palavras e dos discursos, sem associar às idéias [sic] o processo da sua realização, é sabido que tôdas elas murcham e fenecem como as breves rosas-de-toucar»¹³⁵.

¹³⁴ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.10.

¹³⁵ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.25.

E se, até aqui, o discurso surge marcado por algum ineditismo, o seguinte excerto põe mesmo em causa um dos elementos mais primordiais do regionalismo beirão, os Congressos:

«Devo confessar êste [sic] meu pecado: por meu feitio e justa modêstia [sic], nunca senti francamente em grande entusiasmo e fé nas virtudes dos Congressos ou dos grandes aglomerados humanos para o estudo reflectido e decisório dos grandes problemas sociais e políticos, e daí, certamente, a minha natural tendência para não tomar assento nêles [sic]

É que sempre me pareceu que os congressos servem quási sòmente [sic] para dar assunto à bisbilhotice dos jornais, sempre empenhados na costumada exaltação dos nomes consagrados, mais pela água benta do que pelos seus reais méritos, e pouco servem, infelizmente para produzir trabalho útil ou proveitoso, pois, por via de regra, dêles [sic] apenas fica o registo jornalístico das aberturas e encerramentos solenes, de discursos inflamados e palavrosos, e de alguns passeios e jantares regados com champanhe»¹³⁶.

De resto, permite-se referir ainda o autor, claramente “não alinhado” com a *doxa* corrente por entre a causa beirã (e corrente também ao nível do pensamento “oficial” consagrado, até aí, pela própria *Casa*), que, se reedita no *Boletim* a sua tese sobre eventuais soluções para o turismo nas Beiras, tal só

¹³⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.25,26.

sucedem em virtude do novo director ser possuidor de uma «invulgar personalidade [...], exemplo vivo de extraordinária actividade realizadora»¹³⁷.

Assistimos, assim, a alguma mudança nos critérios editoriais do *Boletim*, assumindo uma imagem da *Beira* mais crua e mais centrada sobre a gravidade dos anos coevos. Nem por isso, contudo, perdem vigor as matrizes discursivas mais canónicas, chamemos-lhe assim, sejam as de enfoque na vida interna da *Casa* e nas suas realizações, como os concursos de monografias e as sessões de homenagem aos professores primários e individualidades notáveis da instituição, sejam as de características claramente propagandísticas sobre as belezas das Beiras, bem como estudos de história que vão procurando raízes num passado longínquo, como o texto *De onde vem o nome Beira? Evolução e organização das Terras da Beira*, de José Manuel Landeiro¹³⁸.

De alguma forma, e esse é, com certeza, o traço mais notável da inflexão sentida, inicia-se agora um processo de ensimesmamento, onde assistimos à edição de artigos elogiando e lembrando o trabalho de regionalistas proeminentes ou mesmo sobre o historial do próprio movimento regionalista, como aquele, iniciado no número 2, intitulado *Elementos para a História do Regionalismo Beirão*, de J. Rodrigues Lourenço¹³⁹.

Aparentemente, em toda esta reflexão encontramos este novo acento tónico na reflexão sobre a acção da *Casa*, buscando-se na sua origem a força dos seus argumentos justificativos, logo tornados razões fundadoras, e recordando-se mesmo, em termos de auto-legitimação fundante, os momentos

¹³⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.26

¹³⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 2, III série, Abr./Jun. 1943, p.11,12.

¹³⁹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 2, III série, Abr./Jun. 1943, p.31-33.

de centralização inoperante que obrigaram ao nascimento do movimento regionalista:

«Não há necessidade de o repetir, para que se saiba, que o movimento regionalista não é invenção do nosso país nem da nossa idade e que a importância que assumiu lhe adveio, sobretudo, do desleixo ou incúria dos governos em relação à satisfação das necessidades e aspirações locais»¹⁴⁰.

Aliás, tudo indica que, mais do que assumida, a consciência da importância da herança regionalista é mesmo reforçada, se bem que nunca de molde a pôr em causa o reconhecimento de que o regionalismo é, também ele, uma das marcas de ultrapassagem dos tempos conturbados anteriores ao regime e nunca, por isso, uma tentativa de superação deste último:

«A província viveu, por muitos anos, não só ignorada, como também enganosamente ludibriada com vãs promessas que apenas chegavam a ter comêço [sic] de execução (sobretudo em vésperas de eleições) com a remessa de topógrafos e engenheiros a iniciarem estudos as mais das vezes não se concluíam [sic].

Criavam-se escolas no *D. do G.* que não chegavam a funcionar por falta de edifícios, ou por falta de professores [...].

¹⁴⁰ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.3.

O regionalismo, movimento construtivo, sem aspirações de ordem política mas, de algum modo, protesto contra o que se passava, [...] procurou vencer a rotina, criar alguma coisa de novo, fomentar o espírito de iniciativa¹⁴¹.

É, pois, neste contexto que se repensa a própria vida, evolução e dinâmica da *Casa*, reflexão interna essa que se afirma, de modo recorrente, como tipificadora desta fase específica dessa entidade, numa conjuntura que parece obrigar, apesar de tudo, a incorporar o quadro de dificuldades da época como cenário incontornável, o qual, se atinge de alguma maneira a própria *Casa*, não será susceptível de lhe perturbar os alicerces fundamentais.

«E bastante tem conseguido porque muitas aspirações e necessidades têm [sic] sido satisfeitas [...].

Não é, pois, exagerado ou descabido classificar de valiosa e meritória a sua obra. Mas terá êle [sic] cumprido inteiramente a patriótica missão que lhe permitiu elevar-se no alto nível a que se guindou?

[...] Estará êle [sic] apto a desempenhar no presente e no que possa seguir-se o papel que, dada a natureza da sua missão, lhe deve competir?

Não faltam profetas nem profecias sôbre [sic] o mapa do futuro, sôbre [sic] o que há-de acontecer em matéria de organização social, acabada a guerra. [...]

Se o futuro vier a ser o que se anuncia, o regionalismo terá razão para bater palmas, mas nem por isso deixará de

¹⁴¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.3.

competir-lhe uma grande função e boa parcela de responsabilidade, sobretudo na parte referente à execução.

Se é lícito presumir que assim venha a acontecer, não será tempo de irmos prevenindo: revendo programas, renovando quadros, adiantando tempo com a realização do que pode ser realizado dentro das condições vigentes e actuais? [...]

Os mais insatisfeitos – não dou novidades – reclamam, querem qualquer coisa de novo que se traduza em obras de sentido prático. [...]

Não será oportuno averiguar até que ponto lhes assiste razão?

Não se pode dizer que não seja de boa política evitar a tempo o desânimo ou a descrença! [...]

É manifesto que há muito que fazer, mas, afirmo-o com convicção, ainda se não extinguiu no coração dos beirões, a fé, a dedicação, o amor e o carinho pelas terras das Beiras, e tudo, a seu tempo, se poderá fazer»¹⁴²

Ainda que aparentemente distanciado do anterior discurso da II série, essencialmente pelo assumir claro das dificuldades, confirma-se, sem margem para grandes reservas, a continuidade da colagem ao discurso do Estado Novo, também ele, naturalmente, sofrendo alterações, como se depreende das palavras de Salazar em Novembro desse ano de 1943, as quais, aliás, se demonstram perfeitamente compagináveis com boa parte das referências do *Boletim*. Recorde-se, a este título, como

¹⁴² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 3, III série, Jul./Set. 1943, p.3,4.

«em Novembro de 1943, quando os destinos da guerra pareciam já irremediavelmente traçados, Salazar, falando perante a Assembleia Nacional, sintetizava o sentimento das elites do regime quanto ao futuro próximo nos seguintes termos: "uma palavra traduz o estado de todos os espíritos – inquietação". Adivinhava, aliás, "dificuldades [...] porventura mais graves que as passadas": " a paz não é o fim da guerra", por isso se apelava à mobilização "pelo espírito e pelo braço" para vencer "a crise da paz"»¹⁴³.

Será precisamente no seguimento desta linha de ideias e como expressão da incorporação deste tipo de preocupações que esta nova linha editorial faz o lançamento de um inquérito, no *Boletim* número 4, respeitante ao período de Outubro a Dezembro de 1943, procurando atingir todas as localidades das Beiras, visando o levantamento de todas as obras realizadas com ou sem apoio do Estado, no sentido de verificar o real dinamismo das Províncias.

Assim, poderemos entender que os argumentos maiores do esforço regionalista se prendem, nesta altura, com as dificuldades que cada vez mais vão sendo evidentes ao nível dos problemas específicos de carências nas Beiras e com a necessidade do *Boletim* funcionar cada vez mais como veículo de aproximação da Casa das Beiras à realidade na província, assumindo-se como porta-voz do regionalismo provincial beirão na sua totalidade.

Na senda deste rumo que o *Boletim* entretanto vai trilhando vão surgindo ecos, como o artigo da autoria do Dr. Carlos de Aguiar, publicado no *Diário de*

¹⁴³ ROSAS, Fernando (coord.) – O estado novo..., p.369.

Coimbra que será mesmo reproduzido no periódico da *Casa* no início de 1944, sob o título “Doutrina”, do qual destacaremos alguns excertos, bem como da resposta que ele merece por parte do Conselho Regional da Casa das Beiras, pela voz do Coronel Duarte Veiga:

«Mas pode perguntar-se [sic]: os beirões andarão realmente desunidos?... Como é evidente, não podemos arriscar uma resposta rápida, concreta, categórica... Se penetrarmos convenientemente os bastidores do regionalismo beirão, verificamos que uma coisa é certa: a existência de um organismo que representa superiormente êsse [sic] regionalismo e vários outros organismos que representam cidades e vilas. [...]

A “Casa das Beiras” é a entidade que superintende no regionalismo beirão. A sua acção não merece ser encarecida, porquanto ela é de tal modo notável, que se tem imposto a todos os beirões. [...]

Impõe-se [...] que a “Casa das Beiras” assuma o lugar que lhe pertence no regionalismo beirão, procurando atrair para a sua órbita os organismos secundários, cuja actuação é necessária para o bem de todos».

Em resposta:

«Tenho o prazer de comunicar a V.Ex.^a que o Conselho Regional da Casa das Beiras [...] manifestou o seu unânime aplauso e inteira concordância com a doutrina exposta [...].

[...] Creio que não haverá falta de unidade entre os beirões quando se trate de fomentar realizações que podem tornar mais belo e progressivo êsse [sic] rincão bendito, onde palpita o coração de Portugal; mas há problemas cuja solução constituem [sic] aspirações, embora legítimas, de algumas terras beiroas, que não podem ser patrocinadas por esta agremiação, por irem ferir interêsses [sic] de outras localidades também das Beiras, pois, [...], se assim não procedesse, a Casa das Beiras atraiçoiaria os sãos princípios da sua estrutura orgânica.

[...] A Casa das Beiras esforça-se por não dispersar energias, e, antes, procura constituir com os beirões um bloco unido em volta das reivindicações que interessem a tôdas [sic] as regiões das Beiras [...]»¹⁴⁴.

O repetido apelo à unidade dos beirões, na medida em vai de par com a contínua alusão a fissuras nesse desejado bloco, permite aqui uma reflexão da máxima importância para o nosso estudo. Começa cada vez mais a tornar-se evidente que o reconhecimento das fronteiras comuns a toda a Beira, que havia merecido particular investimento pelo regionalismo da década de trinta, é, nesta altura, menos vincado, e que o abrandar da doutrinação intensiva verificada na II série do *Boletim* permite o emergir de uma nova imagem: as Beiras enquanto espaço de alguma forma fragmentado, nem sempre respondendo da forma desejada à condução de uma agremiação sediada na capital. Seria, de resto, sintoma disso mesmo, a referência, nas páginas do próprio *Boletim*, à ausência de respostas ao inquérito noticiado no *Boletim* 4 de 1943, ainda que, logo aí, na

¹⁴⁴ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 1, III série, Jan./Mar. 1944, p.3,4. [corrigido posteriormente para 5]

mesma página, seja noticiada a continuidade da distribuição gratuita deste periódico¹⁴⁵.

Até ao final desta III série, verificamos então a continuidade de um discurso onde a apologia da personalidade das Beiras ocupa um lugar mais reduzido, tendência que ocorre em paralelo com a produção de um discurso mais preocupado com aspectos de ordem prática, a começar pelos relativos à própria *Casa* e à sua função, mas estendendo-se até às alusões razoavelmente regulares à necessidade de estratégias de resposta para com as dificuldades e carências que as províncias iam sofrendo, a exemplo do debate produzido sobre a implantação da actividade turística.

No entanto, considere-se um exemplo de excepção a essa diminuição do espaço editorial para a intensa apologia beirã: o artigo de Maria da Luz de Deus, publicado inicialmente na revista *Beira Alta*, em Setembro de 1943, onde o enaltecimento da *Beira* vem intensamente imbuído da carga de rudeza da região, do espírito de sacrifício dos beirões e da nobreza implícita a esse quadro, recordando o tom do pretérito director. Por aqui se vê, caso dúvidas houvesse a esse respeito, que, apesar da alteração da política editorial, o discurso regionalista mantém o mesmo credo ideológico:

«Ouvi um dia a um insigne escritor português, beirão
pela alma e pelo amor à terra:

- “Não sei que estranha magia tem a Beira, mas quem
uma vez pisou o seu torrão, por fôrça [sic] terá que lá
voltar!”.

¹⁴⁵ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 1, III série, Jan./Mar. 1944, p.18. [corrigido posteriormente para 5]

(...) Explica-se talvez assim, o sortilégio sentimental que nos prende à Beira.

A vida beiroa é rude, difícil laboriosa e pobre. É preciso que o homem se dê todo à terra, para que a terra lhe dê alguma coisa»¹⁴⁶.

Com a manifestação, no número 7, 8 de Julho a Setembro de 1944, da impossibilidade do Dr. Jaime Lopes Dias em continuar à frente da direcção do *Boletim*, inicia-se um período de ausência na sua publicação que se irá prolongar até Janeiro de 1948, de acordo com os números disponíveis e consultados.

Não deveremos aqui esquecer que, coincidentemente, serão estes os anos do aumento da oposição ao Estado Novo, com o aparecimento, em 1943, do Conselho Nacional de Unidade Antifascista, mais tarde Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), e do aumento da acção oposicionista do Partido Comunista Português. A relação entre o cessar da publicação e a agitação que se vai vivendo não é instantânea, mas não deixa de ser curioso o contínuo paralelo que se pode ir traçando entre o discurso da Casa das Beiras e a vida do regime; as aspirações, o discurso propagandístico e até as inquietações vividas pelo Estado encontram eco contínuo e coincidente na estruturação discursiva das publicações maiores da Casa das Beiras.

¹⁴⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 6, III série, Abr./Jun. 1944, p.12.

3.1.3 – A *Revista* de 1948 a 1952

Em 1948 inicia-se uma nova fase na vida editorial da Casa das Beiras. De nova terminologia, o antigo *Boletim* é agora “Revista das Beiras”. Terminado o ciclo de distribuição gratuita, é este periódico dirigido por José da Cruz Filipe, pautando a sua actuação por tentativas de reorganização e justificação interna, fazendo o levantamento das necessidades beirãs e, de algum modo, retomando alguma da doutrinação primordial do provincialismo beirão.

Logo na abertura do primeiro número, deparamos com um elucidativa carta de princípios da nova linha editorial, que revela, de alguma forma, continuidades e afinidades com a série anterior do *Boletim* e que se propõe a uma actuação o mais incisiva possível e à promoção de atitudes práticas e concretas:

«A “Casa das Beiras” quer progredir, deseja movimentar-se, pretende agir o mais amplamente possível em favor de um regionalismo positivo, prático, profícuo. [...]

Assim se efectuará uma colaboração imediata e abertamente franca com todas as autoridades administrativas das nossas Beiras, oferecendo-lhes, em real efectivação, um empenho decidido em se procurarem facilidades que evitem delongas e entraves, tão prejudiciais ao êxito assegurado de múltiplas iniciativas»¹⁴⁷.

¹⁴⁷ **Revista das Beiras**. Lisboa Casa das Beiras. Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.1.

Também da mesma forma que na linha editorial anterior encontramos o reconhecimento de dificuldades vividas, em virtude, segundo se aponta, de alguma desunião dos beirões. Contudo, apercebemo-nos aqui de uma consciência de ser esse, também, um problema visível na capital, onde se movimentam os principais fatores deste regionalismo deslocalizado:

«Sabemos que está ainda longe de se efectivar este conjunto de boas vontades, porque, infelizmente, o interesse de grande número dos nossos comprovincianos[sic], que vivem na Capital, não passa duma crítica tantas vezes inoportuna e sem quaisquer desígnios construtivos.

Evitar este facto lamentável é o que pretende a Casa das Beiras, procurando que os beirões se associem a fim de se poderem colher os meios precisos para a efectivação das aspirações mais consentâneas com as necessidades dos povos»¹⁴⁸.

Manifestamente, portanto, pretende-se, para lá da autocrítica visível no dedo apontado aos vícios da “externalidade” beirã, a divulgação do “espírito beirão” e, em paralelo, o levantamento e divulgação das necessidades das Beiras:

«Para tanto, é necessário que se propague o ideal que anima os dirigentes da Casa das Beiras e que os seus projecto e os seus estudos sejam largamente divulgados,

¹⁴⁸ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.1.

para que não se façam esperar os reparos honestos com apontamentos de soluções possíveis, criando-se, assim, uma colaboração movimentada e útil para prestígio da cruzada regionalista a que todos nós devemos dar o nosso melhor apoio.

Este desideratum pode alcançar-se desde que a propaganda se intensifique por meio dum órgão que será a *Revista das Beiras*, onde todos poderão colaborar construtivamente. Esta revista será dos Beirões.

Para os que assim o quiserem será a tribuna aberta para estudos, iniciativas e sugestões que possam contribuir para os grandes problemas que se ligam à vida das nossas vastas Beiras, onde a maioria dos seus habitantes muito precisa ainda identificar-se com a renovação geral que vai por esse mundo, sobretudo em matéria económica, a fim de ser possível todo o rendimento que se pode esperar, sob todos os aspectos e especialmente no ideal único de patriotismo, que a todos deve ligar, mais do que nunca, em prol da nossa Pátria»¹⁴⁹.

É de assinalar que, aqui, o retomar do tema da Pátria como que sugere o regresso a um discurso que parecia ir-se dissipando, anteriormente, sob os ventos do conflito mundial e do pós-guerra, em virtude dos problemas nacionais internos gravíssimos que provocariam mesmo agitações sociais e políticas, como já havíamos visto. Assim, é de supor que, neste momento de reacção do regime às oposições, através da reorganização interna da Nação, ao longo deste ano de 1948, poderemos estar perante nova demonstração da colagem

¹⁴⁹ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.2.

do discurso da *Casa* ao ideário e história do regime; e que, após a reacção às convulsões da época, esse discurso se tenda a estabilizar, temporariamente, numa tal matriz, a partir de 1949. É que, segundo Fernando Rosas:

«(...) O regime vencera a crise da guerra e do pós-guerra.

Ao realizarem-se as eleições para a Assembleia Nacional, em Outubro de 1949 – onde as oposições quase não se fazem sentir –, o presidente do Conselho pode apontar como orientação geral o “retomar a marcha”, assente no alargamento e aperfeiçoamento do sistema corporativo.

A “ordem” voltara “às ruas” e a “paz aos espíritos”»¹⁵⁰.

Talvez por isso, analisando o artigo imediatamente ulterior, intitulado “Doutrina”, da autoria do antigo director, agora presidente do Conselho Regional da Casa das Beiras, Jaime Lopes Dias, vemos que esse discurso de enaltecimento da raça e do beirão, enquanto seu representante fiel, está, então, claramente presente, nos moldes consagrados:

«O entusiasmo dos regionalistas beirões, nascido e animado no acrisolado amor ao torrão natal, coaduna-se inteiramente com a ancestralidade da raça.

Segundo a velha tradição, que a história confirma, já em tempos remotos os povoadores de àquem [sic] e àlem [sic] Estrela, eram tão ciosos da sua Pátria, tão amantes do torrão onde o sol circulava por entre o acidentado dos

¹⁵⁰ ROSAS, Fernando (coord.) – O estado novo..., p.408.

montes, que ousaram bater-se contra exércitos reputados invencíveis, só para que a sua independência e liberdade se não perdessem. Deram lição que perdura e perdurará pelos séculos dos séculos»¹⁵¹.

Deve notar-se, ainda assim, que esta tonalidade discursiva manifesta um espírito ligeiramente diverso do regionalismo dos tempos do Dr. Domingos Pepulim, na medida em que se abordam novamente, de forma bastante clara, as desuniões que se vinham verificando e que, de algum modo, enfraqueciam o movimento:

«Como todos os entusiasmos, parece que também o da devoção regionalista vai caindo em esmorecimento.

Sinal dos tempos, destes tempos de materialismo e de necessidades a que nem todos podemos furtar-nos?

Descrença? Desorganização?

Aceite cada um dos nossos leitores a razão ou causa que quiser ou julgar mais adequada.

O mal existe. Se não há descrença, há repita-se, diminuição de entusiasmo.

Não realizamos congressos há quase oito anos, o número de sócios da Casa das Beiras desceu, o seu Boletim teve que reduzir-se a expressão muito simples»¹⁵².

Dir-se-ia, por conseguinte, com base nos diversos exemplos atrás explorados, que esta nova postura editorial, ao sintetizar as principais linhas de

¹⁵¹ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.3,4.

¹⁵² **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.4.

força das anteriores directrizes editoriais, lança uma nova época de desafios regionalistas, recorrendo, para tanto, não apenas a parâmetros ideológicos e referenciais situados fora do arco conceptual da *Casa*, ainda que em acordo tácito com esta, mas, precisamente, à sua própria tradição e trajecto, às suas próprias valências. O que permite manter acesa a reflexão sobre as direcções do regionalismo:

«Ora se o nosso regionalismo deu tão boas provas, se tão bem soube impor-se, porque não há-de ele regressar aos tempos áureos de devoção e fé, trilhando o velho caminho, iniciando novo período de maior actividade ou, usando a palavra tanto em moda e expressiva dos tempos que correm, aureolando-se de dinamismo próprio e compatível com as nossas possibilidades? [...]

Vamos ao estudo e à defesa de tudo o que às Beiras respeita. Para isso se criaram estas colunas».

E, de facto, avançando na leitura da *Revista*, vemos que a assunção das dificuldades pelas quais o regionalismo teria passado nos últimos anos são afinal, também elas, feitas limiar da esperança num novo começo:

«Após um pequeno período de relativo desinteresse da grande massa dos beirões pela vida na sua casa regional, iniciou-se, através do boletim mensal uma nova propaganda, uma comunhão de pensamentos, um novo convívio; e os beirões, que leram o boletim, sentiram

despertar ou acrisolar o seu interesse, o seu afecto pelas suas cidades, vilas ou aldeias»¹⁵³

Um novo começo, portanto. Um tempo situado para lá das dificuldades, mas arrancando delas, tal como dessas dificuldades arrancara igualmente um “novo” homem, um beirão particularmente habilitado, pelas suas características idiossincráticas, a lidar com a rudeza dos tempos, mantendo, ainda assim, incólume a sua genuinidade:

«Ao primeiro relance de olhos, dir-se-ia que o aldeão fôra todo ele talhado no mesmo cerne duro de carvalha, suas reacções afinadas à toada rude do mesmo diapasão. [...]

Humilde, de uma humildade de bovino em tudo semelhante à daquele animal, inclusa a expressão resignada dos olhos, que são mansos e quietos como charcos parados onde boiasse muito espelhado o alfanje duma grande lua – o camponês-beirão tem em si a medida comum do valor beleza – física por onde afere seus íntimos e orgasmáticos palpites»¹⁵⁴.

Eis o perfil do homem rústico das Beiras: humilde, capaz dos sacrifícios que a terra exige. Será, por certo, na defesa deste homem, corporizado nas suas Províncias mas sobretudo nesse todo provincial beirão, que, dirigindo-se desta feita a um universo mais específico, Jaime Lopes Dias lança uma vez mais o repto às Câmaras Municipais beirãs para a resposta a um “inquérito

¹⁵³ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.29.

¹⁵⁴ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Abr./Jun. 1948, p.13.

sobre as realizações e necessidades das Beiras”¹⁵⁵. Inicia-se assim um novo dinamismo que anuncia também, no mesmo número, a realização do VIII Congresso Regional das Beiras, a ter lugar na cidade da Guarda.

Naturalmente, a euforia aparentemente revelada pelo número de artigos alusivos à tradição dos Congressos e aos valores da cidade anfitriã, patenteia-

¹⁵⁵ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.5. (Também mantendo linhas de continuidade, entre diversos exemplos dignos de serem referidos, encontramos essa listagem de necessidades, esse inventário de acções a empreender:

«Há que resolver as dificuldades que nos atormentam.

Há que robustecer o espírito associativo, o espírito de coesão.

Há que mostrar e demonstrar que a organização é necessária e indispensável.

Há que instruir, educar e aperfeiçoar trabalhadores rurais e proporcionar-lhes condições de vida que não existem nem para eles nem para os proprietários que ainda não abandonaram as suas explorações agrícolas ou agro-pecuárias.

Há que dar garantias aos rendeiros, e designadamente aos dos absentistas, até para a estes evitar que em breves anos venham encontrar as suas terras – exaustas pelo abandono – transformadas em matagais onde possa vir instalar-se o urso que os devore e prejudique os vizinhos [sic] sem culpa.

Há que proporcionar razoáveis condições de vida aos rurais – assalariados e proprietários.

Há que respeitar a profissão de agricultor e deixar de o considerar como ser inferior, como coisa sem valia.

Há que reconhecer e abertamente confessar que a profissão de agricultor não é de menos valia e nem menos honrosa do que qualquer outra» [**Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Abr./Jun. 1948, p.27].

Refira-se também, nesta mesma linha, o levantamento de problemas e apresentação de propostas emanadas do VIII Congresso Regional da Beiras, publicadas no número de Julho a Dezembro de 1948, sob o título “Votos Formulados pelo VIII Congresso Beirão”, ou, uma vez mais, o inquérito lançado em Janeiro de 1948, que obtivera algumas respostas publicadas nos números de Julho a Dezembro de 1948, de Janeiro a Julho de 1949 e Julho a Setembro de 1949, sendo por demais evidentes as profundas carências vividas nas Províncias beirãs.)

-se com crescente regularidade no contexto da *Revista*, criando-se espaço para o renascer progressivo da apologia das virtudes da *Beira*. Nota-se novamente, tal como na II série do *Boletim*, uma necessidade de vincar a unidade dos verdadeiros beirões que se reunirão naquela cidade provincial, como vemos em artigo do mesmo Jaime Lopes Dias.

«Prosseguindo no já glorioso movimento regionalista, sem igual nos anais da vida Nacional, os beirões vão realizar na cidade da Guarda, a mais alta cidade do país o VIII Congresso das Beiras. [...]

A *Casa das Beiras*, centro ou cúpula da organização regionalista, tomou, desde a primeira hora, o seu lugar e pôs à disposição dos devotados beirões e da vetusta e progressiva cidade da Guarda todo o seu valimento e auxílio, toda a sua devotada e leal colaboração. Com ela, irão, sem dúvida, à Guarda não só os velhos militantes, mas os novos que, como os velhos, confiam nos resultados práticos dos esforços bem orientados e persistentes [sic] em prol do progresso local.

[...] Iremos com a certeza de assistirmos a mais uma grande manifestação de vitalidade das Beiras, superior ou igual às anteriores, e onde não faltará a chama viva do entusiasmo e do amor pelas nossas terras. Não cabem entre beirões rivalidades nem antagonismos, porque não há no nosso regionalismo qualquer subordinação a credos políticos ou religiosos»¹⁵⁶.

¹⁵⁶ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.7.

Torna-se cada vez mais claro que a imagem da *Beira* continua a ser construída pela Casa das Beiras de acordo com as eventualidades e vicissitudes da época, traduzindo conteúdos de clara propaganda, alardeando bandeiras de unidade e anti-partidarismos quando elas mais se exigem, denunciando desuniões quando o eco da província se revela menos congregador. E, de acordo com o que sabemos, esta última situação não era, em fim de contas, assim tão rara.

Com efeito, a pretensa união de todos os beirões, elevados acima das discussões de índole política ou religiosa era imagem constantemente posta em causa, como vimos, por vários autores (e mesmo pelo próprio autor deste último artigo), pondo a nu a existência de tensões ideológicas no círculo da própria *Casa* e nas Beiras e assim contrariando o seu pretenso espírito genuinamente anti-partidário e anti-democrático.

De resto, corroborando esta ideia de um regionalismo marcado por alguma dependência da conjuntura e das intencionalidades, mas, precisamente por ser assim, profundamente preocupado em construir uma imagem dissuasora das fracturas internas e pretensamente imune aos quadros conjunturais, ainda no mesmo número encontramos, em ordem a esse esforço imagético, o apelo a essa propaganda da *Beira* através da sua promoção na *Revista*, permitindo a publicidade paga das empresas e recursos dos locais divulgados. Sem surpresa, o teor dessa propaganda será, como vemos no excerto que se segue, marcado pela tentativa de assimilar numa mesma mensagem promocional o elogio dos valores ancestrais e atávicos, por um lado, e o carácter “vendável” que, crê-se, lhes anda como que patrimonialmente associado.

«O programa de actividade no que respeita à propaganda dos valores das regiões das Beiras será amplamente desenvolvido nas nossas colunas, desde que os valores intelectuais que são muitos e dos melhores, nos facilitem a tarefa que por ser espinhosa, não deixará de ter todo o nosso entusiasmo com o melhor do nosso esforço.

Todas as regiões das Beiras podem ver exaltados os seus valores históricos, etnográficos, folclóricos económicos e sociais ao lado das aspirações que vivam no espírito de todos aqueles, que à sua terra dediquem interesse, carinho e estudo. [...]

Qual será o beirão dedicado à sua terra que desejando ver propagandeados os seus valores e as suas belezas se dispõe a coligir os elementos necessários para que os possamos inserir acompanhados dos anúncios das actividades comerciais e industriais dessa terra com o intuito de levar a todos os recantos das Beiras e a outras regiões o conhecimento desses valores, cuja propaganda só utilidade lhes pode trazer»¹⁵⁷.

O segundo número desta série inicia-se naturalmente com o anúncio da data oficial do VIII Congresso, marcado para 25 a 29 de Julho de 1948, em texto profundamente encomiástico das qualidades das Beiras e da cidade da Guarda, anfitriã deste evento. Uma vez mais, podemos aperceber-nos do carácter unificador que os Congressos revelam, na razão directa da sua contextualização por discursos profundamente regionalistas e, ainda, uma vez

¹⁵⁷ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.22.

mais, nacionalistas. O que só pode querer dizer que, longe de encontrarmos aqui modificações substanciais ao nível dos tons discursivos e imagéticos profundos do movimento regionalista beirão, aquilo que nos é dado observar (e que a perfeita congruência entre regionalismo e nacionalismo, pela sua apreciável constância, revela cabalmente) é que apesar de todas as alterações que os tempos trouxeram, o cerne do discurso mantém-se indelével, como poderemos confirmar em diversos momentos:

«Pela cidade da Guarda!

Pelo regionalismo beirão, que o mesmo é que pelo amor à nossa terra, à nossa mãe comum, centro e coração de Portugal»¹⁵⁸.

Ou ainda:

«[...] Esperamos [que] saia mais fortalecida a necessidade de os beirões se agremiarem mais possível para que todas as aspirações de realização viável e oportuna sejam amparadas com o consenso geral, em favor do progressa [sic] das nossas terras, que o mesmo é dizer, em prol do bem da Pátria»¹⁵⁹.

Como seria de prever, também após o congresso voltaremos a encontrar a mesma argumentação nacionalista, essa mesma que, partindo de aspectos de cariz historicista, ao justificar a apregoada grandeza e importância das

¹⁵⁸ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Abr./Jun. 1948, p.1.

¹⁵⁹ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Abr./Jun. 1948, p.2.

Beiras, eleva também, acto contínuo, o valor da Nação. Cientes, portanto desse efeito mimético entre o regional e o nacional, não se coibirão os editores da *Revista* de buscarem, nesse mimetismo, as vantagens de prestígio inerentes, como será patente, por exemplo, na publicação de Janeiro a Junho de 1949 sobre “A Natalidade Coimbrã de D. Afonso Henriques”¹⁶⁰, em que se calcula em cerca de 90% a possibilidade de ser o primeiro monarca português natural de Coimbra.

Insolitamente, após uma edição especial dedicada à “Exposição Bibliográfica das Beiras” no número de Outubro a Dezembro de 1949, assistimos a uma interrupção de mais de dois anos na publicação da *Revista*. Tal facto surge referido junto a um dos muitos artigos-tipo a que já aludimos, neste caso sobre as possibilidades turísticas das Beiras e do seu menor aproveitamento, sendo esta interrupção apenas merecedora de ligeiro reparo em jeito de adenda:

«Depois de tão longa interrupção, retoma a “Revista das Beiras” o seu caminho no sentido de bem servir as Beiras.

Sai este número como foi possível. Ele não satisfará os desejos dos leitores, como a nós não satisfaz.

No entanto, alimenta-se a esperança de que se seguirá melhor e dentro dos moldes que quase chegaram a entusiasmar tantos e tantos que nos dirigiram elogios e nos louvaram.

¹⁶⁰ **Revista das Beiras...** Ano II, IV série, Jan./Jul. 1949, p.2.

Mas é preciso não esquecer que é indispensável a colaboração de todos quantos podem dá-la, e em especial dos sócios da Casa das Beiras, pois a Revista representa a nossa Casa Regionalista que, mais e mais, necessita de afirmar a sua vitalidade»¹⁶¹

Tal facto só poderá suscitar a suposição da existência de problemas inerentes à dinâmica da própria *Casa*, até porque, mais adiante, neste aparentemente último número da IV série, se alude ao reduzido número de sócios que, na sua maioria, se apresentam desmotivados para o labor regionalista, no que pode entender-se como um sinal daqueles problemas:

«Por que motivo [...] não está a nossa casa a abarrotar de sócios, e a frequência e animação, ferindo a nota de vida associativa intensa, não são o clima da nossa Sede?»¹⁶²

Deve referir-se que, à excepção de uma misteriosa referência de Maria João Forte sobre a existência de um *Boletim* em 1957¹⁶³ ou de outras fontes de informação por ela não especificadas¹⁶⁴, não temos, para este período, notícia da publicação de mais nenhum número desta *Revista* nos anos seguintes, ou de algum congénere, pelo menos até 1960, já depois do decreto-lei n.º 42 536 de 28/09/1959, que poria fim à divisão provincial, pelo menos na sua concepção administrativa. Ainda assim, será relevante lembrar que terá

¹⁶¹ **Revista das Beiras...** Ano III, IV série, Jun. 1952, p.1.

¹⁶² **Revista das Beiras...** Ano III, IV série, Jun. 1952, p.4.

¹⁶³ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.147.

¹⁶⁴ FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa...**, p.114.

decorrido em 1953 o IX Congresso Regional das Beiras, tendo lugar em Viseu, pelo que, certamente, estará longe de se esgotar a documentação da Casa das Beiras sobre este período e nesta abrangência temática.

Por tudo o que foi dito até aqui, não será exagero afirmar, um pouco à laia de resumo, que a Casa das Beiras revela nos seus periódicos uma estrutura de valores de tal modo próxima do regime, que a sua vida editorial acompanha a par e passo a vida do poder salazarista. As convulsões a que assistimos nesta fase final da *Revista* surgem, coincidentemente, num período difícil para a máquina do regime, os “anos de chumbo” das divisões internas, dos desafios do fomento, das questões internacionais e das colónias, de todo um agravar profundo do estado de coisas ao nível do regime. Deste modo, persiste intocável a impressão com que ficamos de um discurso regionalista marcado por forte dose de continuismo ideológico e referencial, um continuismo que, na medida em que tem por eixo estruturante a partilha de valores caros ao próprio regime, conhecerá como principal e quase exclusivo factor de inflexão discursiva a trepidação desse mesmo regime.

3.2 – Elementos de dissensão: as fronteiras internas do movimento regionalista beirão

Vejamos agora, uma vez analisados os elementos de continuidade, de que modo estes coexistem com evidentes, ainda que frequentemente escamoteados, vectores de dissensão. Ou, dito de outro modo, vejamos agora de que forma o regionalismo beirão axializado na Casa das Beiras produz e gere os seus próprios limites internos, as suas escalas convenientes.

A questão é pertinente. Na verdade, enquanto que o Código Administrativo de 1936 se revela bem claro no tocante à divisão provincial beirã, definindo três Províncias distintas, a perspectiva sediada na Casa das Beiras aponta, preferencialmente, para uma percepção mais alargada desse mesmo espaço provincial, no sentido em que privilegia uma *Beira* tendencialmente coincidente com o conjunto indiferenciado daquelas unidades autárquicas, optando por estimá-la enquanto totalidade, ou, pelo menos, enquanto totalidade que se reconhece compósita e articulada, mas dotada de um só e mesmo gene transprovincial. Ou, melhor dizendo anteprovincial. Uma perspectiva que melhor se surpreende por ocasião dos Congressos regionais, dado que então as preocupações doutrinadoras ganham um novo folêgo e mais incidência é posta no carácter necessariamente agregado da região.

É assim que, estando em causa a realização do sétimo Congresso (e após alguma indefinição – à qual voltaremos adiante – sobre o local escolhido para esse efeito), o tema da união das Beiras ganha particular relevo:

«E se dissermos á [sic] velha grei que a Casa das Beiras não descançará [sic] enquanto não vir a Covilhã, a activa e nobre cidade industrial, e Lamego, restituída justiceiramente á [sic] sua histórica origem [...] no quadro das cidades congressistas das Beiras [...] afirmarei não só uma aspiração de todos os bons beirões [...]

São estas unidades bem unidas e disciplinadas, múltiplas heranças dos séculos, que criam a estirpe de um valor que se diferencia [sic] e é estímulo de outro valor a seu lado, de província para província, formando os pilares indestrutíveis e eternos da Nacionalidade»¹⁶⁵.

Cerca de três anos depois, perante nova possibilidade de Congresso Regional (agora o oitavo) na Guarda, o tom discursivo alinha pelo mesmo diapasão:

«E nessa hora, sintá-o bem Portugal inteiro, não há Guarda, nem Castelo Branco, nem Viseu, nem Coimbra, nem Aveiro, Figueira, Covilhã ou Lamego; há uma grande Família, que só tem um pensamento, um só querer, uma só Fé: a maior grandeza das Beiras, a união da velha Família étnica, a coesão de tôdas [sic] as fôrças [sic] para a felicidade de todos, realizando cada um e todos as suas aspirações de engrandecimento local, sem entrechoques de primasias [sic], cada qual fazendo valer o seu bragal de possibilidades e de valores que não só não são inveja de ninguém, mas orgulho e estímulo de todos»¹⁶⁶.

¹⁶⁵ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 13,14, II série, Out. 1939, p.16,17.

¹⁶⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º25, II série, Fev. 1942, p.5.

Semelhantes excertos não suscitam, pois, dúvidas de monta quanto ao seguinte: ao longo das décadas de quarenta e cinquenta, o pressuposto da existência de uma etnia comum, de um passado comum e até mesmo de um sentir comum é propagandeado a favor da ideia do grande espaço beirão, repositório, por seu turno, de tradições fundamentais à Nação. Idealmente, uma tal imagem deveria afirmar-se com a dose suficiente de convicção que permitisse passar para segundo plano, secundarizando-as, ou, de preferência, omitindo-as, as querelas internas, as diferentes zonas do espaço beirão, as suas diferentes e, por vezes desavindas urbes, os interesses nem sempre coincidentes que, por motivos políticos, sociais ou económicos, se manifestavam no contexto beirão. De um ponto de vista ideal, seria assim. Perspectivadas a partir do concreto, porém, as fissuras e dissensões emergiam, não esmagadoramente, mas com regularidade, no próprio discurso regionalista beirão. Desde logo porque, muito embora as citações anteriores, proferidas por ocasião dos Congressos, sustentem o contrário, a verdade é que as diferentes parcelas – e, em especial, as várias cidades – não encontram o mesmo acolhimento no *Boletim/Revista*, de tal forma que é possível, muitas vezes, encontrar um especial destaque dado a Coimbra. Seja pelo impacto óbvio do seu papel cultural enquanto principal centro universitário da altura – o que poderá justificar o grande número de artigos escritos a seu respeito, dada a diferença de fulgor cultural com a restante *Beira* –, seja pela presença do outro grande órgão da imprensa regionalista – o *Diário de Coimbra* –, ou por outros motivos, é evidente o seu lugar de relevo.

Com efeito, no correr das páginas do periódico da Casa das Beiras recorre-se com frequência a um retórica encomiástica sempre que está em

causa o espaço que Coimbra deverá ocupar na galeria cronológica da Nação; não apenas enquanto edifício cultural de proeminência maior, mas também enquanto raiz da urbanidade e da construção nacional. Em artigo de J. Andrade Saraiva, colaborador regular da publicação, assistimos à seguinte tese:

«Ficou bem patente no meu artigo anterior que Lisboa não podia ter sido a nossa primeira capital, visto estar ainda em poder dos mouros quando Portugal se constituiu em Nação independente; e que foi a cidade de Coimbra que desempenhou êsse [sic] papel durante os primeiros tempos da nacionalidade, bem como do Condado Portucalense, desde os últimos anos do Conde D. Henrique»¹⁶⁷.

Na sua base de argumentação vemos que é fundamental a defesa de elementos como o do nascimento de todos os reis da 1.^a Dinastia, à excepção de D. Afonso Henriques, em Coimbra, o que o leva mesmo a assumir claramente que:

«Em face dos factos apontados e da opinião autorizada [sic] do nosso maior historiador [Alexandre Herculano], não pode restar duvida [sic] alguma de que Coimbra foi a capital incontestada de Portugal, pelo menos, durante o reinado de D. Afonso III»¹⁶⁸.

¹⁶⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.25.

¹⁶⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.29.

Esta tese será continuada em número posterior, onde, assumindo a perda do estatuto político da cidade, se esgrime, por compensação, a aquisição do estatuto de cidade cultural por excelência:

«Com a 2.^a Dinastia, Coimbra perdeu tôda [sic] a sua importância política; mas em compensação passou a ser a capital da intelectualidade portuguesa, sob a designação de Lusa Atenas»¹⁶⁹.

Como se calcula, o rol de exemplos deste teor é extenso. O suficiente, de resto, para permitir desenhar, a partir deles, uma certa ideia de uma centralidade intra-regional que, a ser clara ou oficialmente assumida, e tendo até em conta a ausência e tratamento similar para com as restantes localidades urbanas, não poderia deixar de constituir manifestação de alguma heterogeneidade constitutiva. E quando se observa, uma vez mais a título de exemplo, o caso passado com a cidade da Guarda, que se recusa a organizar o VII Congresso Beirão, o qual acaba por vir a ter lugar em Viseu, e, sobretudo, quando se observa a delicadeza, quase incomodidade, com que é tratado o episódio, não podemos deixar de pensar, novamente, que os factores de rivalidade interna despontavam, com relativa facilidade, por detrás do discurso “oficial”.

E é essa mesma impressão com que ficamos ao deparar, no rescaldo desse exacto Congresso, com alusões ao

¹⁶⁹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º13,14, II série, Out. 1939, p.7.

«[...] descontentamento que o Código Administrativo causou em muita gente, principalmente por supor que a “Casa das Beiras” ou algum dos dirigentes mais em evidência, tinha contribuído, por qualquer forma, para a sua elaboração, e com o injustificável intuito de prejudicar esta ou aquela região, para favorecer outra ou outras.

Ora isto é absolutamente falso»¹⁷⁰.

Convirá aqui esclarecer que, segundo o autor do mesmo artigo, Coronel Duarte Veiga, essas discordâncias terão acontecido sobretudo pela atribuição a Viseu de 13 concelhos do distrito da Guarda e 2 de Coimbra, para constituição da nova Beira Alta, ainda que lhe tenham sido retirados 6, bem como pela ideia de que apenas os distritos de Aveiro e da Guarda haviam sido prejudicados pela última reforma administrativa.

Cite-se ainda, em abono dessa realidade ofuscada que é a emergência de disputas internas ao próprio âmbito regionalista, a existência de tensões ao nível do relacionamento entre a sede lisboeta do regionalismo beirão e os seus espaços referenciais concretos. Com efeito, em 1942, estando em causa a criação de um novo organismo, a *Junta Suprema do Regionalismo Beirão*, que passaria a reunir em Lisboa, desliza para as páginas do *Boletim* a afirmação de que, com este novo organismo, não serão mais, a partir daí, os beirões em Lisboa a empenharem-se na causa regionalista, mas sim os mais nobres valores das capitais, cidades e vilas beirãs. E se aqui, de alguma forma,

¹⁷⁰ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 18,19, II série, Dez. 1940, p.24.

poderemos antever uma necessidade de reduzir o distanciamento que separava fatalmente os principais regionalistas da sua causa concreta de acção, já, contudo, ainda no mesmo número, deparamos com a defesa de um movimento regionalista beirão que, profundamente cioso da sua dignidade, não aceita de bom grado o pedido de integração, na referida *Junta*, de algumas *casas sub-regionais* que, havendo logrado a respectiva filiação na *Federação das Sociedades de Recreio* – o que, sendo já de si de lamentar, tornava indispensável o esclarecimento das condições e do momento dessa filiação, por forma a verificar a sua pertinência no seio do movimento regionalista –, ameaçavam corromper o carácter do regionalismo. Nessa perspectiva, mais grave ainda seria o caso da *Casa de Lafões*, que integrara também a dita Federação:

«Como eu te lamento, velha Casa de Lafões, que renegaste o teu velho armorial beirão, para te integrares, como um número, na Comandita anónima dos Recreístas»¹⁷¹.

Eis-nos, possivelmente, perante o preço a pagar por um “regionalismo externo”, sediado em Lisboa. Se, por um lado, a *Casa* propagandeia em larga escala a unidade e empenho das Beiras e a sua inequívoca unidade, vemos que o trabalho de supervisão intensivo de Lisboa nem sempre coincide de forma perfeita com a realidade beirã. Como já havíamos visto, o discurso da unidade vai-se revelando, também por esta via, extrínseco e algo desconexo com os respectivos padrões de referência concretos.

¹⁷¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 25, II série, Fev. 1942, p.26,27.

Como se compreenderá, uma menor atenção do discurso regionalista “oficial” para com estes indicadores de tensão e divisionismo latente ser-lhe-ia fatal. Motivo pelo qual, como já atrás se salientou, se sucedem os artigos de opinião de vincada preocupação estratégica, orientados para o realinhamento de posições em torno dos basilares princípios da coesão e dos aspectos comuns. Porque, bem vistas as coisas, se, como se aceitava, o destino do regionalismo se confundia com o da própria Nação, isso implicava que «no Regionalismo não cabe aspiração de predomínio ou hegemonia política, que logo desencadearia a guerra das várias rosas provinciais, que a Nação não toleraria»¹⁷².

Insiste-se neste ponto: fazendo corpo com a Nação em que se integra, a expressão regionalista deve naturalmente participar no jogo de articulação orgânica promovido por aquele e, nessa medida, aceitar a contiguidade dos diferentes regionalismos, mas não, em qualquer caso, deixar que a expressão das suas especificidades e das suas diferenças se traduza em potencial fundo divisionista. Só no âmbito deste espírito, com efeito, e na convicção de que assim é, se pode, por exemplo, afirmar que:

«Os problemas apresentados ao Congresso de Viseu, ultrapassaram, todos, as fronteiras das Beiras: - são problemas da própria Nação. Resolvê-los nas Beiras é resolver na Nação muitos aspectos de Civilização e cultura, de economia, de fomento, de profilaxia e euforia social»¹⁷³.

¹⁷² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 25, II série, Fev. 1942, p.2

¹⁷³ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 18,19, II série, Dez. 1940, p.3.

Reconhecemos aqui, uma vez mais, a tão propalada assimilação entre as diferentes escalas do “regional” e do “nacional”, que é aí, nem mais nem menos, onde desemboca a busca de coesão e compactação interna por parte do discurso regionalista centrado na Casa das Beiras. A auto-imagem em que gosta de se rever essa definição de regionalismo (e que, não por acaso, surge nas páginas do *Boletim* em simultâneo com alusões a um período de alguma tensão urbana beirã, a qual urge regular) aí está para o comprovar:

«O Regionalismo póde [sic] e deve ter um papel profundo de ordem psicológica, tradicionalista, sentimental e ètnico [sic] na vida da Nação. Só assim se poderá fazer obra Nacional, interpretar nos domínios da Administração pública as verdadeiras aspirações do localismo Pátrio. Uma bôa [sic] política nacionalista não póde [sic] prescindir dêsses [sic] factores que são a pura essencia [sic] de uma nobre política de reabilitação [sic] nacional.

O Regionalismo é, por definição, Conservador e tradicionalista; é o pilar moral, e diferenciado em cada agrupamento territorial da Nação, de uma sólida e duradoira, ia até dizer, duma invulnerável política nacionalista»¹⁷⁴

Sedimento de “cada agrupamento territorial da Nação”, expressão mimética do próprio nacionalismo e da integridade nacional, não deveria então um regionalismo com tais características estender a sua benfazeja influência de “pilar moral” a todo, mas verdadeiramente a todo o Portugal, fosse ele o

¹⁷⁴ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 15, II série, Jan. 1940, p.20.

colonial, fosse o da diáspora? Veremos, de seguida, de que modo ele aceitou esse desafio.

3.3 – Elementos de vinculação: a *Beira* como diáspora

Para responder à questão com que encerrámos o capítulo anterior – isto é, a de saber até que ponto as linhas matriciais do regionalismo beirão logram afectar o Portugal “imperial” – nem precisaremos de abandonar o nosso posto de observação privilegiado, a Casa das Beiras e as suas respectivas publicações, as quais, como se verá, comportam precisamente essa extensão. Importará, contudo, iniciar este ponto da análise com uma chamada de atenção, que é a seguinte: sabendo da revisão constitucional, em 1951, «de pendor integrista, que transforma as colónias e o império em “províncias ultramarinas” e em “ultramar português”, concebendo-se o “todo português” como uno e pluricontinental»¹⁷⁵, justificar-se-ia aqui a consideração de dois momentos distintos no quadro administrativo do Estado Novo e, por consequência, a adopção, pela nossa investigação (balizada, recorde-se, entre 1939 e 1959), desse mesmo corte: sucede, porém, que, por força dos periódicos consultados, trataremos apenas o primeiro daqueles períodos, uma vez que as publicações cessam antes do segundo período atrás considerado¹⁷⁶. Sendo assim, avançaremos para o estudo do intervalo considerado.

Posto isto, comecemos por observar o tratamento dado à escala “imperial” do Estado Novo no âmbito da *Casa*.

¹⁷⁵ ROSAS, Fernando (coord.) – O estado novo..., p.514.

¹⁷⁶ Salve-se a excepção do número já estudado atrás, de Junho de 1952 da *Revista das Beiras* de Lisboa, que, deste modo, não se poderá considerar representativo de todo o período, e que, por sinal, nem tão-pouco contém elementos que permitam a análise desejada.

3.3.1 – A Casa das Beiras e o Império

Partindo do mesmo marco cronológico atrás utilizado, o número do *Boletim* de 1939, logo aí encontramos referências estratégicas e ideologizantes de maior relevo, conscientemente expedidas, para mais, «no meio das questões de interêsse [sic] vital, levantadas no centro da Europa e com larga projecção em todos os continentes»¹⁷⁷.

«[Importa] contribuir para que as Províncias do Ultramar ocupem na Nação a parte primordial da sua substância e para que se forme a verdadeira consciência colectiva em relação a essas províncias, como sendo portuguesas [sic] como o “Minho” [sic], a Beira ou o Algarve, e para onde deve expandir-se a raça, a fim de alguém tentar se quer [sic] a desagregação dum mínima parte do Império.

Não há nenhuma Nação com mais legítimo direito a possuir territórios além-oceano do que Portugal»¹⁷⁸.

Ou seja, perante os desafios que se vislumbram neste final da década, legitima-se a posse ultramarina, esgrimem-se argumentos, partilham-se estratégias e ideologias muito próximas das do regime, bem na linha do que vimos já ser o bom regionalismo beirão. O excerto seguinte confirma esta leitura:

¹⁷⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.30.

¹⁷⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.30.

«É preciso que se assente definitivamente, de uma vez para sempre, que as chamadas Colónias, que para nós são as Províncias do Ultramar, como tão brilhantemente o tem proclamado o ilustre Chefe do Govêrno [sic], Snr. [sic] Dr. Oliveira Salazar, nos seus incomparáveis discursos – “o ultramar é parte integrante de Portugal, talqualmente [sic] Lisboa” –, não podem pertencer a quem simplesmente o quere [sic], por fôrça [sic] ou ardis diferentes, mas a quem a elas têm [sic] direito pelos serviços prestados á [sic] humanidade com o seu descobrimento e pacificação, fazendo ingressar os aborígenes [sic] na verdadeira condição de humanos»¹⁷⁹.

Ou seja, também a este nível tudo indica que se mantém a tradição para um discurso fortemente colado ao do regime e para que a *Casa* partilhe vivamente a ideologia do Estado Novo. O tema da expansão da raça¹⁸⁰ enquanto cumprimento das suas características mais intrínsecas e a imagem do português como elemento civilizador, de acordo com a sua história, encaixam de forma perfeita na imagética do regime e podemos encontrá-lo também na *Casa das Beiras*:

«Mas, dêmos á [sic] nossa emigração a direcção que melhor se coaduna com os objectivos rácicos, tão bem caracterizados [sic] em Marrocos como na Índia, e

¹⁷⁹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.30.

¹⁸⁰ Veja-se, sobre a questão da raça no contexto das ritualizações do regime português, TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – **História da História em Portugal...** p. 579 e seguintes.

seguidamente no Brasil e Angola – *colonizar, povoar novas terras e continentes*»¹⁸¹.

O português colonizador será concebido, na sua definição, como um veículo de civilização, por vezes cometendo os erros a que o ser-se pioneiro vai obrigando, mas sempre revelando e dando o mundo a conhecer; entendia-se que, desde os Descobrimentos, «fazer muita cristandade era o programa de acção dos que partiam»¹⁸².

No contexto desse processo civilizatório, e declaradamente em diálogo com ele, a acção dos beirões será destacada como motivo de orgulho para a *Beira*. Assim, no sentido de divulgar a acção da Casa das Beiras de Lourenço Marques, o *Boletim* manifesta a sua total solidariedade e compreensão para com aqueles que, distantes, criam a instituição:

«[...] destinada a reunir os beirões que, em grande número, labutam por terras de África, a auxiliar aquêles [sic] que, desprotegidos da sorte, necessitem de apoio moral ou material, a exaltar as belezas das nossas queridas Beiras, a homenagear os seus filhos ilustres, a propagandear as suas indústrias e as suas riquezas»¹⁸³.

É aí ainda lembrada a dificuldade da ausência da terra mãe, enaltecendo-se esses beirões que partiram, mas não esquecendo que a Casa das Beiras é o organismo maior do regionalismo beirão, que deverá

¹⁸¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.31.

¹⁸² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º10, II série, Jan. 1939, p.40.

¹⁸³ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º11,12, II série, Mar. 1939, p.14.

superintender a todas as agremiações beirãs e que continuará e deverá ser respeitada enquanto tal, pela força dos seus estatutos e obra realizada. Pois se é certo que a partida dos homens do continente corresponde a um sentimento de missão, ou seja, se é certo que, para todos os efeitos, o ultramar é ainda visto pela perspectiva da distância e do afastamento do lar, realidade díspar da do “continente”, é fundamental que essa partida seja entendida enquanto participante da construção de uma mesma e só Nação, fortemente unida, a qual incorpora também esse “ultramar provincial”.

Com efeito, aparenta ser com particular comoção que o *Boletim* manifesta o seu agrado pela publicação da Casa das Beiras de Lourenço Marques, lançada aquando da visita do Presidente da República, Óscar Carmona, àquela cidade:

«[...] É com sincero orgulho regionalistas que nos sentimos acamaradados na nossa cruzada de propaganda e cultura, e que vemos que em Moçambique o amor das Beiras se sente e se cultiva com aquela dominadora ternura que nem a idade, nem a distância, nem a ausência, conseguem enfraquecer»¹⁸⁴

É deste modo que percebemos a vinculação que a Casa da Metrópole pretende garantir relativamente a todas as suas congéneres no espaço da nacionalidade, incluindo o ultramarino, o de feição imperial. Para isso atente-se ainda no seguinte excerto:

¹⁸⁴ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º13,14, II série, Out. 1939, p.17.

«A Casa das Beiras em Lisboa – A Casa Central do Regionalismo – e a Direcção do seu Boletim, saudando uma vez mais a Casa das Beiras em Lourenço Marques, exprimem o voto ardente duma muito estreita união regionalista de todos os Beirões do império português, como fôrça [sic] moral do seu engrandecimento»¹⁸⁵

Esta postura revelada no *Boletim* vem então reforçar esta ideia de que o regionalismo beirão se entende enquanto uma força maior, sediada na metrópole, mas potencialmente expansiva e que, pelo simples facto da sua difusão, contribui para o engrandecimento da Nação na sua perspectiva mais abrangente. A *Beira*, vimo-lo já, configurava-se como émulo da Nação, que nela se hipostasiava. Fazia-o, também, nos mesmos moldes em relação ao Império. Por ser assim, é com naturalidade que a publicação do acolhido periódico seja pretexto fácil para o enaltecimento da raça, como verificamos no texto “Colónias Portuguesas”¹⁸⁶, onde se exalta o valor do imperialismo português, uma vez que este seria supostamente diverso daquele tão temido pelos novos valores oriundos de países com tradições colonialistas ditas mais agressivas. Na verdade, a moderna corrente “ultramarina” consistirá apenas no regresso à velha tradição colonizadora nacional, a “nobre tradição colonizadora”.

«Todos os grandes princípios que indiquei se encontram mais do que na legislação, na prática de hoje. A

¹⁸⁵ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º13,14, II série, Out. 1939, p.17.

¹⁸⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º16, II série, Mar. 1940, p.25-29.

unidade nacional é indiscutível, como indiscutível é o facto da integração dos nativos na comunidade nacional»¹⁸⁷

Deste modo, verificamos que a unidade da Nação, sejam quais forem os limites considerados, deverá ser axioma absoluto, exigência que não dispensa, naturalmente, a sua dimensão ultramarina. Com efeito, ainda no mesmo número, sob o título “Regionalismo e Colonização”¹⁸⁸, se defende a tese da inevitabilidade de integrar o discurso da apologia da colonização na prática regionalista. Parece elementar, por tudo o que foi dito, afirmarmos que, sendo a Casa das Beiras o organismo central do regionalismo beirão, e assumindo-se este como intérprete primordial desse movimento, caberá também a essa agremiação a tarefa de propagandear e defender as virtudes do “regionalismo ultramarino”, na acepção do enaltecimento da unidade da Nação através da publicitação das suas regiões, neste caso, “colónias” ou “províncias ultramarinas”, nas quais, para mais – e o caso da sede moçambicana da Casa das Beiras assim o comprovaria – brotava o mesmo sentimento de ligação na (e apesar da) distância e o mesmo sentimento de vinculação às origens que no rincão ibérico, provas, sem dúvida, dessa continuidade tão natural e tão especificamente portuguesa em que assentou, durante largo tempo, a justificação para o colonialismo¹⁸⁹. Com o que, mais uma vez, se corrobora o

¹⁸⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º16, II série, Mar. 1940, p.28.

¹⁸⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º16, II série, Mar. 1940, p.30-31.

¹⁸⁹ Justificação que, como é sabido, viria, anos depois, sob a pressão internacional e interna, a ser acompanhada e tendencialmente substituída por uma outra, a da presença portuguesa para defesa dos colonos, inflexão justificativa que, ao ceder em termos de princípio, constitui, segundo alguns Autores, rombo definitivo no discurso colonialista português. Cf. ROSAS, Fernando – Estado Novo, Império e Ideologia Imperial. In **Revista de História das Ideias**.

profundo paralelismo encontrado entre as linhas ideológicas do regime e da Casa das Beiras. Nem de outro modo poderia ser: “a fundação e a refundação da Nação deviam ser exaltadas como momentos matriciais que, porém, só ganham o seu verdadeiro significado à luz da construção do Império”¹⁹⁰.

O papel que os beirões serão chamados a cumprir no Império está bem patente em alguns momentos do *Boletim*. Atente-se no seguinte excerto:

«As Beiras foram sempre um opulento manancial de energias e promissor patriotismo.

Um beirão nunca esquece a sua Província, preso sempre pelos mais puros laços sentimentais à terra dos seus maiores, e pela história e sentido do Dever, à glória ou vicissitudes da sua Pátria. [...]

Os beirões que por aquela Província tressuam os labores ásperos da sua vida, hão-de sentir, como ao despertar de um clarim, a chamada das Beiras – a chamada longínqua do Dever e da Saudade. E nêsse [sic] grupo de beirões que em Lourenço Marques se constituiu em *Comitê* de União e Ternura beirôa, todos hão-de ver o símbolo do nosso Gregarismo Provincial, evocador do que de mais profundo, mais dominador e mais nobre existe na alma de um beirão: o Amor da Pátria e da Família, e a eterna nostalgia da sua Terra»¹⁹¹.

Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História e Teoria das Ideias, n.º 17, 1995, p.19-32.

¹⁹⁰ CATROGA, Fernando – Ritualizações da História..., p. 589.

¹⁹¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º20, II série, Fev. 1941, p.28.

Este artigo do Dr. Domingos Pepulim, também ele já experiente na realidade colonial, integra-se claramente numa linha editorial que já conhecemos: o beirão enquanto paradigma do verdadeiro nacionalista, esforçado e sacrificado, trabalhando sempre a favor do que a Pátria exige e pela dignificação dela, no continente, como nas colónias. Uma linha editorial que nem sequer a mudança de direcção do *Boletim*, na passagem para a terceira série, viria a inverter. É verdade que, em termos de representatividade, os artigos dedicados à questão das colónias surgem agora com menos frequência (o *Boletim*, não o esqueçamos, parece preocupar-se mais, nesta terceira série, com as condições materiais da Beiras). Ainda assim, o rumo analítico não conhece particulares mudanças.

Aí haverá espaço, por isso, para referir a colaboração prestada pela Casa das Beiras à *Semana das Colónias*, organizada pela Sociedade de Geografia, e a referência bastante alongada à conferência aí decorrida no dia 10 de Abril de 1943, subordinada ao tema “A actividade progressiva de Angola, através da sua Exposição-Feira de 1938”, proferida pelo Coronel Lopes Mateus, a convite da Casa das Beiras. Seriam objectivos fundamentais da prelecção:

«1.º - Associar a Casa das Beiras à iniciativa patriótica da Sociedade de Geografia com a realização da Semana das Colónias.

2.º - Dar comêço [sic] à efectivação do plano sugerido o ano passado pela Junta Suprema do Regionalismo Beirão, com o sentido de propagar, entre os beirões, com qualidades admiráveis de resistência física e de amor aos trabalhos agrícolas, os ensinamentos e as melhores

condições em que poderiam emigrar para as nossas terras de Além-Mar, de forma a conciliarem os seus interesses [sic] com os objectivos patrióticos do povoamento das nossas colónias, propaganda que esta agremiação estaria disposta a estender pelas localidades das Beiras, quando se oferecesse melhor oportunidade»¹⁹².

Também aqui encontramos o trabalho da *Casa* ao nível da promoção e propaganda da imagem do beirão enquanto manancial de recursos em prol do desenvolvimento da Nação, aqui na sua acepção imperial. A imagem construída do beirão servirá na perfeição os desígnios da Pátria, coadjuvada sempre pela força agregadora dessa instituição. Uma *Casa* e uma imagem cuja utilidade é manifestamente reconhecida pelos representantes oficiais do Estado Novo, a exemplo do que faz o Sub-Secretário de Estado das Colónias que, naquela ocasião, entende por bem destacar a importância da *Casa* para o serviço da Nação na questão colonial:

«Tornar conhecidas tôdas as manifestações da actividade progressiva das nossas Colónias, é criar uma consciência mais firme do nosso valor [...], despertar a Alma Nacional em vibrações de entusiástico orgulho, pelos progressos do nosso Império, e mostrar ao Mundo o propósito firme de defendermos um direito que é a Suprema garantia da grandeza da Pátria.

[...] Não quero permitir que se encerre esta sessão sem dizer algumas palavras de agradecimento aos ilustres

¹⁹² **Boletim da Casa das Beiras...** n.º2, III série, Abr./Jun. 1943, p.34.

directores da *Casa das Beiras* pela preciosa colaboração
que trouxeram a esta Semana das Colónias»¹⁹³.

O regionalismo ao serviço da Pátria; a *Beira* ao serviço da Nação; a Nação como expressão de uma alma nacional pluri-continental. É este, também, sem reservas de qualquer espécie, o tópico constante das abordagens feitas no âmbito da quarta série do órgão da Casa das Beiras à dimensão colonial. Uma contribuição que mesmo a menor frequência dos artigos sobre o tema não belisca. Pois, para lá de um particular investimento etnográfico – bem ao jeito da estética ideológica subjacente à *Revista* –, traduzido não só em referências à vida beirã nas colónias, mas também em registos fotográficos do cultivo do algodão em Angola e Moçambique, logo seguido de fotografias da Igreja de Malta e Paços do Concelho em Oliveira do Hospital e da igreja pré-românica de Lourosa (um paralelismo que vem claramente ao encontro da procurada assimilação entre as diferentes realidades da Nação, sem olhar à sua distância geográfica), há também lugar para um notório investimento memorial – igualmente bem ao jeito de uma estética historicista – que procura “trabalhar” os sentimentos de vinculação ao nível dos Beirões do ultramar. É isto, de facto, que se observa na rubrica “Écos [sic] e Comentários”, a propósito da comunidade beirã nas colónias e da sua importância vital em Moçambique:

«Chegou até nós [...] a informação de que são beirões
os 40 por cento da população de Moçambique, oriunda do
continente, e que esta numeroso [sic] população de

¹⁹³ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º2, III série, Abr./Jun. 1943, p.34.

beirões, na colónia, tem a sua Casa das Beiras em Lourenço Marques, no exercício de uma actividade intensa e patriótica que a impõe e lhe grangeou um lugar de relevo.

Animados do espírito de solidariedade que caracteriza os beirões da metrópole, os beirões residentes em Moçambique não quiseram deixar de possuir ali a sua instituição regionalista, que lhes fala das suas saudosas terras. Ali se reúnem [sic] e ali se recordam de suas famílias e de seus amigos, em camaradagem franca de beirões activos, e sempre gratos à terra que lhe [sic] foi berço.

Enviar-lhes-emos as notícias da vida regionalista da metrópole, fazendo votos pelas suas muitas prosperidades, para que sejam sempre muito úteis às suas terras e, portanto, ao Portugal continental que eles nunca esquecem»¹⁹⁴.

Nada de novo, portanto. Considerando a *Beira* como o cerne da estrutura nacional, alargando o seu âmbito ao próprio Império, propagando o perfil dos beirões como garante da genuinidade nacional, com as suas características e tradições que assim vão cumprindo o fundamental papel de elevar a Pátria na sua grande extensão através da força do seu sacrifício, mais uma vez, portanto, o discurso regionalista coloca a *Beira* ao serviço da Nação. De alguma maneira, ao **ser** assim, ela **é** a Nação. No Portugal continental, como no ultramarino.

¹⁹⁴ **Revista das Beiras...** Ano I, IV série, Jan./Mar. 1948, p.33.

3.3.2 – O periódico *Casa das Beiras – Boletim Mensal* de Lourenço Marques

Interessará agora verificar se, e em que grau, os vectores atrás detectados são igualmente promovidos pelos beirões deslocados na colónias, ou seja, se a já aqui aludida Casa da Beiras de Lourenço Marques denota investimento similar ou complementar em relação à da Casa mãe.

Para tal, debruçámo-nos sobre a sua publicação maior, o seu próprio boletim, cujo primeiro número se torna público em Abril de 1939 sob a direcção do Dr. António Trindade Salgueiro.

A intensidade afectiva que une esta comunidade de beirões à terra-mãe e à sua instituição governativa do Portugal torna-se bem patente logo neste primeiro exemplar. Com efeito, a importância da visita do Presidente da República, Óscar Carmona, a Moçambique é de tal forma relevante e motivo de orgulho para a comunidade beirã em Lourenço Marques, que a vemos anunciada logo na página 2 deste número e continuando a ser notícia em números subsequentes, como vemos no seguinte excerto:

«É preciso que não exista uma situação absurda de desconhecimento entre a Metrópole e as Colónias, que deixem de ser “pessoas de família” que se ajudam à distância sem nunca se terem visto [...].

A visita do Chefe de Estado satisfaz essa necessidade. [...]

Acima de tudo está a ideia de Pátria. E ninguém o deve esquecer. [...]

O facto de nos engalanarmos e recebermos festivamente o Chefe de Estado não esconde o que somos: apenas mostra que o patriotismo não se extinguiu nos que trabalham em Moçambique»¹⁹⁵.

Não é por acaso que se insiste nesse patriotismo que “não se extinguiu” por entre os beirões de Moçambique e que se acautelam as “situações absurdas de desconhecimento entre a Metrópole e as Colónias”. Tal investimento discursivo procurava calar alguns “ruídos” discordantes que faziam da distância o pretexto para acusações de défice patriótico:

«E nós, que injustamente vínhamos sendo tratados, há anos de “desnacionalizados” e de “corrompidos pela influência estrangeira”, agora, que já começámos a afastar em parte, as névoas dessa lenda, não podemos, não devemos dar razão a que se pense, outra vez, o mesmo.

Sua Excelência tem, portanto, de ser recebido com todo o carinho e alegria»¹⁹⁶.

Como já havíamos visto, será este um momento na conjuntura mundial e nacional em que o regime se reforça, dado o avizinhar das dificuldades que se confirmarão. Coincidentemente, estamos a assistir ao nascimento de um periódico que visa reforçar os laços entre uma das colónias e a metrópole,

¹⁹⁵ **Casa das Beiras: boletim mensal.** Lourenço Marques: Casa das Beiras. n.º2, Maio 1939, p.3.

¹⁹⁶ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º2, Maio 1939, p.3.

legitimando-se sob o manto de um nacionalismo fervoroso. O que quer dizer que também neste caso a activação dos sentimentos de pertença, vinculados à entidade genuína e identitária que é a *Beira*, é estratégia a que se recorre tendo em vista o reforço de uma ideia de Pátria que, na sua abrangência e carácter, a “influência estrangeira” ameaçava, sob a pressão da conjuntura internacional. A visita do Presidente da República será então também um sinal de reforço dos vínculos com Lisboa e do ideal do Império, sendo que, aparentemente, neste caso concreto, obtém a resposta desejada por parte das colónias. Essa intencionalidade de reforço e respectiva resposta são mesmo assumidas no boletim “moçambicano”:

«A sua visita não tem por fim acordar ou avivar em nós a ideia da Pátria, porque essa ideia, sempre luminosa, vive em nós continuamente, não logrando o espaço e o tempo obliterá-la. Visa apenas a firmar [sic] a Ideia do Império, a consagrar a sua existência, procurando aproximar mais, se é possível, o coração dos Portugueses de Moçambique ao dos da Metrópole e do Império»¹⁹⁷.

Que não restem dúvidas a este respeito: este reforçar da “Ideia do Império”, que aqui confirmamos, surge aqui com um claro sentido de resposta às conturbações da época e à pressão internacional (e, por esta altura, sobretudo a esta: na verdade, até bem dentro do século XX, como é sabido, a questão do Portugal imperial e das colónias como sua parte integrante não

¹⁹⁷ Portugal é de todos os Portugueses. **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 3, Jul. 1939.

justificavam particular oposição interna quanto aos termos principiológicos da sua integração no espaço português) :

«Atravessamos uma época revolta, de expectativas e de ansiedades. E é preciso mostrar com firmeza que todos, com uma só alma, num esforço unânime, estão dispostos a defender Portugal, a dar por êle [sic] o que de mais temos – o nosso sangue – para que, vivendo, continue cooperando na obra da Civilização, mantendo ao alto, sempre erguido, o facho resplandecente do seu passado de glórias!»¹⁹⁸.

Como instrumento de reforço desses laços imperiais vai então afirmar-se, neste caso específico, a Casa das Beiras de Lourenço Marques enquanto estrutura de construções discursivas no sentido da propaganda pró-império e pró-regime. Senão vejamos:

«Nunca, como agora, a nossa propaganda terá um tão alto significado, pois, apesar-de [sic] haver quem discorde das organizações regionalistas, como a nossa, atribuindo-lhes, ilógicamente [sic], propósitos anti-patrióticos, nós esqueceremos a existência desses [sic] discordantes para só pensarmos na hora que se avizinha e em que todos, minhotos, transmontanos, beirões, lisboetas ou algarvios, mas portugueses acima de tudo, teremos de saudar o Venerando Chefe de Estado que, de visita a estas paragens longínquas da África Oriental, vem trazer-nos a

¹⁹⁸ Portugal é de todos os Portugueses. **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 3, Jul. 1939.

certeza de que a Mãi-Pátria [sic] não nos esquece e que a nós, os filhos distantes mais dilectos também, nos envolve no mesmo carinho que dispensa aos outros, aos que estão mais próximo. [...]

De resto, poderá conceber-se o culto regionalista abstraído a ideia da Pátria? Nunca!»¹⁹⁹.

Com efeito, a acção deliberada da Casa das Beiras de Lourenço Marques no sentido de promover uma imagem do movimento regionalista beirão como construtor de unidade no Império surge a todo o momento na análise do seu boletim. Não surpreende, por isso, a sua doutrina a respeito do movimento regionalista, sendo assumido claramente que este deverá:

«Primeiro que tudo e acima de todos, defender a Pátria, até com o sacrifício da própria vida;
defender a nossa língua, verdadeira indumentária da nossa mentalidade [...];
defender a nossa raça, como base fundamental da nacionalidade [...];
pugnar para que se levante o nível cultural do povo [...];
[...] elevar à maior culminância os nossos sábios e os nossos heróis [...]»²⁰⁰.

Deverá também ser:

¹⁹⁹ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º2, Maio de 1939, p.7.

²⁰⁰ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º2, Maio de 1939, p. 9.

«[...] livre de peias de qualquer ordem, independente de partidarismos, imparcial [...]»²⁰¹

Como se pode facilmente confirmar, o discurso regionalista da Casa das Beiras de Lourenço Marques torna-se absolutamente coincidente com aquele que encontrámos em Lisboa para a mesma época. Um “regionalismo nacionalista”, anti-partidário e conservador, regendo-se em tudo pelo mesmo timbre do regime, devotando-se a ele, de tal forma que a todo o momento vamos encontrando novas profissões de fé a esse nível, como podemos verificar:

«Assim como as Beiras são terra portuguesíssima, a mais portuguesa terra de Portugal – assim o lar beirão é um lar muito português, o mais português de todos. É natural. É óbvio. Repito, por isso: pode o Estado Novo contar com o lar beirão, vendo nêle [sic] um dos seus fundamentos mais consistentes [...]»²⁰².

Este discurso fortemente propagandístico de devoção ao regime e ao seu ideário patente, como dissemos, em inúmeros artigos e poesias ao longo de todos os números, tanto se preocupa em enaltecer as instituições do Estado Novo, contribuindo claramente para a sua popularização nas terras ultramarinas, quanto, em decorrência lógica dessa preocupação, promove encomiasticamente a figura do líder. A figura de um beirão:

²⁰¹ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 1, Abr. 1939, p.8.

²⁰² **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 1, Abr. 1939, p.11.

«Salazar é, actualmente, um dos maiores vultos da política mundial. A sua obra é tida por uma maravilha de concepção e realização [...].

Salazar trabalha inteiramente absorvido no seu trabalho. Como artista, êle [sic] não vê, não sente nada a não ser a sua obra. Coisa alguma o preocupa além da ânsia de criar. [...]

O que faz, não o impõe ás [sic] multidões com gestos teatrais e violentos. [...] Sóbrio e concentrado, como beirão que é, êle produz e cala-se. [...]

É possível que, de princípio, poucos o tenham compreendido. [...] Mas quando, depois a s obras se patentearam, quando se reconheceu que, em vez de bonecos falantes, havia um homem que trabalhava e produzia, a Nação, num ímpeto entusiástico, levantou-se em pêso, para apoiar e seguir o seu inesperado salvador»²⁰³.

“Como beirão que é”. A utilização da imagem do líder como salvador da Nação, realçando claramente a sua origem beirã, coloca definitivamente o discurso deste boletim dentro do padrão de valores comum ao espírito das agremiações regionalistas beirãs, funcionando, a par da Casa das Beiras de Lisboa, como fator da centralização e unificação nacional organicista na totalidade do seu quadro ideológico.

Para que este desiderato fosse atingido, era pois crucial que esse relacionamento entre as várias Casas fosse, também ele, uma expressão do próprio todo imperial, isto é, que ele decorresse dentro de critérios de

²⁰³ Salazar. **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 3, Jul. 1939.

hierarquia e de organicidade funcional. Numa palavra, era crucial que fosse mantido o esforço de supervisão da *Casa de Lisboa* sobre as sua congéneres. Não faltam as provas desse esforço.

A demonstrá-lo surgem alguns artigos publicados pelos articulistas da metrópole, a exemplo de “Hora Augusta”²⁰⁴, da autoria do Dr. Domingos Pepulim, o já reconhecido director do *Boletim* lisboeta, ou mesmo “Espírito Associativo e Regionalismo”²⁰⁵, transcrito integralmente daquele mesmo *Boletim*, ou ainda excertos da obra “Teses Apresentadas ao VII Congresso Regionalista de Viseu”, novamente da autoria do muito elogiado Dr. Pepulim, sob o título “Regionalismo”²⁰⁶, bem como inúmeras referências aos Congressos Regionais e à vida associativa da metrópole que, revelando esse vínculo profundo que se criara entre as duas agremiações, sugere que poderá mesmo ter-se ultrapassado o estágio de mera ligação afectiva, em direcção a um relacionamento orgânico, cumprindo-se esse desejo já manifestado na analisada publicação de Lisboa. Pode, assim, A Casa das Beiras de Moçambique exhibir, no respectivo *Boletim*, os elogios que a *Casa* vai recebendo pelo seu “labor regionalista”:

«Para a divulgação e propaganda das ricas regiões das nossas queridas Beiras, das suas belezas, das suas artes, dos seus homens ilustres, criamos [...] este [sic] [...] “Boletim”, órgão oficial da Casa das Beiras, cuja orientação

²⁰⁴ Hora Augusta. **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 3, Jul. 1939.

²⁰⁵ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 11,12, Mar./Abr. de 1940, p.11,12.

²⁰⁶ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 17-20, Dez. 1940, p.13-16.

nos tem rendido aplausos que constantemente nos
chegam de t[od]a [sic] a parte do Imp[é]rio Portugu[ê]s»²⁰⁷.

E nem o reconhecimento de vicissitudes na edição deste órgão (manifestas na altura da substituição do primeiro director, Dr. António Trindade Salgueiro, pelo Dr. António Nunes Gouveia, anunciada no número 15/16 de Julho e Agosto de 1940, sendo que, até Julho de 1941, apenas serão publicados dois novos números), nem a sua prematura extinção (quer a emergência de opiniões que ameaçavam dividir a *Casa*, quer o agudizar dos problemas económicos que instabilizavam a publicação, fazem com que o último número de que há notícia, no período aqui considerado, seja o 21 de 1941), podem ofuscar o perfil atrás estabelecido.

É dentro deste perfil que o boletim *Casa das Beiras* vai repetindo e, desse modo, construindo a mesma imagem que víamos no *Boletim* e na *Revista* de Lisboa. A imagem que se constitui, numa e na outra, ao agregar em seu torno aqueles que se identificam com a imagem propagandeada, remetendo-os assim para a partilha do quadro de valores central do regime e, indo mais longe, trabalhando no sentido da agregação de todo um Império, pode considerar-se dotada de um espírito pluriescalar; é que, na verdade, ela funcionará como unificadora da Nação nos seus vários níveis escalares, regional, nacional e imperial. Se o beirão é imagem de marca do Estado Novo, é porque ele constitui, identitariamente falando, produto altamente recomendável para efeitos de compactação endógena, o que, graças à própria compactação propiciada pelas *Casas*, o recomenda, tanto a um nível metropolitano, quanto ao nível das colónias, oficialmente futuras províncias

²⁰⁷ **Casa das Beiras: boletim mensal...** n.º 8,9, Dez./Jan. 1939-1940, p. 26.

ultramarinas. Ora, tal produto não poderia revelar-se também operativo ao nível dessa outra dimensão imperial que era a da lusitanidade? Qual o alcance pedagógico e ideológico da diáspora beirã?

3.3.3 – O periódico *Casa das Beiras – Boletim Associativo*, do Rio de Janeiro

Centremo-nos então sobre a comunidade portuguesa e luso-descendente no Brasil. Uma matéria que tem vindo a ser alvo de distintas investigações, nomeadamente a de Heloísa Paulo, que tem procurado caracterizar as relações entre o Estado Novo e a “colónia” lusa aí radicada. O seu trabalho permite entender o modo como fortes laços de carácter essencialmente afectivo se transformam na identificação clara da diáspora com a genuinidade de valores pátrios da ruralidade e tradicionalismo português que o Estado Novo salazarista incorpora. Tanto assim é que «a vinculação dos emigrantes aos regimes portugueses não está, exclusivamente, determinada pelas simpatias políticas que possam ser estabelecidas, mas pela necessidade da manutenção de um laço com a sua terra natal e pelo interesse demonstrado pelas autoridades para com a colónia»²⁰⁸. O que explica que o Estado Novo tenha fomentado e, para tanto, tenha sabido preservar a ligação afectiva da comunidade emigrada com a realidade rural, com a genuinidade portuguesa de que ele seria guardião maior.

Mas é inegável que este eixo de continuidade além-oceano dos valores portugueses terá em Gilberto Freyre e no conceito de *luso-tropicalismo* por ele desenvolvido uma trave mestra incontornável. Na sua análise sociológica, fortemente marcada, a partir da década de trinta, por um esforço de

²⁰⁸ PAULO, Heloísa – **Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo**. Coimbra: Quarteto Editora, 2000, p.562.

consolidação teórica da construção da identidade brasileira, visível nas suas obras maiores desta década, *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936), Freyre «reinterpretava o Brasil, desentranhando os seus males [e] ao mesmo tempo abria um caminho que tinha origem na diversidade cultural da sua população, na “plasticidade” do seu tecido social e político, na “miscibilidade” social e racial que o impacto de uma colonização a um tempo europeia e oriental (a herança muçulmana) tornara possíveis»²⁰⁹. Na continuidade da sua obra, já nos anos quarenta, vai tentar diagnosticar a construção da identidade nacional brasileira, procurando também aperceber estratégias para a sua consolidação. Neste ponto «a receita para o revigoreamento daquele processo e do sentimento de nacionalidade era a adopção do luso-tropicalismo»²¹⁰. Relativamente a este último, Maria Aparecida Ribeiro ensaia a seguinte proposta de definição:

«Em que consistia? Gilberto Freyre nunca o definiu bem. [...] Entretanto, n’*O Mundo que o Português Criou*, ele fala em “assimilação do exótico”, no português “como um povo com uma capacidade única de perpetuar-se nos outros povos”, a ponto de “parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas”, mas que, no entanto, comunica a esses povos e culturas “tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam nas faces dos homens de

²⁰⁹ RIBEIRO, Maria Aparecida – Gonçalves Dias e José de Alencar: na vanguarda do luso-tropicalismo? In **Máthesis**. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, n.º 3, 1994, p.95.

²¹⁰ RIBEIRO, Maria Aparecida – Gonçalves Dias... n.º 3, (1994), p.95.

cores diversas, na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, nas formas das embarcações, nas formas dos bolos”. (...) A ideia (...) é a da dupla troca, da mestiçagem que se faz sem violência»²¹¹

O relevo que podem ter, para nós, estas questões e análises, tem a ver com a consciência de Freyre de que os problemas de identidade com que o Brasil se deparava já na segunda metade do século vinte, seriam, segundo ele, exactamente as mesmas questões por que passava Portugal, devendo as duas nações encontrar a parceria necessária:

«Também o Portugal de hoje não é, nem deve querer ser, um Portugal monolítico em sua unidade e sim uma constelação de Portugais – o da Europa, o do Oriente, o das Áfricas – dinamicamente [sic] interligados.

Além do que, é nessa combinação do que é uno com o que é plural, na vida de uma comunidade regionalmente diversificada, que se apoia a ideia de formarem Brasis e Portugais um conjunto, além de transnacional, binacional, de cultura, de economia e até de acção política e de defesa militar, que faça sentir no mundo moderno a sua força – a força dos valores, das tradições e das aspirações que lhes são comuns»²¹².

²¹¹ RIBEIRO, Maria Aparecida – Gonçalves Dias... n.º 3, (1994), p.95-96.

²¹² FREYRE, Gilberto – **Brasis, Brasil e Brasília**. Lisboa: Livros do Brasil, 1960, p.19.

Como se perceberá, esta recusa do monolitismo, desde que despida do lastro heterodoxo que lhe subjaz, mostrava-se articulável com as feições mais consagradas e popularizadas do regionalismo português, nomeadamente quanto à convicção de que da força das partes se engrandecerá o todo, alicerce teórico, também, da doutrinação estado-novista. E, com efeito, é conhecida a forma como este discurso freyreano será partilhado, primeiro, e apropriado, logo de seguida, pelo regime português (num processo nada linear, mas que escapa aos objectivos da presente investigação)²¹³, que acolherá a ideia de uma civilização luso-tropical «intermediária entre a cultura europeia e as culturas tropicais»²¹⁴, que vinha sendo construída há séculos. Aqui radicará o perfil do português enquanto repositório de valores consagrados pela tradição e que, pela sua acção de difusão cultural, se hibridiza a si e ao outro, nunca violentando, mas sempre consolidando, articuladamente, o melhor das duas estirpes culturais, a europeia e a tropical. Significativamente, Freyre, a este propósito, cita Marcelo Caetano:

«[...] o português tem sido, através da História, um vector de influências entre povos e culturas, não se recusando a aceitar também a experiência alheia, pelo contrário, abrindo-se a ela com franca receptividade para a integrar um pecúlio comum que não é já cultura

²¹³ Veja-se, sobre este assunto, CASTELO, Cláudia Orvalho – **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Lisboa: [s.n.], 1996. - Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

Veja-se também ALMEIDA, Miguel Vale de Almeida – Tristes luso-tropicis. In **Um mar da cor da terra. Raça, Cultura e Política da identidade**. Oeiras: Editorial Celta, 2000.

²¹⁴ FREYRE, Gilberto – **Brasis, Brasil...**, p.42.

puramente lusíada, mas património cultural de todos os povos e nações luso-tropicais»²¹⁵

Na perspectiva do presente trabalho – o qual, como se recordará, pretende sobretudo a compreensão do movimento regionalista beirão e a sua acção agregadora através dos seus periódicos – a hipótese da participação do estereótipo beirão neste quadro de interpenetração luso-tropical, funcionando como um dos paradigmas dessa ponte trans-oceânica que prolongava, a um só tempo, os fundamentos históricos da ideologia imperial e os desígnios de vinculação tradicionalista e genética do Estado Novo, afigura-se plausível e, portanto, matéria de indagação.

Para isso, procedemos então a nova análise dos periódicos da Casa das Beiras de Lisboa e do periódico *Casa das Beiras – Boletim Associativo* da instituição homónima sediada no Rio de Janeiro, na busca de paralelismos e pontos de ligação na sua construção discursiva.

Primeira constatação: a ligação afectiva da Casa de Lisboa e do seu *Boletim* à diáspora brasileira e ao próprio Brasil-Nação surgem-nos no início do nosso âmbito cronológico de estudo. Contudo, será aqui de extrema relevância referir que a Casa das Beiras do Rio de Janeiro será fundada apenas em 19 de Novembro de 1953, não havendo portanto a possibilidade de relações institucionais detectáveis nos periódicos regionalistas, uma vez que naquela data não possuímos registos do *Boletim* ou da *Revista* de Lisboa. No entanto, no final da década de trinta e início da de quarenta, é possível caracterizar de

²¹⁵ CAETANO, Marcelo apud FREYRE, Gilberto – **Brasis, Brasil...**, p.44.

algum modo a relação de proximidade que a *Casa de Lisboa* vai cultivando com o Brasil.

Assim, logo em Janeiro de 1939, a propósito de um livro de Afrânio Peixoto, “Viagens na Minha Terra”, Domingos Pepulim realça a origem comum das duas nações e o forte vínculo que as une, como podemos ver:

«[...] Nós temos a mesma origem, o senhor honra as duas pátrias, e se não fôra o mar, eu não sei se Portugal e Brasil seriam duas Pátrias: uma só alma, a alma lusa, é que eu sei que animaria o peito das duas Nações»²¹⁶.

Com se depreende, esta relação é garantida pela força moral dos valores da ancestralidade portuguesa, de onde o Brasil obtém a sua elevação, permitindo-se, no mesmo texto, o uso de expressões tão próximas do luso-tropicalismo como «brasílico lusitanismo»²¹⁷, demonstrando essa ideia de vínculo intenso entre os dois países.

Com efeito, a acção portuguesa no Brasil é retratada como exemplo extraordinário de organização e expansão civilizadora²¹⁸, tal como já havíamos visto na perspectiva sobre o Portugal colonial, caracterizando-se mesmo a coeva existência brasileira como dotada de uma “lusitanidade americana”, como podemos ver:

«[...] E porque a raça lusa se caldeou bem com o elemento aborigene [sic] brasileiro [sic], é que o Grande

²¹⁶ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.15.

²¹⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 10, II série, Jan. 1939, p.15.

²¹⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 16, II série, Mar. 1940, p.26-28.

Brasil de hoje afirma no seu imenso domínio geográfico a sua Lusitaniedade [sic] americana, a sua inconfundível personalidade étnica [...]»²¹⁹.

Apreciado como elemento de familiaridade, dotado de fortes marcas da genuinidade portuguesa tão cara à linha editorial do *Boletim*, o Brasil e o discurso sobre ele prolongam, decididamente, o espírito do “regionalismo nacionalista” que impregna a imagem da própria *Beira*. O que se torna evidente aquando da homenagem da Casa das Beiras de Lisboa, em 15 de Julho de 1940, à Embaixada do Brasil, durante as festas centenárias. O mero olhar sobre a inscrição na placa comemorativa do evento, citada no *Boletim*, será evidência desse vínculo e do reforçar da ideia de ser a Casa das Beiras o bastião maior desses valores lusitanos comuns:

«As províncias da Beira, raíz [sic] da Lusitânia e coração de Portugal AO BRASIL, UNO E FORTE, PÁTRIA GLORIOSA DE LUSITANOS DA AMÉRICA»²²⁰.

Uma sensação que é ainda alicerçada pela publicação do poema “O Meu Brasil”²²¹, do poeta brasileiro Olegário Mariano, e recitado na *Casa* por João Villaret no contexto daquele evento. Cumpre agora verificar se o mesmo universo discursivo se detecta também – é crível que sim – no período da Casa das Beiras do Rio de Janeiro. A primeira publicação deste periódico (*Casa das Beiras – Boletim Associativo*) datará de Junho de 1958, muito próximo do final

²¹⁹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 17, II série, Maio 1940, p.30.

²²⁰ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 18,19, II série, Dez. 1940, p.2.

²²¹ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 18,19, II série, Dez. 1940, p.4-6.

da nossa área cronológica de estudo. Por esta altura, o regime português de Salazar vive horas de alguma conturbação, não havendo mesmo notícias claras da publicação do periódico da Casa das Beiras de Lisboa, como já vimos. No entanto, da análise das linhas publicadas da congénere brasileira encontramos pontos de convergência bastante claros com o discurso que já havíamos analisado em Lisboa, ainda que em períodos diferentes.

Será de realçar a extraordinária importância dada à comemoração do aniversário da visita do Presidente da República Portuguesa, Craveiro Lopes, inaugurando a sede da *Casa* no Rio de Janeiro, em 9 de Junho de 1957, importância essa que encontra paralelo nas publicações já estudadas até aqui, a exemplo da agremiação de Lourenço Marques perante a visita do então Presidente Óscar Carmona.

Desse momento referido de 57 e da obra inaugurada resultará, na perspectiva do *Boletim*, o enaltecimento da Nação portuguesa e dos seus filhos («ditosa pátria, que tais filhos tem»²²²), a pretexto de uma efeméride que será referida em vários momentos da vida deste *Boletim*, prova cabal de que, também aqui, a identificação desta agremiação beirã com o ideário nacional é sentimento promovido e acarinhado por aqueles que, por forma a vencerem a desdita do afastamento físico da terra-mãe, têm por bem declarar-se «unidos pelo mais alto sentido patriótico e pelo mais elevado sentido altruísta»²²³.

Bem se poderia dizer “elevado sentido nacionalista”. Com efeito, os indicadores fornecidos pelo *Boletim* “carioca” mostram bem a acção

²²² Aniversário. **Casa das Beiras: boletim associativo**. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Guarany. Jun. 1958.

²²³ **Casa das Beiras: boletim associativo...** Out./Nov. 1958, p.20.

agregadora da diáspora beirã por parte desta *Casa*, doutrinando e divulgando os valores do nacionalismo tão caros ao Estado Novo:

«Quando alguém te perguntar a tua nacionalidade
deves sentir um orgulho santo e nobre ao responder: Sou
Português.

Ser Português – é descender dos intrépidos lusitanos
[...], é ter por Pátria uma terra de encantamento, de luz e
de sonho, de lendas e de glórias; em fim [sic], ser
português é ter a suprema ventura de ser filho de
Portugal»²²⁴.

Para além das naturais manifestações saudosistas e organizações festivas e sociais, funcionando esta *Casa*, como todas, também enquanto organizadora de eventos de recreio, podemos encontrar novamente alguns momentos de cruzamento do discurso com aquele já encontrado nas suas congéneres. O caso particular da rubrica habitual “Paisagem da Beira” é disso exemplo, enquanto espaço de divulgação e propaganda clara dos valores e costumes beirões, promovendo-se uma cobertura apertada da obra de Jaime Lopes Dias, eminente regionalista da Casa mãe de Lisboa. Busca-se a inventariação dos traços do beirão, o homem que será caracterizado neste boletim pela conhecida expressão «pobrete, mas alegrete»²²⁵, e para cuja elucidação fornecem preciosos elementos as transcrições várias dos textos do citado etnólogo, como vemos em Janeiro de 1959, ou os textos aparentemente

²²⁴ Ser Português. **Casa das Beiras: boletim associativo...** Ago. 1958.

²²⁵ **Casa das Beiras: boletim associativo...**, Out./Nov. 1958, p.2.

inéditos do mesmo autor, como vemos em Dezembro de 1959, sob o título “O Natal em Benquerença”.

Confessadamente,

«este nosso trabalho tem um fim. Organizar um pequeno compêndio de estudos históricos das Beiras. Como se trata de um trabalho de certa vastidão, será publicado parceladamente [sic], havendo continuidade de número para número»²²⁶

No curto intervalo de tempo considerado (entre a data do aparecimento do *Boletim* e a data que fecha o âmbito deste trabalho) é, ainda assim, possível verificar, de forma suficientemente nítida, a partilha do quadro de valores do regime por parte destes representantes da diáspora beirã além-oceano. Apesar de fortemente marcado pela função recreísta, vão-se encontrando diversos momentos de recolha e enaltecimento das origens beirãs, fazendo com que, ou o discurso surja centrado sobre os momentos de socialização dos elementos da Casa, ou, em alternativa e em complementaridade, ele surja investido de funções de (re)inventariação das origens e da definição da *Beira* enquanto paradigma do lar distante. A intensa marca deixada pela visita do Presidente da República, que seria lembrada intensamente nestes dois anos analisados, poderá também ser significativa ao nível do cuidado que o regime ia tendo com o fortalecimento dos laços entre todos os portugueses, traduzindo claramente as coordenadas ideológicas já estudadas. A aplicação do poder centralizador

²²⁶ **Casa das Beiras: boletim associativo...** Dez. 1958, p.13.

por intermédio de um organicismo bem delineado, pressupõe, com efeito, que cada parcela vá cumprindo a sua função.

Conclusão

Em suma, o regionalismo provincial beirão, liderado pela Casa das Beiras de Lisboa, secundada pelas suas congéneres, quer na metrópole, no ultramar, ou mesmo no âmbito internacional, pelo menos no Brasil, desenvolve, ao longo do período estudado, funções que desde cedo o século de Novecentos nele tornou ínsitas e que o configurarão enquanto arauto nacionalista. Um arauto que o é tanto mais quanto propagandeia como modelo esse homem capaz de sacrifícios imensos pela Pátria e orgulhoso de um passado glorioso que, sendo seu, é em simultâneo o da Nação portuguesa, e que, nessa assimilação, se fideliza ao regime de Salazar. Esse modelo será o beirão, à imagem do seu próprio líder.

«Recordar que se é beirão é simplesmente afirmar o acaso geográfico do nascimento; de raça, da bôa [sic] cepa, não é com palavras nem gestos mais ou menos suspeitos ou teatrais que se afirma a descendência; as atitudes claras, o espírito de compreensão e justiça, o sacrifício do pessoal ao colectivo, o uso moderado do próprio egotismo, o respeito da opinião alheia e o fácil reconhecimento [sic] das virtudes e qualidades do nosso semelhante, eis grandes afirmações de predicados que, sem serem daqueles que é uso escreverem-se com letra maiúscula, são o melhor e meritório mostruário da superioridade de uma raça e, quanto a beirões, supomos que a verdadeira pedra de toque, o bom timbre étnico, que entre nós é

somatório das virtudes complementares que herdamos [sic] das muitas raças que conôscos [sic] caldearam, e não só não nos adulteraram, mas ficaram fazendo cortejo triunfal à nossa principal característica rática de beirões: - a nossa Lusitaneidade [sic]»²²⁷.

É este personagem afável, mas habituado à rudeza; genuíno, mas de uma aguda sagacidade; empreendedor, mas habituado ao sacrifício a que a terra obriga; granítico, mas capaz de se moldar. Esta imagem do beirão só encontrará paralelo na imagem da sua terra, a *Beira* concebida pelo movimento regionalista beirão. Esta construção imagética, como vimos, está sempre presente na produção discursiva das três Casas Regionais das Beiras estudadas, sendo que a de Lisboa se empenha particularmente, de forma claramente doutrinadora, como vimos, na efectividade desta construção: a de uma região que existe enquanto tradução do todo que será o país na sua unidade nacional absoluta.

Só assim se percebe, aliás, por que motivo o próprio *beirão* se apresenta como algo mais do que o mero habitante das Beiras. Podemos mesmo considerar estarmos perante um verdadeiro paradigma do homem modelo do Estado Novo, partilhando de forma absoluta do seu quadro de valores. Na verdade, desde o início que verificámos que este movimento se constituiu firmemente nos ideais conservadores, nacionalistas, ultra-patrióticos, anti-liberais, anti-cosmopolitas. Este quadro de valores resultaria menos, com então sugerimos, do exercício repressivo por parte do Estado, mas, muito mais, das profundas convicções dos principais regionalistas, desses mesmos para

²²⁷ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 26,27, II série, Jun. 1942, p.4.

quem «nada dela [a acção regionalista] vem contra a Nação, porque o regionalismo é a própria Nação»²²⁸ Assim, o regionalismo provincial beirão, na sua demonstrada genuinidade de sentimentos, exprimia, em simultâneo, o reconhecimento da sua filiação histórica, a sua disponibilidade para a adequar à letra da lei e da autoridade, e, no essencial, a sua feição nacionalista que o tornava apelativo do ponto de vista do fortalecimento do conservadorismo e do antidemoliberalismo.

²²⁸ **Boletim da Casa das Beiras...** n.º 16, II série, Mar. 1940, p.8.

Fontes e Bibliografia

I – Fontes Impressas

- **A Novidade – Jornal de Propaganda da Casa J. Guilherme da Sá.**

Viseu: José Guilherme de Sá, 1933 –.

- **Boletim da Casa das Beiras: revista mensal de regionalismo beirão.**

Lisboa: C.B., II série, 1939 – 1942.

- **Boletim da Casa das Beiras.** Lisboa: C.B., III série, 1942 – 1944.

- **Casa das Beiras – Boletim Associativo.** Rio de Janeiro: Ed. e Gráfica Guarany, 1957 – 1959.

- **Casa das Beiras – Boletim Mensal.** Lourenço Marques: Casa das Beiras, 1939 –1941.

- **Jornal da Beira.** Viseu: Jornal da Beira, 1939 – 1959.

- **Política Nova: Órgão e Propriedade da Comissão Distrital da União Nacional.** Viseu: C.D.U.N. 1936 – 1958.

- **Revista das Beiras.** Lisboa: C.B., IV série, 1948 – 1952.

- SALAZAR, António de Oliveira – **A Posição portuguesa em face da Europa da América e da África**. Lisboa: SNI, 1959.

- SALAZAR, António de Oliveira – **Declaração sobre política ultramarina**. Lisboa: SNI, 1963.

- SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos (1928 – 1934)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1939. vol. I.

- SALAZAR, António de Oliveira – **Discursos e notas políticas (1935 – 1966)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1937-1967. vol. II a VI.

- **U.V.D.** Viseu: U.V.D. 193 – .

II – Fontes electrónicas

- **Diário das Sessões** [em linha]. Lisboa: Assembleia Nacional. 1935 - 1974.

[Consult. 20 de Fev. 2005].

Disponível em WWW:URL: <http://debates.parlamento.pt/r2/dan/>

- SALAZAR, António Oliveira – **Salazar's statement to The Times** [em linha]

(10/10/1933). [Consult. 13 de Fev. 2005]. Disponível em WWW:URL:

<http://www.cphrc.org.uk/sources/so-ns/salazar101033.htm>.

III – Bibliografia

- ALMEIDA, Miguel Vale de – **Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade**. Oeiras: Editorial Celta, 2000.

- ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes – **As casas do povo como instituições reveladoras da mundividência do regime salazarista**. Braga: [s.n.], 1998. Tese de mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, apresentada na Universidade do Minho.

- AMARO, António Manuel Antunes Rafael – **Economia e desenvolvimento da Beira Alta: dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)**. Coimbra: FLUC, 2003. Tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História Contemporânea apresentada à FLUC.

- BOURDIEU, Pierre – **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

- CARRILHO, Maria [et al.] – **Portugal na segunda guerra mundial: contributos para uma reavaliação**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

- CASTELO, Cláudia Orvalho – **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Lisboa: [s.n.], 1996. - Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

- CATROGA, Fernando – **Geografia e Política – o debate sobre a divisão provincial durante o Estado Novo.** Dados recolhidos a partir da conferência com este título proferida em Coimbra, no CEIS 20, em 09/11/2004.

- CATROGA, Fernando – Natureza e História na fundação dos Municípios: da Revolução Liberal ao Estado Novo (uma síntese). In **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira.** Porto: FLUP, 2004, vol.2.

- CHARTIER, Roger – **A História Cultural. Entre Práticas e Representações.** Lisboa: Difel, 1988.

- FARINHA, Luís – 1931: A Ditadura face ao “perigo espanhol”. In **História.** Ano XVIII, n.º 15, (Dez. 1995).

- FERRO, António – **Salazar, o homem e a sua obra.** Lisboa: Fernando Pereira Editor, 1982.

- FORTE, Maria João Figueiredo – **As casas regionais em Lisboa: a Casa das Beiras: regionalismo e associativismo urbano.** Lisboa: [s.n.], 1996. Tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas, área Culturas Regionais Portuguesas, apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

- FREYRE, Gilberto – **Brasis, Brasil e Brasília.** Lisboa: Livros do Brasil, 1960.

- FREYRE, Gilberto – **Casa Grande e Senzala.** Lisboa: Livros do Brasil, 1983

- FREYRE, Gilberto – **6 Conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

- GIL, José – **Salazar: a retórica da invisibilidade**. Lisboa : Relógio d'Água, 1995.

- LEONARD, Yves – **Salazarismo e Fascismo**. Mem Martins: Inquérito, 1998.

- MARTINS, Rui Cunha – Fronteira, referencialidade e visibilidade. In **Revista de Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre (Brasil): Edição Especial, n.º 1, 2000.

- MARTINS, Rui Cunha – O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, 59, 2001.

- MARTINS, Rui Cunha – A arena da História ou o labirinto do Estado: delimitações intermunicipais e memórias concorrenciais (inícios do século XX). In **Cadernos do Noroeste, série História**. Braga: Universidade do Minho, Centro de Ciências Histórico-Sociais, n.º 15 (1-2), 2001.

- MEDINA, João – **História de Portugal contemporâneo: político e institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

- NOGUEIRA, Franco – **Salazar**. Coimbra: Atlântida Civilização, 1977 – 1985, 6 vols.

- Ó, Jorge do – **O lugar de Salazar: estudo e antologia**. Lisboa: Alfa, 1990.

- OLIVEIRA, César – **Salazar e o seu Tempo**. Lisboa: O Jornal, 1991.

- PATRIARCA, Fátima – **A questão social no Salazarismo: 1930-1947**. Lisboa: IN-CM, 1995. vol. 2.

- PAULO, Heloísa – **Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo**. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

- PAULO, Heloísa – **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN-SNI e o DIP**. Coimbra: Minerva, 1994.

- REIS, António (dir.) – **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1996.

- RIBEIRO, Maria Aparecida – Gonçalves Dias e José de Alencar: na vanguarda do luso-tropicalismo? In **Máthesis**. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, n.º 3, 1994.

- ROSAS, Fernando – Estado Novo, Império e Ideologia Imperial. In **Revista de História das Ideias**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História e Teoria das Ideias, n.º 17, 1995.

- ROSAS, Fernando (coord.) – O estado novo (1926-1974). In MATTOSO, José (dir.) **História de Portugal**. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994, vol. 7.

- ROSAS, Fernando – **O Estado Novo nos anos 30 – 1928-1938**. Lisboa: Ed. Estampa, Coleção Imprensa Universitária, 1986.

- ROSAS, Fernando – **Portugal entre a paz e a guerra: estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa: 1939-1945**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

- SANTOS, Rui Manuel Amaro dos – **O regionalismo beirão no Diário de Coimbra (1930-1950)**. Coimbra: R. M. A. dos Santos, 1999.

- SEMERARO, Giovanni – **A Primavera dos anos 60 – a geração de Betinho**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

- SHILS, Edward – **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

- TORGAL, Luís Reis – **História e Ideologia**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando –
História da História em Portugal (séculos XIX e XX). Lisboa: Círculo de
Leitores, 1996.